

67







# O Dezembrismo e a sua politica na guerra

(Para a historia do Dezembrismo)

TIP. DA EMPR. LIT. E TIPOGRAFICA

⊗ Oficinas movidas a electricidade ⊗

Rua da Boavista, 321 ⊗ PORTO ⊗ 1919



Colecção «Portugal na Guerra»

EDUARDO DE SOUSA  
DEPUTADO DA NAÇÃO

*N.F.* 24635

705  
1921  
102167

# O Dezembrismo e a sua politica na guerra

(Para a historia do Dezembrismo)



Depoimento duma testemunha



PORTO  
COMPANHIA PORTUGUEZA EDITORA  
RUA DA BOAVISTA, 307  
—  
1919



## ADVERTÊNCIA

---

Estava já para entrar no prélo a primeira folha d'êste livro dedicado pelo autor ao seu velho e ilustre amigo dr. Antonio José d'Almeida, quando êste foi eleito pelo Congresso da República para exercer as altas funções de Chefe do Estado durante o quadrienio de 1919 a 1923. Entendeu, porém, o autor que êste jubiloso facto em que teve a honra e o prazer de colaborar como deputado da Nação, nada devia alterar nos termos da dedicatória que adiante vai. Ao carinho da sincera, provada e desinteressada amizade nela expressa, cumpre-lhe, porém, o dever de adicionar agora aqui muito manifestamente a exteriorisação da sua mais respeitosa homenagem ao Presidente eleito da República Portuguesa.

9 de agosto de 1919.



A

# Antonio José de Almeida

Grande português, grande patriota e grande coração



MEU AMIGO — Dedico-lhe estes discursos, inteiramente destituídos de efeitos oratorios. Nem a elles aspirei, nem prudentemente a elles podia e devia aspirar, conscio, como sou, da absoluta nullidade dos meus recursos para tal. Nosce te ipsum, ensinavam aos seus os velhos romanos, aproveitando a vetusta lição gravada nos marmores hellenicos do celebre templo de Delphos. E essa lição tenho-a eu seguido sempre aavez dos incidentes d'uma já larga e tormentosa vida, nunca me abalçando a empresas para as quaes eu não confiasse plenamente nas minhas proprias e apoucadas forças. Assim, á primeira vista, parecerá paradoxo estranho ou contradicção flagrante dedicar-lhe a V., meu amigo e orador maximo, que na sua tão nobre e alta eloquencia, não poucas vezes, principalmente nos ultimos tempos da tragica historia contemporanea, tão plena e sentidamente conseguiu traduzir a propria alma da Patria, estes discursos tão falhos de conceitos como pobres de ornatos oratorios. Mas é que, apesar d'isso, elles têm seu valor e, perdôe-me a immodestia, um valor real e efectivo para o conhecimento e a apreciação d'esse tôrvo periodo do dezembrismo que, se tão doloroso foi para o paiz em geral, para nós ambos, por identicos motivos, foi particularmente sinistro e angustioso. Nós ambos, e comnosco tantos outros, sofremos então ao vivo, na nossa consciencia de cidadãos, e sangramos com amargura e dôr intensas na nossa alma de portuguezes de lei e de patriotas devotados e sem reservas. Em suma, estes discursos, se discursos se lhes pôde chamar, são um depoimento, um depoimento sincero e vivo, acaso uma ou outra vez mais quente nos seus termos, — o que lhe abona a sinceridade, — feito por uma testemunha que, por circumstancias espeziaes, se encontrou na posse de documentos e

de elementos provativos dotados de especial valor para o definitivo conceito politico e historico da tão decantada « obra do dezembrismo », sobretudo no que respeita á sua sempre dubia e tortuosa acção quanto á nossa intervenção militar na guerra europeia que, felizmente, acaba de vêr seu termo. Alguns d'esses documentos possuem até, a meu vêr, consideravel valor condemnatorio... Sendo assim, não se estranhe—e não estranhe sobretudo V., meu amigo,—que eu ponha sob o patrocínio do seu honrado e glorioso nome, discursos tão pobres como arte como ricos pela documentação que encerram. Direi mesmo até, com a mais consciante verdade, que elles nada mais são do que a ocasional e inevitavel forma que tinha de revestir esse desprezioso documento nas circumstancias e no local onde elle foi feito, trazida á tela dos debates parlamentares pelo sr. Leote do Rego a apreciação da obra do dezembrismo. E, se n'esse debate entrei, é porque tal documentação possuia, resaltando logica e véramente que tudo quanto n'esses discursos de documentação não seja, nada mais é—e de facto não é—do que o indispensavel caixilho oratorio, embora bem modesto e pobre—e outro mais brilhante e rico eu seria incapaz de fazer—á concatenação e sequencia dos taes documentos e elementos provativos que tanto o valorizam no seu singelo proposito testemunhal.

Como testemunha falei—só como testemunha e não como juiz ou vingador, mau grado os pessimos tratos fisicos e moraes que ao « dezembrismo » eu devia,—perante o parlamento do meu paiz, o que é o mesmo que dizer-se para o paiz no presente e para a Historia no futuro. Por isso fui calmo, tanto quanto a minha vontade sobre os vibrateis nervos conseguiu. Calmo, posto que severo. Não ha n'esses pobres dis-

curros uma unica palavra de rancor, um unico proposito de vindicta, um unico impulso, porventura justificado, de represália. Factos e documentos, nada mais. Os outros que apreciem. O paiz que julgue.

Ahi está a singela e justificada razão porque a V., meu amigo e orador máximo, dedico estes discursos tão destituídos de valor oratorio. De resto, dedicando-lh'os, obedeço a uma grata consideração:—presumir eu que, se me foi dado fazel-os, dado o valor documental que elles possuem, se deve isso tão só á circumstancia de V. me haver plenamente confiado, certo da minha inabalavel lealdade, um posto tão honroso como perigoso, qual o de encaminhar, durante esse lóbrego periodo do dezembrismo, a derrota jornalística da Republica, o jornal que V. fundou e que só do alto prestigio do seu nome tem vivido e vive, através dos perigos patentes ou occultos, por entre os cachopos visiveis ou as sirtes encobertas que tão funda e inapagavelmente vincaram na minha memória os longos, successivos e anciosos dias de então...

E essa derrota fez-se intrépida posto que cautelosamente, mas sempre com animo igual, até onde foi possivel fazer-se, até onde já se não podia ir mais ávante...

Foram os assaltos, a prisão, o carcere, as levas em massa, a morte espiando-nos traiçoeira em ciladas sempre iminentes e minazes, os nostalgicos desterrros em alcantilados castellos inhospitos e remotos... Mas a derrota fez-se, repito, intrépida posto que cautellosamente, sempre com animo igual, até onde foi possivel fazer-se, até onde já se não podia ir mais ávante... E porque assim foi, porque o prestigio do seu luminoso nome, meu amigo, nimbava, como n'uma auréola, o modesto vulto do leal e improvisado piloto sempre álerta e firme por entre

*a desencadeada tormenta, certo e conscio do alto dever que lhe cumpria no serviço da Republica e da Patria, é que possível me foi organizar o volumoso dossier acusatorio de que são minúscula parte, posto que dos mais impressivos e suggestivos, os documentos citados nestes discursos.*

*Assim, pois, meu amigo, mais um motivo para esta dedicatória, que, peço, se digne acolher, não como partindo do mais desvalioso dos militantes no partido de que V. é chefe eminente e prestigioso, mas sim do velho camarada e leal amigo d'outr'ora, de hoje e de amanhã*

Lisboa, 4 — Julho — 1919.

EDUARDO DE SOUSA.

## O DEZEMBRISMO E A SUA POLITICA NA GUERRA

### I

(Discurso proferido na sessão da Camara dos Deputados  
de 27 de Junho de 1919)

### O Dezembrismo foi um crime contra a honra nacional

O Sr. Eduardo de Sousa:—Sr. Presidente: cumprindo o preceito regimental, começo por mandar para a mesa a minha moção de ordem:

« A Camara, conscia de que o Dezembrismo foi um atentado contra a honra nacional, passa á ordem do dia.—O deputado, *Eduardo de Sousa* ».

Sr. Presidente: como se vê nos termos da minha moção, digo que o dezembrismo foi um crime. Todo o crime é repelente, o que não quer dizer que, quando o crime é cometido por diferentes individuos, todos eles tenham as mesmas responsabilidades, e que, portanto, a responsabilidade de cada um deva ser avaliada pelo mesmo padrão da dos outros. Mas a Camara não é um tribunal criminal e, portanto, não vou agora julgar das responsabilidades dêste ou daquele; trato apenas de apreciar o assunto politico na tela da discussão,—o dezembrismo, e de determinar se ele foi ou não um crime, um grave crime politico. Que o foi, diz a minha moção e eu procurarei demonstrá-lo.

Antes desejava, porém, render as minhas homenagens ao illustre Deputado que nesta Camara representa o dezembrismo, e que tam brilhantemente, embora com improbo esforço, tentou

defender tam nefasta causa, não já pelos actos entã o cometidos, pois ele proprio declarou que contra muitos deles tinha protestado solenemente na imprensa e no pseudo-Parlamento a que entã pertenceu, mas sobretudo pela honorabilidade das intenções que motivaram esse movimento politico.

É isto já meio caminho andado; está na senda do arrependimento; e se é certo que de boas intenções está o inferno cheio, não serei eu que da minha parte deixe de lhe estender a mão para que ele possa enveredar de vez pelo caminho do arrependimento completo.

A aspereza da tarefa que S. Ex.<sup>a</sup> tomou sobre os seus hombros era tamanha que até se esqueceu de dar cumprimento ao artigo 59.<sup>o</sup> do Regimento, o qual impõe que, dada uma questão para ordem do dia, quem se inscreva para a tratar, terá de principiar apresentando a sua moção de ordem.

S. Ex.<sup>a</sup> não a apresentou, mas isso não impedirá que eu, hipoteticamente, possa imaginar a moção que S. Ex.<sup>a</sup>, porventura, poderia ter apresentado, e que seria precisamente o contrario da minha, podendo mesmo até ser assim redigida :

« A Camara, conscia de que o dezembrismo foi um acto de patriotismo e de virtude civica, passa á ordem do dia ».

Já vê S. Ex.<sup>a</sup> que bem me poderia até agradecer, pois que deste modo procuro obviar á sua falta de cumprimento da determinação regimental.

Sr. Presidente: não tratarei de apreciar o dezembrismo sob o ponto de vista da politica interna, mau grado eu ter sido uma das victimas das suas perseguições e truculencias.

No emtanto no meu vocabulário politico não há o termo «vingança», e no meu coração não há ódios nem rancores em permanente laboração. A minha consciência, porém, diz-me que o perdão fácil e prematuro se pode acaso converter num incitamento a prosseguir no caminho do crime, ou numa reincidência no mesmo crime. E se isto assim é no ponto de vista moral, mais o é ainda no ponto de vista politico.

O que me proponho demonstrar com documentos é que

desde o seu primeiro dia o dezembrismo foi um crime contra a honra da Pátria, pelo esquecimento ou falseamento dos nossos deveres internacionaes e militares.

Não falo como juiz, como julgador, pois não quero julgar ninguém, mas assumo para mim o papel duma testemunha que pode apresentar à apreciação da Câmara e do paiz documentos e factos de considerável importância para o julgamento ou apreciação final dêsse triste período da nossa história política.

### **Uma conversa com Sidonio Pais**

Sr. Presidente: recordarei de comêço que a última vez que falei com Sidonio Pais foi precisamente no dia 4 de Dezembro de 1917, justamente na véspera dêsse famoso dia 5, em que rebentou o primeiro tiro de canhão no parque Eduardo VII contra a legalidade republicana.

Encontrando-me com êle, no Chiado, Sidónio perguntou-me o que havia de novo.

Disse-lhe que, a meu ver, deveria estar o Ministério em terra dentro de dois ou três dias, pois só se aguardava para isso a chegada do Sr. Dr. Afonso Costa.

Conseqüentemente, acrescentei, deveríamos vir a ter a dissolução parlamentar votada mais perto, bem mais perto do era talvez dado supôr-se.

Respondeu-me êle: «Seja como fôr, a dissolução já se não fará».

— No dia seguinte rebentava o movimento de 5 de Dezembro...

### **Abolição da censura á imprensa e a sua restauração. — Cunho germanófilo da nova censura**

Sr. Presidente: um dos primeiros actos dêsse govêrno revolucionário de 5 de Dezembro foi precisamente, como uma

grande afirmação de homenagem à liberdade de pensamento, a abolição completa da censura á imprensa que tinha sido anteriormente estabelecida como uma consequência fatal e uma medida indispensável do estado de guerra.

Quere dizer, a censura tinha-se estabelecido, tiuhamo-la nós, os parlamentares de então, votado por causa da guerra e como medida de guerra, e ainda por causa da guerra e como medida contra a guerra, a censura foi abolida pelo dezembrismo triunfante.

Os jornaes ficaram então sujeitos à correcção da rua, que era a onda ameaçadora, tirânica, absoluta, truculenta, constituída por elementos da própria policia ou por elementos que ela protegia e incitava, indicando-lhe o momento oportuno de intervir, assaltando os jornaes que lhe desagradassem. (NOTA A).

Mas tempos depois a censura legal foi de novo estabelecida pelo próprio Govêrno que a tinha derogado e os documentos que possuo, documentos deveras preciosos, alguns dos quais eu lerei á Câmara, mostram bem que a censura que outrora tinha sido estabelecida pelo Parlamento por causa da nossa intervenção na guerra, começára a ser aplicada contra essa mesma intervenção, para aniquilar a nossa acção militar, que estava então no seu período de maior intensidade.

#### Documentação do germanofilismo dos meios officiais

### A censura do ministerio da guerra e o jornal "Republica," — O caso do 33 de infantaria

Todos sabem o tristíssimo papel que nesse movimento de Dezembro desempenhou o regimento de infantaria n.º 33, que entrou no movimento sob a promessa de que não iria para a guerra.

Essa vergonhosa promessa encontrou éco na entrevista concedida por um Deputado conservador espanhol que se encontrava hospedado no *Avenida Palace*, por ocasião dêsse

movimento, a um redactor de *El Liberal*, de Madrid, logo que chegou á capital espanhola.

Essa entrevista traduzi-a eu para as colunas da *Republica*, jornal que já então tinha a honra de dirigir. (NOTA B).

Foi o bastante para que logo as ameaças feitas na imprensa me determinassem prudentemente a esconder d'ora avante tudo, por minha parte, ao país do que na imprensa estrangeira se dizia acêrca do recente movimento revolucionário.

Ora foi exactamente esse 33 o único dos regimentos portugêses que não teve a honra, pois a ela fugiu, de figurar entre os que tão brilhantemente se bateram nos campos de batalha, quer da Europa, quer da Africa.

E como prémio da sua vergonhosa felonía, Sidónio Pais deu-lhe as honras de guarda pretoriana da sua própria pessoa, chamando-lhe em vários discursos que pronunciou em Lisboa e na provincia: «o meu bravo 33».

Por êsse motivo também êsse regimento passou a ser especialmente protegido pela censura do dezembrismo.

Eu tenho aqui um documento que o prova e que vou lêr á Câmara.

Consta êle dum corte da censura num número da *Republica*, cuja data não me foi possível precisar agora.

Muito propositalmente, note a Câmara, muito propositalmente, no *Rol de honra* dos campos de batalha, enviado pelo Ministério da Guerra, e pela *Republica* publicado, saiu um dia que entre êles figurava um official de infantaria 33.

No dia immediato procurei publicar uma errata a êsse proposital equívoco, que a censura do Ministério da Guerra de nenhum modo podia saber ou supor que fôra proposital.

Eis como a *Republica* procurou corrigir o tal seu suposto êrro:

«3 e não 33».

«Um lamentável êrro de revisão dava como pertencendo ao regimento de infantaria 33, em a *nota officiosa* que ontem publicámos dos militares mortos em França, o alferes Francisco Pinto Vidigal, pertencente ao 3 de infantaria.

Descobrimo-nos reverentes perante a sua memória, pedimos a todos os soldados que se estão batendo em França e a todos os regimentos a que êles pertencem que nos perdôem o involuntário e lamentável equívoco, seguramente tam doloroso para êles como para nós».

¡ Pois a censura cortou isto !

¿ O que é que significava este seu procedimento assim ardidosamente provocado pela *Republica* ?

Que se queria manter no engano os leitores do jornal, fazendo-lhes crêr efectivamente que tanto havia já em França fôrças do 33, que até um dos seus officiais figurava na lista dos mortos no campo de batalha, e, conseqüentemente, que era falso o que se dizia acêrca do 33 se ter revoltado com a promessa de não ir para a guerra...

### A censura do ministerio da guerra protegendo a campanha contra a guerra

Dias depois, em 6 de Abril, na secção do *Museu Germanófilo*, que a *Republica* tinha aberto para nele ir coleccionando dia a dia tudo aquilo que na imprensa monárquica ou não monárquica fôsse aparecendo ou tivesse já aparecido como oposto à nossa intervenção na guerra e favorável à acção do inimigo, a censura cortava o seguinte que era um dos *papelinhos* que, ao tempo da nossa preparação para a guerra, foram profusamente distribuidos nas ruas de Lisboa, embora criptinamente:

« *Mais um documento histórico.* — Cabe hoje a exposição neste incomparavel Museu a êste *papelinho* que clandestina, pôsto que profusamente, foi distribuido em Lisboa ao tempo em que os Governos da União Sagrada preparavam a nossa cooperação militar na guerra, o que conseguiram através de todas as difficuldades:

« *Para a guerra? Para a penitenciaria?* Os partidos da guerra esforçam-se por enviar gente para o matadouro, oferecendo soldados como cousa própria. O dilema está posto: ou para a guerra como grilhetas; às ordens dos maiores bandidos, os homens honestos e amigos

da sua terra; ou para a penitenciária os quadrilheiros autores de toda esta farça que encobre roubos. É imprescindível tomar um dos caminhos apontados. Ao segundo, pois!»

«Os nossos soldados foram para a guerra antes de 5 de Dezembro; depois desta data deram entrada na penitenciária alguns dos homens públicos que, se tiveram essa responsabilidade, nunca a declinaram.

Foi, pois, satisfeita a vontade dos homens dos papelinhos».

A raiva que isto produziu na censura militar foi de tal ordem, que o lápis azul da censura, na fúria com que foi manobrado, quasi que rasgou inteiramente a prova da página a ela submetida e que V. Ex.<sup>as</sup> aqui têm para examinar.

Este documento, como a Câmara vê, tem mesmo um alto valor psicológico para a apreciação do dezembrismo. E a raiva com que a censura o vitimou denota bem que o golpe desferido pela *República* acertára em pleno peito...

### A censura do ministerio da guerra ao serviço do jornal monarchico "O Liberal,"

Mas há muito mais. A censura do dezembrismo chegou a fazer uma defesa descarada e descabelada do jornal monarchico *O Liberal*, dirigido por António Teles de Vasconcelos, que foi, depois, reconhecido pelo próprio dezembrismo como agente alemão e que, como tal, o governo de Sidonio Paes se viu forçado tambem a pô-lo fora do país, do mesmo modo que anteriormente havia sido feito pelo ministerio Afonso Costa. Esse jornal affirmára o seguinte, num dos seus números:

«1.º Que o sangue português fora vendido pelo partido democrático à Inglaterra;

2.º Que os nossos soldados embarcaram quasi à fôrça;

3.º Que elles eram as rézes de uma quadrilha chefiada pelo sr. Afonso Costa».

Pois estas afirmações foram cortadas na *República*, como a Câmara pode ver, deixando-se passar o comentário a elas e que torna o artigo ininteligível. A censura até parece feita

por qualquer redactor do *Liberal*, sabido como é que elles tinham entrada fácil nos Ministérios e na policia, não faltando até na redacção dêsse jornal quem blasonasse de fazer o que queria do Lôbo Pimentel, o próprio comandante da policia...

Mas há cousas mais graves. E a procissão ainda vai a sair da igreja...

**A censura do ministerio da guerra ao serviço das conveniencias alemãs. — Um telegrama da "Havas," relativo ao combate de 9 d'abril impedido de circular**

Tinha-se dado o combate de 9 de Abril, tam avêssô ás nossas armas, pôsto que altamente glorioso para ellas, e no *placard* do *Século* appareceu um telegrama de Paris, que eu li na passagem para a redacção e que na redacção fui encontrar entre o habitual serviço da *Havas*.

Daí a momentos, do Govêrno Civil preguntaram pelo telefone se estava o director do jornal e, recebida resposta afirmativa, intimaram-no a que a *República* não publicasse aquele telegrama.

Ora como não obedeço nem nunca obedeci a intimações policiaes desta natureza, pousei os auscultadores e mandei logo publicar o telegrama, devidamente comentado, a toda a largura de duas colunas e no alto da primeira página. Aqui está a *prova* da censura, com o respectivo corte. Passo a ler:

« *Os infames allemães. — Artilheiros portugueses e ingleses fusilados. — Paris, 17.* — Segundo a Agência Havas, na linha britânica, os prisioneiros do regimento 93 da infantaria prussiana affirmam que os artilheiros ingleses e portugueses foram fusilados por se terem recusado a voltar as peças contra os seus compatriotas.

« *Não nos repugna acreditar que o facto seja verdadeiro, porque os processos de guerra allemães são da mais violenta e infame atrocidade. No entanto toda a nossa alma vibra de indignação e se levanta para se revigorar no ódio a uma raça que sempre o espirito latino tem de considerar bárbara, rapace e retrógrada* ».

Claro está que a censura cortou isto no número do dia seguinte, era o de 18 de Abril, como a Câmara pode examinar. Era isso mesmo que eu pretendia, desobedecendo à insólita e arbitraria imposição policial. Lá estava a censura, que cortasse se quisesse e entendesse que era do seu dever ante as instruções recebidas. O meu dever era, como jornalista, publicar o telegrama e, como patriota, desobedecer à policia, que assim fazia o serviço dos nossos inimigos. Eu ficaria assim com o documento e a prova esmagadora para ela e para o Govêrno, e que a todo o tempo poderia invocar e mostrar. É o que faço neste momento, em que tam solenemente desenrólo o meu depoimento como testemunha ante o meu país e ante a História.

¿Quere a Câmara documento mais concludente de que nas regiões officiais se fazia o jôgo da Alemanha?

### **Outra prova de que o ministerio da guerra não queria perder as simpatias da Alemanha**

Dias depois, em 23 de Abril, a censura sustou ainda o seguinte sôbre o mesmo assunto:

*« Ansiedade. — Duas semanas decorreram sôbre o combate em que tantos soldados portugueses, apesar da sua heroica resistência, tiveram de recuar perante a brutal investida dos boches, muitissimo superiores em número, deixando o solo juncado de cadáveres (segundo se diz) e prisioneiros nas mãos dos inimigos, e ainda o Govêrno não forneceu à imprensa uma lista das perdas sofridas. Cada soldado que a essa data, 9 de Abril, estava combatendo em França, tem em Portugal corações dedicados e amigos que ansiosamente esperam as suas noticias e estão palpitando, desde então, numa angústia tremenda que é quási um crime prolongar. Mas não são só as familias e os amigos dos combatentes que carecem de saber a verdade do que se passou, ou pelo menos os nomes dos mortos, dos desaparecidos, dos prisioneiros do dia 9. Todo o país tem direito a sabê-lo e êsse direito é dos que não admitem delongas. Ao desleixo do Govêrno acresce a perturbação que no espirito público causam certos córtes que a censura porventura preventiva-*

mente faz em notícias referentes ao mencionado combate. Acabe-se, pois, com esta ansiedade torturante e cumpra o Governo imediatamente o seu dever.»

A censura cortou implacavelmente êste artigo que interpretava bem a ansiedade do espirito nacional, deixando crescer essa ansiedade avolumada com os boatos e as notícias dos successivos avanços alemães de então e que precederam os ultteriores contra-ataques vitoriosos de Foch. Só os jornais situacionistas podiam comentar a seu bel-prazer as notícias da guerra. Os jornais republicanos não tinham êsse direito...

O Sr. Vitorino Godinho: — Os que se diziam jornais republicanos e ajudavam a obra do dezembrismo foram condecorados!

O Orador: — Razão de sobra para justificar que não o fôssem os que o combateram a peito descoberto.

Mas continúo a apresentar os documentos que prometi.

### A immoralidade do "roulement,"

No dia 20 de Abril houve na *República* o córte do seguinte artigo sôbre o *Roulement*. E a propósito devo dizer, pois já o posso dizer, que o *roulement* foi aqui largamente discutido numa das sessões secretas realizadas no tempo em que o Sr. Afonso Costa presidia ao Governo, a seguir ao Ministério da União Sagrada. E nessa discussão tomou larga parte defendendo, um official que foi mais tarde Ministro de Sidónio Pais...

Pois, como vinha dizendo, o córte feito pela censura no dia 20 de Abril foi o seguinte:

«O *roulement*. — Da católica *Liberdade*, do Pôrto: Tem dito o nosso presado colega *A Situação* que o Governo satizfez uma justa reclamação do exército decretando o *roulement* — e é verdade. Mas está êle pôsto em prática?

Oferecemos ao colega e ao Governo a seguinte passagem duma carta dum amigo nosso, actualmente no *front* e datada de 8 do corrente:

«O Governo tem aqui perdido simpatias, pois todos estão

convencidos de que o *roulement* nunca passará do domínio da papelada e nunca será pôsto em prática».

Como esclarecimento devemos dizer, que o official signatário da carta é um amigo do Govêrno, um conservador e um católico militante».

A isto observava a *República*:

«Oferecemos êste guardanapo ao Govêrno para que se assôe a êle, tanto mais que o *roulement*, como êle o determinou, foi com o viso de colhêr simpatias talvez mais cá dentro do que lá fora... Olhe que a *Liberdade* é um dos seus melhores amigos... de Peniche».

O Sr. Vitorino Godinho (*interrompendo*):— O *roulement* dos officiais era impraticável como o pôde averiguar quem quizer ouvir a opinião dos officiais que estiveram em França e quem quizer ler o que está escrito a êsse respeito. Essa idea só podia ser defendida por má fé e o que se pretendia fazer com o *roulement* era o verdadeiro *conto do vigário*.

O Orador:— Eu também assim o considere e considero; mas isso é caso para ser tratado mais tarde.

**A censura do ministerio da guerra ao serviço do jornal monarchico "Patria!", que considerou a nossa intervenção na guerra "o maior crime nacional,"**

No dia 28 de Julho ainda o jornal a *República* era mais uma vez vítima da censura.

O corte foi feito no artigo que vou ler:

«*Museu germanófilo* (2.<sup>a</sup> série). III. «O maior crime nacional». — Exporemos hoje neste nosso educativo e incomparável «Museu» o seguinte trecho de um artigo inserto em uma folha monarchica do Porto:

«Quanto à nossa participação na guerra dissemos que foi o maior crime nacional que se tem cometido, e disso estamos convencidos. É bem do domínio público que todas as nações publicaram em livros os documentos trocados com as chancelarias e que precederam a sua participação no conflito. Só Portugal o não fez; não o fez o Govêrno democrático que foi quem para

a guerra nos arrastou. ¿Foi a nossa fiel aliada quem solicitou a nossa cooperação militar? ¿Porque se não deu então a público o documento em que tal cooperação era pedida? (Da *Pátria*, jornal monárquico, do Pôrto, em 20 de Julho. Redactor principal, *Campos Monteiro*, deputado monárquico pelo Pôrto).

E a *República* comentava: — « Como se vê, é Deputado monárquico o redactor principal da fôlha em que se assevera que foi «o maior crime nacional» não só cumprirmos os nossos deveres de aliança, como ainda defendermo-nos contra a afrontosa declaração de guerra que nos fez a Alemanha. Vê-se que o Sardinha fez escola. O que cumpria era fazer Portugal o contrário do que fez... Ora o tal redactor, bem como o conspicuo Sardinha, são... deputados. Claro está que vão pedir em *sessão pública* os esclarecimentos que exigem nas suas respectivas fôlhas. Se não o fizerem, e *desde já*, não são mais que uns simples farçantes».

Repito que essa transcrição, assim comentada, era feita de um jornal monárquico do Pôrto, dirigido pelo célebre Pereira de Sousa, um homem que tam célebre se havia de tornar depois no tempo da *Traulitânia*, e de cuja redacção fazia parte outro monárquico, o Dr. Campos Monteiro, que tinha assento nesse pseudo parlamento sidonista.

### Os deputados monárquicos requerem uma sessão secreta a pretexto da publicação do "Livro Branco,"

O meu *dossier* é enorme, e o que apresento à Câmara é a mínima parte dêle, escolhendo eu de entre êle o que se me afigura de mais impressivo quanto á orientação do dezembrismo na questão da guerra, pois não quero tomar demasiado tempo à Câmara com a minha despretenciosa e desataviada exposição. Por isso vou referir-me agora a um incidente levantado nesta mesma sala ao tempo em que aqui se reúniam os Deputados dezembristas, monárquicos encobertos muitos delles. Pois numa dessas sessões foi apresentado pelo Sr. Aires de Ornelas o requerimento que passo a lêr:

«Nos termos do Regimento, que no n.º 4.º preceitua que a Câmara funcionará em sessão secreta:

N.º 4.º Por simples requisição de vinte deputados que, apenas informarão o Presidente do assunto a tratar na sessão secreta: os abaixo assinados, Deputados da Nação, requisitam uma sessão secreta:

1.º Para que o Govêrno se manifeste sôbre a conveniência ou inconveniência da publicação dum *Livro Branco* com os documentos referentes á nossa entrada na guerra:

2.º Para que o Govêrno defina a nossa situação actual na guerra;

Sala das Sessões da Camara dos Deputados, 29 de Julho de 1918.—*Aires de Ornelas, António Cabral, D. Luiz de Castro, José de Azevedo Castelo Branco, José Augusto Moreira de Almeida, Alfredo Pimenta, Gaspar de Abreu e Lima, Camilo Castelo Branco, Anibal Soares, António Sardinha, Conde de Arrochela, Alfredo António Cunhal Júnior, F. Rocha Martins, Eduardo Pinto da Cunha, António Hintze Ribeiro, Artur Carvalho da Silva, António Teles de Vasconcelos, Alberto Navarro, Abílio de Campos Monteiro, Fernando Pixarro de Sampaio e Melo, João José de Miranda, Alvaro de Miranda Pinto de Vasconcelos, Frederico de Bivar Weinholtz, José Lôbo de Ávila Lima, António Duarte Silva e António Horta Osório.*

### Comentario da “Republica., a esse requerimento

Êste requerimento transcrevia-o a *República* no seu *Museu Germanófilo*, de 31 de julho, comentando-o nestes termos:

«Pedem os signatários dêste documento *uma sessão secreta* para saberem as razões porque não se publica o *Livro Branco*. ¿Porque não fazem a pergunta *em sessão pública*? O Govêrno não carece de sessão secreta para dizer quais essas razões, tanto mais que, fazendo parte do Govêrno individuos que no Parlamento fizeram tais perguntas em sessão pública por várias vezes, nunca os Governos de então pediram sessões secretas para explicarem o motivo porque não publicavam o *Livro Branco*.

¿Entenderam agora êsses mesmos individuos que só em sessão secreta é que se podem explicar?...

Demais, ainda no requerimento se pede para o Govêrno definir a nossa situação actual na guerra. ¿Pois ainda não está definida?...

A razão da sessão secreta não é nenhuma das alegadas. Fazendo parte da actual assembleia de S. Bento, a título de Deputados, individuos assás conhecidos como germanófilos e outros públicamente acusados, sem que nunca conseguissem defender-se da acusação, de servirem a Alemanha por dinheiro, o que se pretende evidentemente, é conhecer documentos secretos para se informar conscienciosamente o alemão que paga...»

### O snr. Aires d'Ornelas provoca uma farçada parlamentar em S. Bento

Deu ensejo êste justo comentário, a que o snr. Aires d'Ornelas, que era director do jornal monárquico o *Diário Nacional*, viesse aqui á sala do Parlamento pôr em scena uma ridícula e torpe comédia política a que o Govêrno de então se associou, e durante a qual não faltaram imprecações e injúrias contra o jornal a *República* e o seu director, a minha humilde pessoa. (NOTA C.)

Esqueceu ou fingiu ignorar êsse desgraçado Sr. Ornelas, que parecia ter então o rei e o Sr. Sidónio Pais na barriga,—e chamo-lhe desgraçado, porque êle se encontra agora entre o número dos presos políticos,—que tinha então a seu lado na bancada parlamentar vários individuos conhecidos como germanófilos profissionais, francamente dedicados à Alemanha; individuos como José de Azevedo Castelo Branco, por exemplo, que publicava no jornal monárquico *O Dia*, cujo director também figurava entre os signatários do requerimento que tive a honra de lêr à Câmara, vários e inolvidáveis artigos contra a nossa entrada na guerra, e ainda como êsse venal e ridículo Pimenta, que toda a gente conhece, e que fazia também parte da redacção do próprio jornal que o Sr. Aires de Ornelas dirigia.

## O "Diário Nacional," desmascarando o sr. Aires de Ornelas

No entanto, o próprio Aires de Ornelas escreveu, ou consentiu que o jornal monárquico que dirigia publicasse, o que vou ler acêrca de germanofilismo e germanófilos. É uma verdadeira revelação e, do mesmo passo, a mais formal condenação da indignação postiça que pôs nas palavras que aqui nesta sala então proferiu :

"Se um monárquico fôr acusado, mesmo com factos, de germanofilia combatente, não ficará fora do nosso grémio enquanto uma sentença passada em julgado o não afirmar culpado.»

É êste aforismo do *Diário Nacional*, do dia 7 de Julho, isto é, de poucos dias antes daquele em que o Sr. Aires de Ornelas aqui apresentou o tal requerimento. De forma que, como lugar-tenente de D. Manuel e jornalista, entendia que o seu partido podia ser velhacoato de todos os suspeitos de propaganda germanófila, contanto que fôsem suficientemente hábeis para escapar a uma sentença de justiça; mas, como Deputado e chefe do bando monárquico, entendia que qualquer dêesses lá podia estar muito bem, pois que ainda que lhe mostrassem as provas palpáveis de traição ou os próprios recibos dos *trinta dinheiros*, isso não podia substituir o valor duma sentença condenatória do Poder Judicial. Assim poderiam assistir à sessão secreta assim requerida êsse venal Pimenta e o Teles de Vasconcelos, por exemplo, tomando conhecimento do conteúdo dos documentos secretos do Estado e irem depois revelal-o, mediante estipêndio, ao inimigo.

Não tinha dúvida. Ainda não havia sentença contra qualquer dêles...

Assim, Aires de Ornelas, jornalista, em vez de tratar a questão no seu jornal contra o jornal e o jornalista que lhe fôram à mão, preferiu valer-se da sua situação de Deputado e vir aqui para a Câmara representar a tal comédia, pois estava certo de que aqui não poderia ter logo a devida resposta, visto eu não ter, por honra minha, lugar entre os pseudo-deputados de então. Não pôde escapar, porém, ao duro castigo que lhe infligi

na imprensa, tendo só agora que registrar a triste fuga do *Deputado* e do *representante de el-rei*, esquivando-se a todo e qualquer encontro com o jornalista e o jornal no terreno da imprensa. (NOTA D.)

O Sr. Aires de Ornelas parece ter, mais tarde, reconhecido o triste papel que fizera nesta casa, porquanto no próprio *Diário da Câmara dos Deputados* fez justiça a si próprio, não fazendo publicar nele êsse tal seu discurso.

Em compensação, Sr. Presidente, o Sr. Tamagnini Barbosa saiu do seu lugar, na bancada governativa, para cumprir o sinistro portuguez que tinha tido a coragem de, sem o menor reboço, fazer tal afirmação.

Emquanto o Sr. Aires de Ornelas tinha a hombridade de, por vergonha, evitar a publicação do seu discurso no *Diário das Sessões*, o Ministro Tamagnini, para ignomínia sua, deixava publicar o seu.

O Sr. Tamagnini Barbosa dizia então, respondendo ao Sr. Aires de Ornelas :

« Escusado seria tomar a palavra para acentuar, em nome do Govêrno, a reprovação a essa attitude dum jornal que, procurando visar os parlamentares monárquicos, visava a Câmara toda. (*Apoiados*). Os seus autores são os mesmos que, prégando durante tanto tempo a união de todos os portuguezes, formulam agora, pelos processos mais ignóbeis, a desordem de todos nós.

Não é preciso acrescentar mais nada ». (NOTA E.)

Isto está impresso no *Diário das Sessões*.

« Não se torna necessário acrescentar mais nada », dizia êle. E não.

O futuro, os factos subsequentes fôram a própria condenação do seu procedimento. O cordial apêrto de mão trocado então entre êle, em nome do Govêrno, e o Sr. Aires de Ornelas, teve como consequência levar a República à beira do abismo, poucos meses mais tarde, com a sublevação monárquica do Pôrto.

E mais não digo sôbre o Sr. Aires de Ornelas, pois que se encontra preso, e eu nunca ataquei ninguém que preso se encontrasse, e que, portanto, não pudesse gozar da sua liber-

dade para se defender plenamente dos ataques que lhe fôsem feitos.

Quando nós, as vítimas do dezembrismo, estávamos sob prisão, êle no seu jornal aproveitava-se da situação de favor que então fruía para nos atacar rudemente, mais que rudemente, descarovelmente, e sem o menor escrúpulo.

Eu, ao contrário dêle, limito-me a um singelo repudio das palavras com que procurou atingir-me nesta casa e a apresentar serenamente, como uma simples testemunha, os documentos dos factos que conheço e que comprovam a turva politica do dezembrismo, em que êle colaborou, quanto á nossa cooperação na guerra. (NOTA F.)

**O «deputado» capitão Cameira, mobilizado, não acelta a «comissão de serviço»... d'ir para a guerra!**

Mas há mais ainda neste meu *dossier* — e para isto chamo a especial atenção da Câmara :

Tempos depois, ainda no jornal *A República*, e a propósito de se afirmar no próprio órgão officioso de Sidónio Pais que o Sr. Brito Camacho se esquivava a ir para a guerra, publicou-se o seguinte :

«Como se viu pelo requerimento do Sr. Brito Camacho, êle não se recusa a ir para a França, disposto como está a seguir, como médico militar, quando o mandarem, quer lhe caiba, quer não, a vez na escala dêsse famoso *roulement*, palavra francesa que o geral do público não sabe o que é, mas que pôde ter a livre, significativa e justa tradução do *engrolamento*.

Se não veja-se o que se está dando com o Sr. capitão Cameira, a escora máxima do dezembrismo, o qual, não querendo ser *enroulé*, se pinta para engrolar os outros na sua altura da escala.

E tanto assim que sabemos que, avisado o Sr. capitão Cameira de que lhe cabia a vez de marchar, o Sr. capitão Cameira — capitão dos serviços de administração militar, Eurico

Máximo Cameira Coelho e Sousa, por extenso — participára que «não aceitava a comissão no Corpo Expedicionário Português por ser Deputado da Nação».

É curioso, pois, comparar o procedimento do Sr. Brito Camacho com o do Sr. capitão Cameira (Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa, por extenso), e, principalmente, dêste «Deputado da Nação»... dezembrista, com os Deputados da Nação que eram militares no Parlamento demolido a tiro pelos canhões do parque Eduardo VII em Dezembro do ano passado, os quais não invocaram a sua qualidade de parlamentares para deixarem de cumprir o seu dever militar, não sendo mesmo poucos aqueles que voluntariamente se ofereceram — e seguiram — para marchar para a frente de batalha.

De resto, chamar um oficial «mobilizado» comissão a *um serviço de campanha* só podia lembrar ao Sr. capitão Cameira (Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa, por extenso), e aceitar como boa tal classificação e... desculpa do Sr. capitão Cameira (Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa, por extenso), só o podia fazer um Ministro que, de facto, não é Ministro, mas simples secretário, ou lá o quer que é, de quem tem por escora máxima o Sr. capitão Cameira (Eurico Máximo Cameira Coelho e Sousa, por extenso)».

### Os deputados militares dezembristas e os deputados militares de 1914-1917

Compare-se agora o procedimento inqualificavel dêsse pseudo-Deputado de então que, sendo oficial do exército, e demais a mais da administração militar, o que diminuía profissionalmente o seu risco pessoal, recusava o serviço de guerra que por escala lhe competia, e a que êle chamava *comissão de serviço*, sob o pretexto de ser Deputado, com a nobre atitude dos meus colegas no parlamento que Sidónio Pais dissolveu a tiro, os quais, a começar pelo seu ilustre presidente, que é hoje de novo o nosso presidente, o Sr. coronel Sá Cardoso, a quem por isso presto a mais alta homenagem, tendo feito a propa-

ganda da guerra, puseram inteiramente de parte as suas regalias parlamentares, seguindo, sem hesitação, para onde o dever militar os chamava a combater pela Pátria. O contraste é flagrante. (*Apoiados*).

### A censura do ministerio da guerra apanhada com a boca na botija quanto á nossa intervenção na guerra

Outro documento, Sr. Presidente. Consta ainda da *República* de 25 de Agosto de 1918.

Havia o próprio órgão de Sidónio Pais, a *Situação*, publicado o seguinte :

« Os aliados não solicitaram reforços, antes pelo contrario; mas o Sr. Garcia Rosado foi encarregado de ir a Paris e Londres conseguir que esse « pelo contrario desapareça ».

Foi isto transcrito, sob a epigrafe *Canalhas*, em o número de 18 de Agosto do *Rebate*, propriedade do Grupo de Propaganda Estudos Sociais, que lhe fez o comentário seguinte :

« Isto é mendigar-se uma autorização para o envio de tropas. Todas as promessas, todos os protestos não passaram de repelentes burlas. O povo tem fome, não importa, contanto que se possa mandar para o *front* carne de canhão e que à custa do sangue derramado se consolide o poder das camarilhas ».

! Pois a censura, a tal censura... contra a intervenção na guerra feita no Ministério da Guerra, deixou circular isto ! Em vista do que a *República* transcreveu isso mesmo na sua secção *Museu germanófilo*, de 25 de Agosto, sob a epigrafe : *Estranho protesto*, fazendo o seguinte comentário que essa mesma censura cortou, como aliás cortou também o citado comentário à *Situação* que havia deixado circular no tal jornal operário ou pseudo-operário :

« Como se vê, fala-se em promessas não cumpridas, (note bem a Câmara, em *promessas não cumpridas*), e, portanto, qualificadas de burlas. ¿ Que promessas foram essas? Quem as fez? Dar-se há caso que se confirmem assim as declarações feitas no *Liberal* de Madrid pelo Deputado espanhol D. Emilio Santa Cruz (NOTA F), que se encontrava em Lisboa nos primeiros dias de Dezembro de 1917, o qual entre outras cousas disse « constar ser o movimento de então monárquico-germanófilo, tendo-se prometido às tropas que se revoltassem para não irem para a guerra »? »

Verdade é que êle acrescentou não ter para isso outro dado que não fôsse o saber-se que « 700 homens do regimento de infantaria de linha n.º 33 tinham de embarcar dum momento para o outro, a fim de serem transportados para a frente ».

Por signal que por nós termos transcrito isto em a *República* de 15 de Dezembro de 1917 ia caindo o Carmo e a Trindade... Mas agora o *Rebate* diz aquillo que diz com permissão da censura... ? Mas quem fez então as tais promessas? Os monárquicos ou quem?... »

Isto foi simplesmente cortado pela censura na *República*. Aqui tem a Câmara o respectivo exemplar da *prova* submetida à censura para ver. Digam agora que a censura não era germanófila, ou que no Ministério da Guerra pois tinha começado o contra-ataque vitorioso de Foch, se procurava ocultar então ao país e ao estrangeiro estas provas evidentes duma anterior subserviência ao idolo germânico.

Outro factó. Não tem fim a série. Isto agora é com o jornal o *Tempo*, órgão officioso do Ministro Tamagnini Barbosa. Achava-me eu preso com o Sr. José Barbosa na Tôrre de S. Julião após o malogro do movimento de Coimbra, em que não tinhamos tomado parte, escusado será dizê-lo. Um dia pela manhã appareceu inesperadamente na Tôrre um agente de policia com um mandado para nós. Tivemos de o acompanhar até ao Ministério do Interior, onde nos fizeram entrar para a sala onde funcionava a policia inter-aliada. Nada tenho de dizer à

Câmara quanto ao motivo porque nos forçaram a comparecer ali. Não serei eu que levante agora aqui o sigilo até ao presente conservado por essa polícia a tal respeito. Apenas direi, e aqui está a prova, que o *Tempo*, do Sr. Tamagnini Barbosa, com a segurança de que não podíamos protestar por estarmos incomunicáveis, publicava o seguinte dois dias depois, a 24 de Outubro...

O Sr. Presidente:—Previno o ilustre Deputado de que são 18 horas e 15 minutos e que estão na Mesa emendas do Senado à lei dos duodécimos que necessitam ser hoje discutidas, por isso rogo a V. Ex.<sup>a</sup> a fineza de terminar as suas considerações ou suspende-las até a proxima sessão.

O Orador:—Se V. Ex.<sup>a</sup> me permite eu faço a leitura a que ia proceder. É breve. (*tê*).

« Um telegrama sensacional — Quem são os germanófilos? — Foi uma casa alemã que forneceu os revolucionários—O nosso presado colega *A Situação* publicava ontem o seguinte telegrama sensacional:

Paris, 19.—Sabe-se de fonte autorizada que uma grande parte das armas e munições apreendidas aos organizadores da recente tentativa revolucionária contra o Governo do Sr. Dr. Sidónio Pais foram enviadas para a fronteira portuguesa por uma casa alemã.

Causou profunda sensação a prontidão e energia com que foi dominada a tentativa revolucionária, esperando-se com confiança a eficácia das medidas tomadas pelo governo português, a fim de pôr termo a esta constante agitação que torna impossível toda a colaboração séria de Portugal nos negócios internacionais.—*Fast* ».

«A segunda parte do telegrama é de molde a regozijar o nosso coração de portugueses. Vê-se que nos meios políticos da França causou sensação a rápida jugulação do movimento criminoso da semana última. Não podem os demagogos portugueses alegar o reaccionarismo da França, agora que o velho tigre, essa admirável figura de velho lutador, que é Clemenceau, preside aos destinos da pátria de Joana d'Arc. Apurado o caso Malvy, tam explorado pelos jornais adversos à actual situação política de Portugal, que teciam ao proscripto os mais rasgados

elogios, a França, *embora dirigida pelo velho jornalista do «Homme Libre»*, compreendeu a união nacional.

«Compreende-se, portanto, que a França tenha visto com bons olhos a jugulação do nosso movimento interno, porque essa vitória representava a vitória da união dos portugueses sinceros.

«Eis porque nos agradou a segunda parte do telegrama da *Fast*. Mas, infelizmente, a primeira parte, que a agência parisiense diz ter colhido em fonte absolutamente autorizada, vem dizer-nos que as armas foram enviadas para a fronteira portuguesa por uma casa alemã.

«Vejam agora esta local, publicada nos jornais de ontem :

No ministério do interior estiveram ontem depondo perante a polícia inter-aliada os Srs. José Barbosa e Eduardo de Sousa, respectivamente, director e redactor principal dos jornais *A Lucta* e a *República*.

Não haverá correlação entre os dois casos? Fica a pergunta apenas a título de curiosidade.

Por agora só nos resta perguntar, lembrando-nos da porta aberta em Angola : *Quem são os germanófilos?*

O **Orador** :— Quer dizer : eu, que sustentei a mais ardente, trabalhosa e insistente campanha em prol da nossa participação na guerra ao lado dos aliados, eu, que na *República* tinha inaugurado o «Museu Germanófilo» para arquivar os documentos da lavra dos inimigos da nossa intervenção, isto é, dos serventuários da Alemanha, era acusado pela fôlha ignóbil dum não menos ignóbil político de estar vendido ao ouro alemão!

Sr. Presidente, dada a observação de V. Ex.<sup>a</sup>, ficarei com a palavra reservada e concluirei na próxima sessão as breves considerações que ainda me restam por fazer. Por hoje tenho dito.

## NOTA A

---

### I

## O primeiro assalto á redacção da "Republica"

---

### O manifesto do sr. dr. Bernardino Machado

---

No dia 30 de março de 1918 a *Republica* publicava sem comentarios na sua primeira página o seguinte historico documento :

#### Manifesto de s. ex.<sup>a</sup> o sr. Presidente da Republica Portuguesa, dr. Bernardino Machado

---

#### A' NAÇÃO

Os acontecimentos que se produziram em Lisboa, no decurso do mez de dezembro de 1917, suscitam duas ordens de questões.

A questão interna — a Republica.

A questão externa — a Guerra.

A'cerca de ambas, a má fé de uns, a ignorancia de outros e a fraqueza de muitos tem estabelecido uma tal confusão de principios e tem consentido tão erróneas interpretações, que julgo urgente apelar para a intelligencia pública e para os sentimentos de honra que sempre enobreceram a nação portuguesa, a fim de tornar bem patente a seus olhos a situação em que ella se encontra.

Frederico II, da Prússia, resumiu nesta fórmula cinica o principio do direito da conquista: «Comecemos por deitar a mão ao que nos convém; mais tarde não faltarão pedantes que justifiquem o nosso direito.»

A moral alemã, que parece ter-se introduzido em Portugal com alguns dos seus agentes, está inspirando as acções dos portuguezes que se apropriaram dos poderes regulares da nação em dezembro de 1917. Praticado o acto de verdadeira pirataria pelo qual tomaram de assalto a República fundada em 1910 e reconhecida legal pelas Constituintes de 1911, bem como pelos governos de todas as nações, os usurpadores dos poderes confiados á guarda do Chefe do Estado, do Parlamento e do Governo procuram agora justificar o seu direito á usurpação por meio de razões tão contrarias ao que está consagrado em matéria constitucional e tão opostas aos sentimentos de lealdade dos cidadãos que servem o Estado, para com êste, que entendo do meu dever proclamar perante o país, como seu mais alto representante, a inanidade de semelhantes justificações e a abominavel infracção da moral publica que elas importam.

O direito revolucionário, invocado pelos autores e cúmplices da aventura de Dezembro, e pelo qual pretendem fundamentar a deposição do Chefe do Estado, a dissolução do Parlamento e dos Corpos administrativos, a abolição da liberdade de imprensa e de reunião e a perseguição de que estão sendo vitimas os homens mais representativos da República Portuguesa, é uma concepção tão falsa como monstruosa, que, se fosse admitida como legitima, tornaria instáveis as mais sólidas conquistas da soberania popular.

O direito que assiste aos povos de orientarem o seu destino politico, nada tem de comum com o que se passou em Portugal. As revoluções que promovem um deslocamento de poderes fundamentais, como é o da chefatura do Estado, só podem ser consideradas como actos legitimos, quando teem por objectivo substituir um regime por outro mais progressivo, ou defender os principios e direitos que êste instituiu. Assim foi legitima a revolução de 5 de outubro, que fez cair a realeza e implantou a República; assim foi legitima a revolução de 14

de Maio, levada a cabo com o propósito de restabelecer os princípios da Constituição.

Ao dar-se a sedição militar de Dezembro de 1917, nem o povo português pensava em mudar o regime, nem havia que restabelecer nenhum dos seus princípios postergados. As instituições do Estado funcionavam normalmente: a Constituição, obra das Constituintes, estava em vigor, e, para a sua reforma, ela mesma prescrevia os tramites adequados; o Presidente da República, chefe eleito da nação, não saíra para fóra das suas prerogativas; o Parlamento, emanação da soberania nacional, interpretára fielmente as grandes injunções do seu mandato; o Governo, responsável pelos actos do poder executivo, apoiado na confiança dos corpos co-legislativos, dirigia os negócios publicos em perfeita identificação com os seus altos votos patrióticos. A sedição de Dezembro não foi portanto uma revolução, nem êsse nome se lhe pode dar: foi simplesmente um atentado á soberania nacional e, como tal, foi um golpe de mão, foi uma cilada, foi um crime. Sancioná-la sob a invocação de um falso direito revolucionario é destruir o principio da organização do Estado nas suas bases, é encorajar a insurreição sistemática contra o poder constituído, é tornar legitimos todos os empreendimentos de aventureiros audaciosos, na realidade é lançar a sociedade na dissolução e abrir a porta a todas as anarquias.

Tão absurda concepção é, além disso, a formal negação dos proprios principios de respeito á legalidade, em nome dos quais a Republica foi instituida. Foi para pôr termo ás constantes infracções da Constituição, á supressão das leis e á violação das liberdades publicas que ela se fez. Foi o regime das ditaduras que a tornou necessaria; foi uma ditadura que a provocou. Renovando abusos que combateu e contra cuja existencia se inspirou para constituir um Estado dentro do qual eles não mais fossem possiveis, a Republica retrocede aos costumes politicos da decadencia da monarquia constitucional e inflige a si propria e aos principios que proclamou, um vergonhoso desmentido. O que levantou a opinião republicana contra o governo Pimenta de Castro, foi o facto de os vêr em perigo. Foi para os defender e salvar que milhares de cidadãos se bateram e expu-

zeram a vida, nas ruas de Lisboa e Porto, na jornada historica do 14 de Maio. A dois anos de distancia, é forçoso reconhecer que tão heroico sacrificio foi inutil, que tanto generoso sangue derramado o foi em vão, e que as conquistas efectuadas pelo esforço tenaz de duas gerações de homens livres foram mais uma vez anuladas por fautores politicos sem educação democratica e sem patriotismo.

A situação actual, no seu conjunto, faz descer Portugal á condição de um desses Estados de civilização precaria, nos quaes a ambição dos homens se substitue a todo o respeito pelas leis e toma o poder de assalto quando o seu capricho lho faz desejar, coloca a nação perante a Europa, no mais grave transe da historia da humanidade, na posição de um Estado anarquizado, compromete o prestigio nacional na occasião em que ele cá fóra se levantava a grande altura, procura anular esforços generosos, ameaça reduzir a pó a mais bela tentativa de ressureição moral que ainda foi empreendida por portuguezes no decurso da sua longa historia. E' um crime que atinge a Republica na sua essencia e a Nacionalidade no seu coração.

A sedição militar de dezembro fez-se contra a guerra. Negá-lo é já hoje pueril. As circumstancias em que se produziu, as solidariedades com que conta, as afirmações não mascaradas dos elementos germanófilos e não intervencionistas que a apoiam, as perseguições especialmente exercidas contra aqueles dos homens publicos portuguezes que mais se distinguiram na propaganda e na direcção politica e militar da intervenção, e a propria acção paralizadora dos meios officiais em tudo quanto se refere ao prosseguimento do esforço militar, aí estão a demonstrá-lo.

Em vão os poderes usurpadores saídos deste movimento protestam perante as nações aliadas os seus sentimentos de fidelidade á causa a que Portugal associou os seus destinos. Estes protestos sem sinceridade são-lhes impostos pelo imperio de factos consumados que elles já não podem modificar sem correr risco de se tornarem de todo suspeitos aos olhos do mundo inteiro. Toda a sua acção porém — a rescisão dos contractos para fornecimento de material de guerra, a redução dos efecti-

vos combatentes, a quasi extinção da defeza dos nossos portos e das nossas costas, a supressão de serviços de aviação, a suspensão total das remessas de novos contingentes para a frente portuguesa — clama o seu propósito de fazer passar para um segundo plano das preocupações nacionais a questão da participação de Portugal na guerra.

Entretanto, e ao mesmo tempo que os homens publicos que realisaram a obra da intervenção, se tornam objecto de inqualificaveis perseguições, os elementos reaccionários, germanófilos e anti-intervencionalistas da opinião e da imprensa portuguesa fazem o processo dos *responsaveis da guerra*.

A entrada de Portugal na guerra europeia, ao contrario do que afirmam os que tenazmente e por multiplas e malévolas razões a teem combatido até aqui, não foi a obra de um partido. Esta afirmação pretende disputar ao país a primazia que lhe cabe e que fará eternamente a sua gloria, de ter tido primeiro que ninguem a intuição do que convinha ao interesse nacional, ao produzir-se a conflagração de 1914. Os primeiros indicadores do caminho que Portugal tinha a seguir, foram a opinião com as suas manifestações publicas, e a imprensa, exceptuados os órgãos monárquicos, com as suas instigações a que a nação tomasse posição nesse conflito de predominios.

O governo que, a este respeito, pronunciou as primeiras palavras necessarias — aquelle a que tive a honra de presidir em 1914 — não era um govêrno de partido, como não era um govêrno de partido aquelle de que tomou a presidencia em março de 1916 o dr. António José de Almeida, tendo a seu lado o dr. Afonso Costa, após a declaração de guerra da Alemanha a Portugal. Assim, dos tres agrupamentos organizados em que se divide a politica portuguesa, dois solidarisaram-se absolutamente com o pensamento da intervenção, e o terceiro, isto é, o partido unionista, apesar da imprecisão dos seus objectivos politicos, por diferentes vezes lhe offereceu o seu apoio. Se este partido não colaborou com os successivos governos que se constituiram em Portugal depois da declaração da guerra, foi porque não quiz. Na minha qualidade de Presidente da Re-

pública insistentemente o solicitei a dar ao país o concurso desinteressado que as circunstancias reclamavam.

A realização do pensamento da intervenção não comportava duas interpretações. Fossem quais fossem os sacrificios que a nação tivesse de fazer para honrar os seus compromissos seculares com a Inglaterra e traduzir o sentimento publico, a unica solução consentanea com o prestigio nacional era a da cooperação militar nos campos de batalha da Europa. Por outro lado (julgo necessario dizer-lo a fim de dissipar perante nacionais e estrangeiros uma interpretação que tem pesado demasiadamente sobre o caracter da intervenção portugueza na guerra europeia) Portugal não entrou na guerra como um Estado secundario, arrastado, mau grado seu, na orbita de uma grande nação, mas como uma nacionalidade ativa e independente, que deliberadamente associa a outra os seus destinos num lance critico da historia de ambas. Os tratados e convenções, entre elas existentes, apenas tiveram por efeito tornar mais estreita a sua solidariedade. Independentemente destas circunstancias de caracter politico internacional, o sentimento publico quiz a entrada na guerra como uma afirmação da personalidade nacional e repeliu com indignação toda a politica que tivesse por efeito reduzir ou amesquinhar nessa conjuntura o valor moral da nação, o que teria sucedido, se, por incompreensão do interesse geral, ou por estreiteza de vistas, ou por imperdoavel fraqueza de animo, a República houvesse recuado perante o cumprimento dos deveres que a situação lhe impunha, ou houvesse enveredado pelo caminho de uma política de ambiguidades e vacilações.

A guerra unicamente feita em Africa, a concessão apenas dos nossos portos e armamentos em favor dos Aliados, e outras formas de redução do valor material e moral da nossa cooperação, faziam parte dessa politica, preconizada pelos adversarios do regime, quando não levavam mais longe a sua campanha de depressão do espirito publico. Os homens que se recusaram a segui-la e resolutamente empenharam a nação no grande pleito, nas unicas condições em que o prestigio nacional lho permitia fazer, adoptaram a unica política de que por-

tugueses dignos deste nome pudessem assumir a responsabilidade, resgataram desta arte muitos erros do passado politico de Portugal, carream-lhe a estima do mundo, afirmaram o seu direito á existencia numa crise terrivel de incerteza para o destino das pequenas nacionalidades.

Esta politica salvou Portugal de um irreparavel desastre. Se ela foi ou não o que devia ser, aí o estão dizendo os soldados portuguezes nas linhas de fogo! No momento critico em que a Republica passa por um eclipse total, na hora amarga em que a nação angustiada pergunta a si mesma o que será o dia de amanhã, ainda são eles que, com o seu heroismo, respondem pelas virtudes da nossa raça, ainda são eles que trazem aos nossos corações a confiança que lhes começava a faltar.

O povo que assim se bate pelo Direito contra o inimigo externo, não tardará que com igual valor o restabeleça sobre o inimigo interno.

*Paris, 10 de Março de 1918.*

---

## II

### O assalto

Este documento foi publicado no proprio dia em que no *Diario do Governo* appareceram as disposições eleitoraes para a eleição de Sidonio Paes e para a da Camara dos Deputados e do Senado. N'esse dia reapareceu tambem o *Mundo*, cuja publicação até então estivera suspensa após o canibalesco assalto de que fôra victima depois de assegurada a victoria do movimento de 5 de dezembro.

No dia seguinte (domingo, 31 de março), ao da publicação do manifesto do Presidente sr. dr. Bernardino Machado, a *Republica* publicava a seguinte *nota officiosa* que tambem foi inserta em todos os outros jornaes de Lisboa:

### Nota oficiosa

O governo vai instaurar processo contra o sr. dr. Bernardino Machado, autor de um manifesto publicado no jornal *Republica*, de 30 de março corrente, em que se fazem insinuações injuriosas ao Chefe do Estado e ao ministerio e claras instigações á revolta.

Será tambem perseguido judicialmente o responsavel por essa publicação.

Estava eu, pois, aguardando este anunciado processo, que por signal nunca nos foi notificado nem a mim nem ao jornal, quando n'essa mesma madrugada a *Republica* foi surpreendida por uma visita de que dá conta a seguinte noticia inserta na *ultima hora* do jornal:

#### No regimen pacificador — A redacção da « Republica » assaltada

A redacção da *Republica* foi assaltada na noite passada. Pouco depois das 24 horas um numeroso grupo de individuos, de pistolas aperadas, invadiram as nossas salas, e, com ordem superior, segundo nos afirmaram, exigiram-nos, gritando, o original do manifesto do sr. dr. Bernardino Machado, que hontem publicamos. Todas as portas foram tomadas, sendo-nos prohibido utilizar do telefone. Como nos recusassemos a entregar o original, os assaltantes revolveram todos os papeis que tinhamos sobre as nossas bancas, abrindo as cartas que encontraram, algumas das quaes com inofensivas noticias teatraes.

Todos nós assistimos, profundamente indignados, ao espectáculo que nos abtemos de comentar.

A certa altura, um dos do grupo exigiu tambem que lhe entregassemos todos os exemplares da *Republica* de hontem. « Esgotou-se a edição »—informamol-o. Naturalmente para que não ficassem em nossa casa vestigios do *crime* que tentava punir de uma fórma tão singular, o homem levou o exemplar que tinhamos na nossa colecção.

As oficinas e a séde do Centro Evolucionista foram tambem invadidas, sendo naquelas examinados os originaes que estavam para compôr e na séde desta organização arrombadas as portas do salão das sessões onde estava instalado—na frase d'um dos do grupo—um «coio da formiga branca».

Nenhum original lhes forneceu, porém, corpo de delicto nem no Centro Evolucionista foi encontrada a «hidra».

As diligencias não cessaram, comtudo, aqui. Um dos homens perguntou a um camarada nosso quem era o Presidente da Republica

Portuguesa e quem assumiria a responsabilidade da publicação do manifesto. Não recebeu resposta satisfatoria, o que o fez exclamar: — *Então, considerem-se todos presos.*

Dispuzemo-nos a seguir para o cárcere, mas, por qualquer motivo, o que nos deu voz de prisão, reconsiderando, contentou-se, deixando-nos livres, em ser informado da morada do sr. dr. Eduardo de Sousa, director interino da *Republica*. Desta vez tambem não receberam resposta satisfatoria.

E sem sabermos a que attribuir o caso, um dos assaltantes, voltando-se para o nosso presado colega sr. Amadeu Cunha, intimou-o a acompanhá-lo até se descobrir a residencia do sr. dr. Eduardo de Sousa porque, de contrario, era elle quem havia de assumir a responsabilidade do que tinha sido publicado e que tanto os indignou. Por deferencia, só permitiram que acompanhasse Amadeu Cunha o sr. Ribeiro Gomes, *reporter* da *Republica*, não sabendo nós até á hora adeantada a que escrevemos o que se passou com aquelle senhor.

Os assaltantes levaram-nos alguns papeis e, ao entrarem na nossa redacção, revistaram os bolsos das pessoas que aqui se encontravam.

Contra este atentado á liberdade de pensamento, lavramos o nosso mais vehemente protesto.

(*Republica*, de 31 de março de 1918).

### III

#### Depois do assalto

Da *Republica*, de 2 de abril de 1918:

*“Em torno do manifesto do terceiro presidente da Republica Portuguesa, sr. dr. Bernardino Machado, e do assalto á “Republica,,*

#### **Ameaças á imprensa e manifestações ... em projecto**

##### Documentos elucidativos

Depois do assalto á *Republica* na madrugada de sabado, reuniram-se ante-ontem no Club Montanha os revolucionarios dos Centros 5 de Dezembro, Capitão Pimentel (é o actual comandante da policia de Lisboa), Vigilancia Social, 27 de Abril, 13 de Dezembro Machado Santos (é o actual ministro das subsistencias). Eis, segundo o *Diario de Noticias* de ontem, o que se passou e resolveu:

**Uma moção restringindo as... liberdades da imprensa e de ameaça a quem não aceite como um dogma o aliadofilismo dezembrista**

Aberta a sessão, a mesa apresentou a seguinte moção, que foi aprovada por unanimidade:

« Considerando que a campanha de descrédito levada a efeito no estrangeiro não pode encontrar éco em Portugal, por isso que ninguém acredita que haja no paiz germanofilos;

Considerando, portanto, que ela apenas procura desacreditar o governo no estrangeiro, enfraquecendo a sua acção no interior;

Considerando que á imprensa é licito e indispensavel conceder todas as liberdades, mas não podendo usar delas indo até á concessão de autorizar calunias e insultos;

Considerando que os cooperadores do movimento de 5 de dezembro consideram afrontosa e infamante a afirmação de que sejam elementos affectos á Alemanha ou dos alemães, resolvem:

Comunicar á imprensa de todos os matizes que não consentirão que continuem a ser insultados e caluniados.

Que pedirão contas estritas em todos os campos aos que de hoje em diante as propalarem ou derem publicidade a tais infamias.

Que para combater com decidida evidencia a infamia propalada, se forme já uma comissão que promova em Lisboa uma manifestação colossal às legações inglesa, franceza, italiana e americana, associando a essa manifestação a acção official para lhes levar a calorosa afirmação da nossa inteira solidariedade para com os aliados, saudando todas as tropas em combate pela fórmula heroica como se teem portado ante a impetuosidade da offensiva germanica actual, (aa). A mesa, *Soares d'Andréa*, presidente; *José Lourenço Flores* e *Andrasio Tarroso*.

**Outra moção em que se compara o republicanismo do snr. Bernardino Machado com o do snr. dr. Sidonio Pais e se põe o primeiro fóra da lista dos presidentes constitucionais da Republica — Um protesto contra o nosso jornal**

Em seguida foi apresentada na mesa a seguinte moção, que tambem foi aprovada por unanimidade :

« Considerando que o manifesto publicado nos jornais *Republica* e *A Capital* de 30 de março de 1918, da autoria do ex-presidente da Republica, dr. Bernardino Machado, constitue uma afronta á Patria e á Republica ;

Considerando que os revolucionarios de 5 de dezembro de 1917 não reconhecem ao seu autor autoridade moral e politica para intervir nos negocios do paiz, muito embora abusivamente e contra a expressa determinação da constituição da Republica, tivesse exercido o alto cargo de chefe do Estado, sendo estrangeiro « posto que naturalizado » ;

Considerando que o dr. Bernardino Machado durante o tempo que inconstitucionalmente exerceu esse cargo, não serviu o país nem a República, mas antes o partido democratico ;

Considerando que se não fôsse um tutelado desse partido ao ter conhecimento de que a revolução de 5 de dezembro seria um facto, teria antes demittido o governo de então, evitando assim o derramamento de sangue ;

Considerando que nesse manifesto são os revolucionarios de 5 de dezembro acusados de traidores e bandidos e enaltecido o criminoso movimento de 14 de maio que ilegalmente o elevou a Chefe do Estado, sendo satisfeita a sua ambição de há longo tempo sonhada ;

Considerando ainda que entre o snr. dr. Bernardino Machado e o actual Presidente da República, snr. dr. Sidonio Pais, no que diz respeito a republicanismo ha uma extraordinaria differença, atendendo a que aquele veio da monarchia, em cujo regime se mancomunou com os detentores do poder em detrimento do povo, e este ser portuguez e republicano de sempre ;

Considerando que o snr. dr. Sidónio Pais foi elevado

áquele alto cargo por um movimento revolucionario triunfante e como tal conhecido;

Considerando por fim que o jornal *República* colaborou numa obra criminosa e anti-patriotica dando publicação na integra a êsse tendencioso documento, alarmando assim o espirito publico, mercê da materia subversiva e de incitamento á rebelião que nêle se contem;

Os revolucionarios de 5 de dezembro, reunidos extraordinariamente em assembleia magna de 31 de março para apreciar êsse manifesto, resolvem:

1.º Saudar o snr. dr. Sidónio Pais reconhecendo-o como lidimo e venerando Presidente da República e chefe supremo das forças revolucionarias do movimento de 5 de dezembro.

2.º Saudar o governo da República e muito especialmente o seu fundador o inclito cidadão Machado Santos;

3.º Protestar indignadamente contra a attitude do jornal *República*, por não reconhecer o actual Chefe do Estado, não reconhecendo «ipso facto» a revolução.

4.º Considerar o dr. Bernardino Machado e os que apoiem a sua criminosa attitude como falsos patriotas ambiciosos e misticadores do povo, não o reconhecendo para o efeito de qualquer cargo publico como portuguezs.

5.º Devolver ao ponto de origem as infames acusações feitas aos revolucionarios de 5 de dezembro, aguardando com firmeza e serenidade a liquidação definitiva, seja em que campo fôr.

6.º Que a partir dêste momento se conservem em guarda todos os cooperadores dêsse glorioso movimento, contra os falsos democratas, em defeza da Patria e da verdadeira Democracia.

7.º Saudar os nossos irmãos que se batem nos campos de batalha em defeza da honra nacional e bem assim os nossos aliados.

Lisboa e sala das sessões do Club Montanha, aos 31 dias do mez de março de 1918. (a) *Manuel Inácio Ferraz*.

**Ainda outra moção em que se nomeia uma junta para notificar  
as resoluções tomadas ao snr. governador civil**

O snr. Nunes Pereira apresentou ainda a seguinte proposta :

«Proponho que a comissão, a que se refere a proposta da mesa, seja composta dos cidadãos Soares Andréa, Lourenço Flores, Andrasio Tarrozo, Manuel Inácio Ferraz, Artur Marques, Maximiliano Ferreira, Manuel Pedro de Abreu e Raul Silva, e outros que a comissão julgar conveniente agregar».

Encerrada a assembleia, a referida comissão procurou o chefe do distrito para dar cumprimento á sua missão.»

Está, pois, o snr. governador civil de Lisboa ao facto das resoluções tomadas. Protesta-se contra o acto do nosso jornal inserindo o manifesto do terceiro Presidente da República o sr. dr. Bernardino Machado, e não houve uma unica palavra ou resolução de protesto contra o assalto feito á *Republica*. Não sabemos se algumas houve de aplauso, mas não duvidamos de que houvesse muitas. Em vista do que não temos outro remédio senão publicar os seguintes elucidativos documentos:

*Um "suelto,, do orgão centrista "Jornal da Tarde,,*

**«Bernardino Machado — O manifesto»**

No proximo numero comentaremos mais devagar a attitude de Bernardino Machado e do jornal *Republica* publicando o seu manifesto e sancionando, assim, o direito *historico* do presidente continuo.

Não póde, entretanto, o governo esquecer-se de que a liberdade concedida para os efeitos da propaganda eleitoral, não dá a ninguem o direito de praticar um crime.

E um crime é o praticado pelo jornal *Republica* lançando a publico, num proposito insultante e anti-patriotico, o mani-

festos de Bernardino em que êle se intitula ainda presidente da Republica.

O proprio *Mundo* não teve essa coragem.  
Tudo tem o seu termo!

(*Jornal da Tarde*, de sabado, 30).

**Ao Govêrno e á Nação Portuguesa — A Junta  
de salvação Publica**

A *Vanguarda* de 17 de março inseria o seguinte:

Considerando que a conservação do actual governo representa a unica garantia de salvação publica que existe actualmente para Portugal politica e socialmente considerado;

Considerando que quem tente alterar a ordem publica, quer com fins de politica monarchica, quer de qualquer natureza revolucionaria, se torna criminoso do crime de lesa-pátria, pois pôde provocar a intervenção estrangeira e a anarquia nacional neste momento em que a crise economica causada pela guerra áge especialmente sobre as classes operarias e pobres de todas as nações;

Considerando que a salvação da independencia e liberdade da Patria, a sua honra e segurança exigem medidas especiais, embora de character provisório, por parte dos homens de bem que assumiram a heroica e benemérita responsabilidade do governo da Nação;

Resolve:

1.º) declarar em perigo a sociedade portuguesa e a vida e independencia da Nação;

2.º) solicitar do governo medidas especiais de salvação publica, tais como:

a) applicação ao continente da Republica Portuguesa da Lei de responsabilidade do Partido Democratico que restabeleceu a pena de morte, generalizando-a a todos aqueles que, nesta hora de risco para a sociedade portuguesa e para a Patria, alterarem a ordem publica com quaisquer intuitos politicos; quer

realistas quer de outro character, sendo encontrados em flagrante delicto de sedição com armas ou bombas na mão;

b) suspensão definitiva de todos os jornais que, publicamente, como o *Mundo*, tenham sido réus do crime de incitamento ao assassinato, ao assalto, á pilhagem e a todos os crimes e atentados politicos e sociais;

c) suspensão provisoria de todos os jornais monarchicos ou republicanos socialistas, católicos, anarquistas ou independentes que constituirem um motivo de irritabilidade publica pela sua propaganda atrabiliariamente reaccionaria e demagogica ou de facil submissão a esta ultima corrente anti-social;

d) incriminação militar officiosa de todos os autores morais ou directos, cúmplices e incitadores dos assassinatos politicos que durante sete anos se cometeram impunemente nas ruas de Lisboa e applicação aos considerados juridica e justamente autores, da pena de morte, restabelecida em Portugal pelo Partido Democratico e Evolucionista;

e) incriminação officiosa dos autores do contrato de cedençia dos antigos navios alemães, contrato que constituiu um alto crime de traição á Pátria e foi a principal origem da fome que ameaça a população portuguesa e principalmente a de Lisboa;

f) incriminação officiosa de todos os responsaveis de fornecimentos ao exercito sem prévio, legal e livre concurso; e respectivo sustamento dos referidos fornecimentos feitos sem essas condições;

g) aumento de 50 % com a fiscalização, similar á da França e Inglaterra sobre os lucros de guerra de todos os industriaes, banqueiros e comerciantes;

h) proibição á imprensa de se referir a boatos alarmantes da tranquillidade publica;

i) prisão, nos termos das leis de responsabilidade do partido democratico, contra todos aquêles que tendenciosamente forem ouvidos a espalhar boatos e informações alarmantes da tranquillidade publica.

**A Junta de Salvação Publica resolve mais:**

Declarar fóra da lei todos os membros da associação de malfeitores e venais chamada por disfarce politico, o partido

democratico, que no prazo de 15 dias não se declararem publicamente desligados dessa agremiação de criminosos politicos e comuns, autora de assaltos, assassinatos, roubos publicos, escandalos sucessivos verberados publicamente por todos os partidos republicanos.

A Junta de Salvação Publica declara não se responsabilizar pela segurança individual nem da propriedade de todos os antigos membros dessa criminosa agremiação que no referido prazo não fizerem a declaração da sua incompatibilidade com os crimes dessa perigosa e terrivel associação politica denominada partido democratico, inimiga da liberdade, da propriedade e da ordem.

A Junta de Salvação Publica declara mais considerar o actual Governo como fiador benemerito e responsavel da tranquillidade e da segurança publica e da independencia da Patria em perigo.

#### A JUNTA DE SALVAÇÃO PUBLICA.

O snr. governador civil de Lisboa e a Junta de Salvação Pública

Da *Vanguarda*, de 19 do mesmo mez:

Cerca das sete horas da tarde de ontem fomos convidados a ir ao gabinete do snr. governador civil, onde daí a pouco se encontrava um camarada nosso.

A estes e a outros colegas, que na mesma ocasião compareceram, o chefe do distrito disse então que tendo sido *A Vanguarda* o primeiro jornal que publicou aquele documento da Junta de Salvação Publica, se apressára a chamar o snr. Pedro Muralha, director daquela folha, a fim de apurar a quem cabe a responsabilidade da sua publicação. O snr. Muralha declarou nessa entrevista, que havendo estado no teatro na noite de sábado, fôra, antes de ir para casa no ultimo carro, á redacção, encontrando ali a noticia, acompanhada de um cartão de um amigo seu, pessoa da sua absoluta confiança, a pedir-lhe a publicação da mesma. Então o snr. governador civil entendeu ouvir essa pessoa, ficando o snr. Muralha de lha trazer ao ga-

binete. A's duas horas da tarde, porém, voltando ali, o director de *A Vanguarda* afirmou que o seu amigo em questão lhe declarara não ter escrito o bilhete, concluindo que êle e o seu jornal haviam sido vitimas de um abuso de confiança.

O snr. governador civil, que classificou de monstruosa a já famosa nota, disse que ia prosseguir no inquérito, visto o governo estar na disposição de perseguir todas as associações que pró ou contra êle existam sem estarem legalmente organizadas.

#### Uma nota officiosa do govêrno em 20 de março

«Tendo alguns jornais publicado uma comunicação intitulada *Junta de Salvação Pública*, o ministro do interior declara que mandou proceder á necessaria investigação, tomando responsabilidades a quem elas competirem, firme na resolução de reprimir qualquer acto de indisciplina».

#### O que é a Junta de Salvação Pública, segundo «A Vanguarda»

Da *Republica*, do mesmo dia :

Contrastando com as declarações feitas pelo director da *Vanguarda* ao snr. governador civil, sacudindo toda a responsabilidade da publicação dêsse documento, a *Vanguarda* dizia o seguinte no mesmo dia em que lhe dava inserção, subordinando os seus dizeres á expressiva epigrafe: — « *O que é a Junta de Salvação Publica? E' um nucleo de portuguezes que se dispõe a todos os sacrificios para salvar a sua Patria:*

«Na verdade, sobre as ruinas dos velhos partidos, tanto da monarchia como da república, deviam surgir novas forças, destinadas a cooperar com qualquer governo que garantisse o restabelecimento da Ordem em Portugal.

«A revolução de 5 de Dezembro vingou sem que tivesse a amparar a obra dessa revolução quaisquer forças organizadas que servissem de esteio ao governo que inevitavelmente havia de ser contrariado pelos partidos em decomposição.

«A força unionista cedida ao govêrno revolucionario fa-

liu, visto que tal partido useiro e veseiro nos velhos processos politicos não podia cooperar com um governo que pretendesse dirigir o país sob uns outros moldes politicos.

«Foi por isso, em face da hora grave por que está atravessando o país, que se organizou a Junta de Salvação Publica.

Que politica segue essa novel força? Segue a politica da Pátria e a ela pertencem tanto republicanos como monarquicos ou socialistas. Pertencem todos os portuguezes dignos dêsse nome, vendo-se o burguês ao lado do operario, o titular ao lado do plebeu.

«O primeiro trabalho dessa patriotica instituição é hoje publicado na *Vanguarda*. Ele constitue o programa dêsse nucleo de portuguezes que dentro de algumas semanas se contarão por alguns milhares.

«O país que aprecie êsse documento que muito honra o seu relator».

Mas como se compadece isto com as declarações do director da *Vanguarda*, pessoa grata do snr. ministro do Interior, no governo civil?...

**Uma explicação do director da «Vanguarda» que nada explica  
ou que .. explica tudo**

No dia 20 a *Manhã* inseria esta carta, do director da *Vanguarda*, sr. Pedro Muralha, o qual, como a imprensa noticiou, o snr. Machado Santos convidou para chefe do seu gabinete quando assumiu a gerencia da pasta do interior, e que teve o bom senso de não aceitar:

«Lisboa, 19 de Março de 1918. — Snr. Director da *Manhã*. — Como a *Vanguarda* não pode sair em consequencia da falta de energia electrica na officina onde se imprime e não quero recorrer, como outros jornais, ás officinas do *Seculo*, peço á indiscutivel e habitual lealdade de v. a publicação do seguinte, antecipando as explicações que dou no meu jornal. A local a que

se refere *A Manhã*, publicada no passado domingo na *Vanguarda*, em guisa de apresentação do celebre manifesto da Junta de Salvação Publica, era do mesmo punho deste. Não deve o caso admirar ninguém, se se tiver em vista que todos os dias chegam nas redacções pedidos de publicação de coisas varias, trazendo já redigida a apresentação. A recomendar uma e outra coisa vinha o já citado cartão de um grande amigo meu abusivamente utilizado, que naturalmente se não deseja ver publicamente envolvido no caso. As declarações que tinha a prestar sobre o assunto, prestei-as já ante os snrs. ministro do interior e governador civil. Divulgar um nome sem para tal estar autorizado é que eu não faço, apesar de repudiar toda a materia contida no manifesto assinado pela Junta de Salvação Publica. Preferiria, antes, tomar a responsabilidade de tão odioso documento, a tornar publico o nome de um amigo que considero e que é alheio a toda esta questão. Póde v. fazer desta o uso que entender e creia-me, etc. — *Pedro Muralha* >.

#### A intervenção do Governo

Nota politica do *Primeiro de Janeiro*, do Porto, transcrita na *Republica* de 26 de março, e que aquele jornal nunca desmentiu:

«A defeza seja do que fôr, pelos processos preconizados por essa anonima Junta de Salvação Publica, ninguém a admite nem tolera. Ouço que o programa da tal Junta causou uma profunda e desagradabilissima impressão no corpo diplomatico e que este, exceptuando o sr. ministro de Hespanha, fez sentir ao governo que se retiraria de Lisboa no caso de se permitir a execução de aquella enormidade, sem precedentes, a não ser na Russia anarquizada. E' de boa fonte a noticia que lhes transmito >.

#### Concluindo

Concluindo, concluimos que o assalto ao nosso jornal foi o primeiro acto da Junta de Salvação Publica cuja existencia

temos de reconhecer, embora o governo a repudiasse. Responsavel por ele e por... ela, quem?

Evidentemente... o Muralha que, assumindo cavalheirosa e corajosamente as responsabilidades do seu misterioso amigo, se levanta a nossos olhos a toda a altura da celebre figura do filosofo Adrien Sixte, do *Discipulo* de Bourget, que teve de aguentar com as responsabilidades morais do crime praticado pelo discipulo. Por isso nem sequer vale a pena indagar quem está por traz da *Junta de Salvação Publica* e do seu apologista Muralha.

---

III

## O editorial da "Republica,, em 4 d'abril de 1918

---

### UMA VISITA

Publicaram os jornais de Lisboa — ante-ontem os vespertinos, ontem os da manhã — uma espécie de nota officiosa da policia, em que se diz que no govérno civil comparecera ante-ontem afim de prestar declarações ao director dos serviços de investigação o editor do jornal *República*, snr. Lemos de Napoles, o qual, interrogado sobre a local que êste jornal publicou em 31 do mez findo, subordinada ao titulo: *No Regime Pacificador. A redacção da «Republica» assaltada*, declarou ter de facto assistido ao assalto, ignorando, no entanto, quem foram os assaltantes, pois não os conhece. Mais declarou — prossegue a aludida nota policial — ter ouvido dizer a um dêsses individuos, que ali ia proceder á diligencia por ordem superior, não dizendo comtudo quais tinham sido as entidades que haviam dado tal ordem. O snr. Lemos de Napoles declarou ainda que na local do jornal *A Republica* não houve nem podia haver a intenção de se atingir designadamente quem quer que fosse, por isso que apenas se narravam frases isoladas e pronunciadas pelos assaltantes. >

Ora, muito bem. Lendo essa nota não sei bem o que deva concluir: se a investigação pretendeu apenas apurar, dada a redacção da noticia aludida, se a *Republica* é que attribuia a *ordens superiores* a visita com que foi... honrada — se singular, não estranhavel nêstes tempos que decorrem da *familia portuguesa pacificada* —, se os inesperados e nocturnos assaltantes é que justificavam essa visita *em ordens superiores*. A êste respeito creio que a investigação deve ter ficado elucidada inteiramente pelo snr. Lemos de Napoles: — foram os assaltantes que declararam que a sua visita era devida a *ordens superiores*. Não um só, como põe a nota policial na declaração do snr. Lemos de Napoles; mas vários dêles, como foi que o snr. Lemos de Napoles disse e pode ser corroborado pelos trabalhadores da *Republica* que, por motivos do serviço do jornal, se encontravam ainda aqui á hora avançada da noite a que os visitantes entraram inopinadamente por esta casa dentro de pistolas aperradas.

A' ordem de quem vinham êles? Que *ordens superiores* eram essas?

A' primeira pergunta direi que tanto eu como todo o pessoal da *Republica* o ignora. A' investigação é que cumpre averigual-o, tanto mais que nós não pedimos essa averiguação, e ela foi, quero crê-lo, iniciada espontaneamente pela investigação policial que para esse fim intimou por mandado ás 6 horas da madrugada de ante-ontem, terça-feira, o editor do nosso jornal para prestar declarações sobre a noticia da *Republica* inserta no domingo, isto é, 48 horas depois dela publicada.

Quanto á segunda pergunta já ninguém ignora que *ordens superiores* eram essas invocadas pelos assaltantes — apossarem-se do original do manifesto por nós inserto no sábadó com o titulo *Manifesto de sua ex.<sup>a</sup> o Presidente da Republica Portuguesa, snr. dr. Bernardino Machado, á Nação*, e entenderem-se de pistolas sempre aperradas, comigo, actual director da *República*, cuja morada a todo o custo insistiram em conhecer.

Ignoro a que titulo e para o que êles pretendiam o original do *Manifesto*. Duvidavam os visitantes da autenticidade dêle? Imaginariam que a *República* teria feito com êsse *Mani-*

*festo* o que o sr. Machado Santos, actual ministro das subsistencias, fez em 13 de dezembro de 1916 quando falsificou, para os intuitos revolucionários que tinha em vista, um numero do *Diario do Governo* e a assinatura do Presidente da República, snr. dr. Bernardino Machado? Se assim pensaram, injuriaram este jornal colectivamente e, individualmente, a pessoa que tem a pesada e perigosa honra de estar agora á frente dêle, o modesto signatário destas linhas. De resto, a pretensão era, sobre abusiva, tôla, desde o momento em que o govêrno já nêsse mesmo dia fizera saber em nota officiosa que não só ia processar o illustre signatário do *Manifesto*, como ainda o responsavel pela publicação dêste na *República*. Ora, á face da lei de imprensa, como é que, se êles conseguissem apoderar-se do original respectivo, se pôdia estabelecer o *corpo de delicto* contra o responsavel pela publicação? Realmente não compreendo os motivos de tão estulta pretensão, como, aliás, tambem não compreendo a explicativa... chicana que aí se tem feito em certos jornais quando se elucida que o original do *manifesto* que inserimos era impresso e não manuscrito. Que tem isso para o caso, desde que a *República*, responsavel pela publicação do importante e histórico documento, lhe garantia a absoluta autenticidade?...

\*

O outro motivo era *visitarem-me*, decerto, para me perguntarem *de pistola em punho*, a mim, deputado da nação pertencente ao congresso dissolvido a tiro pelo snr. Sidonio Pais e que fui um dos eleitores do snr. dr. Bernardino Machado para a *Presidencia da República*, quem era o presidente da mesma República. Que eu saiba, constitucionalmente e visto que a Constituição não foi abolida, pelo menos no que convém aos interesses do snr. Sidonio Pais, é o snr. dr. Bernardino Machado. O snr. Sidonio Pais é um presidente de facto, e só de direito o será quando fôr devida e legalmente eleito, e tanto assim é que o snr. Sidonio Pais trata actualmente da sua eleição, empregando para isso medidas que não tenho agora que

apreciar. Portanto, não há *pistolas aperradas* que possam destruir esta doutrina e esta convicção; e mesmo que elas se tivessem disparado ou que venham ainda a disparar-se sobre mim, o meu proprio cadaver nem sequer seria capaz de expungir este facto e esta verdade — *que o snr. dr. Bernardino Machado é o terceiro Presidente da República Portuguesa.*

Estamos, portanto, todos esclarecidos ácerca deste ponto, e, por consequência, dispensados de nova visita, quer nesta redacção quer em minha casa, os amaveis visitantes que na noite de sabado me não encontraram no jornal, o que não devem estranhar, visto não me terem avisado préviamente da sua visita.

\*

Postas assim as coisas nos termos em que não podiam deixar de ser postas, concordantes com a verdade do que se passou e ainda se está passando—tenho a declarar á investigação policial que, se a sua nota officiosa inserta na imprensa, teve apenas como intuito esclarecer o ponto a que me referi, acho que está muito bem, sem que me preocupe pouco ou muito que a investigação prossiga ou se restrinja, á semelhança do que se passou a proposito da *Junta de Salvação Publica*, áquella declaração do editor-responsavel da *Republica* que, aliás, deveria ser feita por intervenção judicial e não policial, visto tratar-se duma questão dos dominios da lei da imprensa, como o proprio governo reconheceu quando officiosamente se apressou a declarar que mandaria processar o responsavel pela publicação do manifesto em questão. Mas no final da officiosa nota policial há uma declaração attribuida ao snr. Lemos de Napoles de que não houve nem podia haver a intenção de se atingir designadamente quem quer que fosse... Evidentemente que não, reportando-me eu ao que se dizia na *Republica* de domingo.

No entanto, não signifiquem essas palavras que, principalmente depois das resoluções aprovadas aí numa reunião qualquer e de que foi dado conhecimento official ao snr. governador civil de Lisboa, por elas pretendemos tambem ilibar as responsabilidades de quem quer que seja nos factos anteriores a essas

resoluções ou que delas possam ser consequência—quer para este jornal, quer para mim especialmente.

Leio numa correspondencia de Lisboa para a *Liberdade* do Porto, em que se dá conta da entrevista dos representantes dos grupos revolucionários *27 de abril, 5 de outubro capitão Lobo Pimentel* (nome do actual comandante da policia) *13 de Dezembro Machado Santos* (nome do actual ministro das subsistências) que «o snr Eduardo de Souza ainda há de dar ao démo a cardada». E' possível; tomo por isso nota da ameaça, da qual por êste meio dou publico conhecimento á investigação criminal, responsabilizando desde já perante o país pelo que possa vir a succeder a êste jornal e a qualquer dos trabalhadores que nêle trabalham sob a minha direcção, ou a mim e á minha residencia privada, não só o snr. governador civil de Lisboa, Sousa Fernandes, meu colega no parlamento que êle ajudou a dissolver a tiro em 5 de Dezembro, como tambem o snr. ministro do Interior, alferes Forbes de Bessa, a quem não pôde ser de fórma alguma estranho o meu modesto nome.

Assim, sem protestos escusados por inuteis e sem indignações que, embora justificadas, poderiam parecer ridículas, limito-me muito serenamente a estas serenas e firmes declarações.

EDUARDO DE SOUSA.

Deputado ao Congresso dissolvido a tiro pelo snr. Sidónio Pais  
e director interino da *República*.

---

#### IV

### Outros documentos da «*Republica*» de 4 de Abril de 1918

#### A «*Republica*» e a policia

O editor do nosso jornal pede-nos a publicação desta carta:

Snr. director da *Republica*:—A nota publicada em alguns jornais quanto ás declarações por mim feitas no juizo de investigação criminal sobre o assalto levado a efeito na noite de 30 do passado contra a redacção da *Republica* carece de breves esclarecimentos para que peço a V. Ex.<sup>a</sup> o favor da publicidade.

Ouvi com efeito — não a um mas a alguns dos assaltantes e repetida varias vezes, — a afirmação de que praticavam aquele acto «com ordens superiores», ficando isto mesmo exarado no auto das minhas declarações. Como, porém, o snr. director de investigação julgasse ver na local inserta na *Republica* do dia 31 sobre o estranho acontecimento um sentido pouco explicito na passagem em que se encontra a expressão «com ordens superiores, segundo nos afirmaram», não tive duvida em declarar que a responsabilidade de tal frase de nenhum modo podia caber á redacção d'este jornal, — uma vez que nos limitavamos a attribui-la a quem de facto a proferira no simples relato do que se havia passado e que o seu autor diligenciara fazer o mais exacto possivel.

Creio ficar assim esclarecido um ponto que, fazendo fé pelo que dizem os jornais a que acima aludo, poderia acaso prestar-se a erradas interpretações.

Sou com a maior consideração,

De V. etc.,  
*Lemos de Napoles.*

**A manifestação dezembrista aos aliados já se não faz —  
O assalto á «Republica»**

O *Diario de Noticias* de ontem, sob a epigrafe — «*Revolucionarios civis — Ficou adiada «sine die» a manifestação aos aliados*» — publica a seguinte noticia:

Reuniram-se hontem no Club Montanha os revolucionarios civis, estando representados os grupos 27 de Abril, Vigilancia Social, 13 de Dezembro Machado Santos e 5 de Outubro Capitão Pimentel.

O snr. José Lourenço Flores, que abriu a sessão, convidou para presidir o snr. capitão de mar e guerra Soares Andreia, que indicou para secretarios os snrs. Andrasio Tarroso e Lourenço Flores.

Foi lido um telegrama enviado ao snr. presidente da Republica protestando contra o manifesto Bernardino Machado.

O snr. Artur Marques repele a ideia que possa haver de que tivesse partido dos revolucionarios civis o assalto feito á *Republica*, dizendo que não é seu habito incitar ninguem ao crime. Defende a liberdade de Imprensa e protesta contra o descredito feito ao estrangeiro pelos maus portuguezes.

Foram aprovadas as propostas: de que os cooperadores do movimento de 5 de Dezembro, ali presentes, dessem um voto de consideração ao snr. João de Deus Guimarães em resposta ás acções ultimamente feitas ao mesmo senhor; e que seja pedido ao ministerio da guerra um inquerito ácerca do assunto constante de *publica*

cada no *Diario de Noticias*, de segunda-feira, sob a epigrafe «A proposito do canhão que bombardeou Paris», em que o snr. Bento Caeiro se refere a um invento seu apresentado ha 2 anos naquele ministerio, a fim de se averiguar da gravidade do caso.

Na ordem dos trabalhos — a manifestação a fazer ás nações aliadas — falaram os snrs. Manuel Pedro de Abreu, Trindade, Francisco Marques, Francisco Santos, Ferreira de Araujo e Jaime Paiva, que são de opinião de que se enviem desde já mensagens ás nações nossas amigas, em vez de se realizar a manifestação, por motivos varios que expuzeram.

O snr. Flores defende a ideia de que essa manifestação é necessaria para se fazer ver que os revolucionarios de 5 de Dezembro não são germanofilos, mas sim verdadeiros republicanos que amam a sua Patria e a defendem.

O snr. Abreu discorda da realização da manifestação emquanto o governo não fizer a reintegração dos elementos militares do 27 de abril, pois que já a tem feito a monarquicos.

Dopoiz de varia discussão, é resolvido que se transfira a manifestação para dia indeterminado, enviando-se, porém, mensagens de simpatia ás nações aliadas, por proposta do snr. José Paiva de Almeida.

Tambem foi aprovado um voto de louvor e agradecimento á imprensa bem intencionada, especialmente ao *Seculo* e *Diario de Noticias*, pela publicação de noticias referentes á realização da manifestação aos aliados.

Como se vê, os aludidos *revolucionarios civis* (pois ainda ha disto depois do... 14 de maio?) repudiaram toda a responsabilidade no assalto á «Republica», como já haviam repudiado a do manifesto da *Junta de Salvação Publica*, cuja responsabilidade ficou endossada pelo tal «amigo misterioso» ao snr. Muralha da «Vanguarda». Ficamos, portanto, a saber que o assalto foi feito por um grupo de revolucionarios... incivis. Estes que agradeçam a quem cumpre.

E a investigação policial? Fica em aguas de bacalhau, como a outra relativa ao Muralha?

Registamos, no entanto, a declaração que só tem de singular o não ter sido logo feita na reunião efectuada no passado domingo pelos mesmos grupos que então se reuniram para levar ao snr. governador civil a... outra moção.

V

Documentos interessantes da «República»  
de 5 d'abril de 1918

O govêrno e a «República»

Diz *A Situação*, o orgão officioso do snr. Sidónio Pais, que ontem surgiu á luz :

Ao entrar na publicidade, aqui queremos deixar desde já o mais veemente protesto pelo desacato que, há dias, sofreu a *República*.

Não vimos defender crimes ou abusos, mas, muito ao contrario, atacá-los—e o assalto que sofreu o orgão evolucionista é um desacato inqualificavel, que, como tal, será punido.

Depois destas palavras, desnecessario será declarar que, no caso em questão, estamos ao lado da *República*.

Está muito bem. O orgão jornalístico do snr. Sidónio Pais não podia dizer outra coisa, porque embora — e isto não significa nenhuma insinuação da nossa parte — tal o govêrno não sentisse, coisa diferente não podia dizer.

Mas o caso não é só dizer-se que o assalto á *República* foi um crime, no que estamos de acordo com a *Situação*; nem tão pouco em asseverar que será punido. E' preciso que o seja. Entretanto a investigação dorme sobre... as declarações do editor da *República*.

O assalto á «República» —Uma singular defeza do governo

O correspondente em Lisboa da católica *Liberdade* do Porto enviou-lhe as seguintes informações ácerca das declarações do editor da *República* na investigação policial :

A'cerca do inquerito sobre o assalto á *República*, ainda não foi possível averiguar quem foram os assaltantes. O editor da *República* ouvido hoje pela policia, não deu a tal respeito informações algumas, antes declarou não conhecer pessoalmente nenhum dos assaltantes, nem mesmo poder fornecer á policia quaisquer outras informações que servissem de base a investigações seguras. Declarou ainda, que não

acreditava na cumplicidade de quaisquer autoridades ou seus agentes no atentado, antes podia afirmar que, no seu jornal, era firme convicção que o governo fôra completamente estranho á preparação do crime.

Ora as declarações do snr. Lemos de Napoles, mesmo segundo a nota officiosa da policia, não dizem isso que o taralhão de Lisboa enviou para a folha portuense. Se o snr. Lemos de Napoles disse não conhecer pessoalmente os assaltantes, não quer isso dizer que os não reconheça, vendo-os... na policia, que, por sinal, bem deve prescindir das informações do snr. Napoles para atingir um resultado semelhante... ao do caso Muralha.

Quanto a atribuir-se ao snr. Napoles a ultima declaração, é uma manifesta trapalhice, porquanto, se não temos elementos para assegurar que o governo fosse estranho ao caso, nenhum temos tambem para assegurar o contrario.

E uma das razões que temos para dizer isto, é que, depois que o snr. Napoles depoz no inquerito, o inquerito parou ou, pelo menos, adormeceu... (1)

---

## VI

### O assalto á "República,, e o "Dia,,

Não temos tido ensejo de nos referirmos ao que o *Dia* escreveu ácêrca do assalto ao nosso jornal. Não aprova êle o facto, diz; mas acrescenta que só os jornais monarchicos teem autoridade para protestar contra tais actos, pois que nunca tiveram das folhas republicanas protestos contra os assaltos de que alguns dêles já foram victimas. Bem se diz que a memória dos beneficios é muito frágil nos ingratos. E o *Dia* prova isso mais uma vez, esquecendo os protestos que, em vários ensejos, aqui fizemos contra assaltos ou tentativas de assaltos, que, em tempos idos, o alvejaram. Não vale a pena estar agora a es-

---

(1) De facto, o inquerito adormeceu tão profundamente que nunca mais se falou nele, apesar do comandante da policia de então saber perfeitamente quem foram os assaltantes.

piolhar em os numerosos volumes das nossas colecções a prova do que afirmamos. O *Dia* esqueceu; não seremos nós quem procure refrescar-lhe a memória. Não vale a pena...

Frizaremos todavia que o *Dia* diz que o assalto á *República* foi obra de republicanos revolucionários, nossos antigos correligionários.

Ora republicanos revolucionários, nossos antigos correligionários, só sabemos serem os antigos evolucionistas que, tendo tomado parte na revolução de 5 de dezembro, resolveram depois disso, na famosa reunião dos *poiais*, irem acotar-se no centrismo. Seriam êsses, ou emissários dêsses, que nos visitaram de pistolas aperradas? Se fôram, compreendemos a profunda sonolência em que caiu a investigação policial depois que intimou o editor da *República* a prestar aquelas declarações que já são sabidas e que têm sido deturpadas em algumas folhas que apoiam o govêrno. Mas aguardemos...

Ah! Diz ainda o *Dia* que deve ter sido grande o susto na redacção da *República* «donde os assaltantes saíram em procura do redactor principal, não se lhe descobrindo o paradeiro». Vê-se que o *Dia* fala «com um saber de experiências feito» como diz o Camões, e que avalia pela sua própria, a psicologia alheia. Quanto a não se descobrir o paradeiro do redactor principal da nossa folha, a culpa não foi seguramente dêste — o que o *Dia* deve reconhecer talvez com pesar — pois que o redactor principal da *Republica* tem morada certa e não alterou em nada os seus hábitos, o que parecê não ter sido a norma, em identidade de circunstancias, do director do *Dia*, o qual, maldosamente, como é do seu feitio, aproveita o ensejo para attribuir ao facto do assalto da *República* a partida do snr. Antonio José de Almeida para a sua casa de Redondo. Como se o snr. Antonio José de Almeida tivesse alguma responsabilidade na actual direcção da *República*, e como se pelo facto do assalto ao jornal êle tivesse de alterar as suas anteriores determinações quanto á sua partida para o Alentejo, ás 8 horas da manhã do dia do assalto.

Lacrau até ali, o *Dia*...

(Da *República*, de 6 de abril de 1918).

## NOTA B

---

### O 5 de Dezembro no estrangeiro

O que diz um deputado espanhol que presenciou a revolução

---

O deputado espanhol D. Emilio Santa Cruz, que estava hospedado no Avenida Palace quando rebentou o movimento de 5 do corrente em Lisboa, expoz a uns colegas seus no parlamento as impressões então por elle colhidas e que *El Liberal* reproduz.

Referindo-se á causa da revolução, o parlamentar espanhol disse o seguinte:

«Quanto á causa da revolução só sei que o *Mundo*, órgão do partido radical e, portanto, de Afonso Costa, dizia que o movimento era monárquico-germanófilo, feito pelo partido unionista. Depois disse-se que ás tropas, que se declararam contra o govêrno, se prometera não irem para a guerra. Para isto não havia, ao que parece, outro dado que não fosse o de 700 homens do regimento de linha numero 33 deverem embarcar de um momento para o outro, para serem transportados para a frente.

Todavia, em todas as declarações e proclamações dos sublevados afirma-se que respeitam os compromissos contraídos por Portugal com a sua velha amiga Inglaterra e com as nações aliadas.

#### No Avenida - Palace

No hotel Avenida — refere ainda o mencionado deputado — caíram, com efeito, três granadas, não podendo explicar-se como não fizeram vitimas. Apenas uma das criadas do hotel ficou ligeiramente queimada na cara.

Eu andava um pouco incomodado e estava no meu quarto, que era o número 115. Seria perto da uma hora da madrugada do dia 6, quando eu dormia, que fui acordado por um enorme ruído, que pareceu partir mesmo do hotel. Pouco depois ouvi outro... Eram duas granadas que tinham caído no salão e na sala de jantar.

Momentos depois ouvia a voz do visconde de Mambias, secretário da legação de Espanha, filho do duque de Baena, que se hospedava no mesmo hotel e que chamava pelo snr. Gomes Acebo, filho do marquês de Cortina, também secretário da nossa legação, que ocupava o quarto número 114, portanto contíguo ao meu.

Vesti-me, e mal o snr. Gomez Acebo deixara o seu quarto quando outra granada entrou dentro dêle.

Reunimo-nos no corredor, e mal saímos dêle para nos dirigirmos ao andar térreo do hotel, rebentou logo outra granada no corredor, junto de um dos elevadores.

A granada que caíra no salão atravessou-o de lado a lado e ao quarto número 7, que ficou inteiramente destroçado, indo parar á fachada lateral da estação do Rocio.

O ministro de Espanha salvou-se milagrosamente, pois a granada passou por diante dêle.

«O snr. Santa Cruz—observa *El Liberal*—elogia extraordinariamente a conduta do nosso representante e do pessoal da Legação, que também foi elogiado por todos os estrangeiros que estavam no hotel. Nem o nosso ministro, apesar de se achar ali com a sua familia, nem o alto pessoal ás suas ordens quizeram abandonar o hotel, apesar das reiteradas instâncias do govêrno portuguez e das embaixadas, entre elas a do Brasil, que estava fóra do raio de acção das granadas. O nosso ministro aceitou unicamente em principio o oferecimento desta última, só para as senhoras e as crianças, em virtude do risco que corriam.

Quando o snr. Santa Cruz saiu de Lisboa, ainda não tinha sido deposto o presidente snr. Machado, nem se sabia da prisão dos snrs. Costa e Soares».

(*República* de 15 de Dezembro de 1917).

## NOTA C

---

### O snr. Aires d'Ornelas, o dezembrismo e a República

---

DOCUMENTO N.º 1

#### Uma sessão emocionante

O snr. conselheiro Aires d'Ornelas, em nome da minoria monarchica e do prestigio do Parlamento, repele uma insinuação de uma gazeta jacobina — O illustre parlamentar produz um empolgante discurso patriótico, valendo-lhe as suas nobres declarações os constantes apoiados e uma calorosa salva de palmas de toda a Câmara

---

Os snrs. ministro do Interior, Egas Moniz e Pinheiro Torres proferem eloquentes e entusiasticos discursos

---

O Parlamento aprova por unanimidade uma saudação aos exercitos alliados

---

A sessão de hontem foi uma magnifica afirmação de patriotismo

Sessões parlamentares como a que hontem se realisou na Camara dos Deputados, factos como aquele que ali se presenciou, palavras como as que lá se pronunciaram, manifestações de um fervoroso patriotismo como aquella a que, arredadas, por um momento, todas as preocupações de partidarismo, se entregaram n'um movimento de entusiasmo todos os representantes da Nação reunidos naquela sala — honram um paiz, honram um Parlamento, constituem uma elevada lição de moral politica, compensam de muitos dissabores, reconfortam e tonificam os espiritos, que na vida universal da humanidade de hoje encon-



o sentimento nacional e elevar-se a toda a altura dessa magna e solemne questão — de que os miseros politicos da « Republica Velha » nunca souberam encarar senão como um mesquinho problema partidario — que todos os grupos do Parlamento puderam perfilhar e aplaudir as nobilissimas palavras do snr. conselheiro Aires d'Ornelas, vitoriando-o no final da sua extraordinaria oração com uma espontanea e fremente salva de palmas, facto sem precedentes dentro do recinto daquela assembleia legislativa !

Ha pois ainda, felizmente, um terreno em que pódem encontrar-se todos os portuguezes dignos e bem intencionados ; mostra-o a sessão de hontem, e só por isso deve aquele dia marcar-se com uma pedra branca nos anaes da nossa vida publica !

É que, se os relatos da sessão não pódem reproduzir, como dissémos, o « espirito » do discurso do sr. Aires d'Ornelas, tambem não é dado a essas sêcas noticias comunicar aos leitores a comoção transparente com que toda a camara ouviu as palavras patrioticas e empolgantes do illustre *leader* monarquico, vendo-se na palidez de muitos rostos quanto o orador sabia interpretar o sentimento colectivo da assembleia, que era ao mesmo tempo de uma apaixonada exaltação pela honra e interesses da Patria commum e o da mais profunda indignação pelas repugnantes insinuações de uma gazeta, que reaviva a todos nós a memoria de uma politica de vexames, de perseguições, de dissipações e de divisão dos portuguezes perante o inimigo commum !

Findo o discurso do snr. Aires d'Ornelas, *todos os deputados presentes*, e antes de mais ninguem os membros do governo, vieram cumprimentar e felicitar comovidamente o eminente parlamentar. Generalisado o debate, os snrs. ministro do Interior, dr. Egas Moniz, *leader* da maioria, e dr. Pinheiro Torres, *leader* catolico, prestando homenagem aos nobres sentimentos do snr. conselheiro Aires d'Ornelas e repudiando em termos candentes a calunia em questão, produziram eloquentes afirmações patrioticas, belas e confortantes afirmações de solidariedade no ideal commum a todos os bons portuguezes, terminando

a Camara por aprovar por unanimidade a proposta apresentada e sustentada brilhantemente pelo snr. Egas Moniz, para que aquella casa do Parlamento enviasse uma saudação aos exercitos aliados pelos seus ultimos e vitoriosos feitos.

Assim como se costuma dizer que do pantano nasce uma flôr, tambem pôde agora notar-se que da sordida local com que uma gazeta, d'ora em deante formalmente exautorada, quiz conspurcar a reputação de membros do Parlamento, surgiu uma das mais tocantes e significativas manifestações de fé patriótica e de dedicação pela causa dos aliados, que uma assembleia de representantes da Nação tem efectuado em Portugal desde o principio da guerra.

Quando um Parlamento sabe assim desprender-se momentaneamente de paixões sectarias e traduzir com tanta elevação os sentimentos e interesses do paiz, esse Parlamento nobilita-se e dignifica-se, honrando e acreditando ao mesmo tempo o povo que representa.

Belo dia o de hontem para os que não querem perder a fé no ressurgimento d'esta querida Patria!

\*

\* \*

Damos em seguida, tal como nos foi possivel apanhal-o, um extracto do eloquente discurso do snr. conselheiro Aires de Ornelas :

O sr. *Aires d'Ornelas* : — Sr. presidente, começo por agradecer a V. Ex.ª e á maioria o concederem-me a palavra n'esta altura.

Sr. presidente, só ha poucos momentos tive conhecimento do artigo hoje publicado n'um jornal intitulado a *República*. Eu sei muito bem que esse jornal não corresponde a grupo algum politico representado n'esta casa, mas considero esse artigo attentativo da representação nacional, vindo atacar-nos no que mais presamos, no que ha de mais sagrado para nós no nosso nome de portuguezes.

(*Apoiados*).

*Vozes* : — Muito bem.

Eu apresentei aqui, na sessão do dia 27, um pedido para sessão secreta, para que o governo dissesse da conveniencia ou inconvenien-

\*

cia da publicação do *Livro Branco* e se definisse a nossa attitude actual na guerra.

Sr. presidente, sem querer fazer uso de informações d'ordem particular, eu poderia dizer talvez que do governo não se manifestou opposição á ideia d'essa sessão, onde nós pretendíamos tratar, naturalmente, primeiro pela minha voz, assuntos que essencialmente respeitam o futuro da nação, a integridade nacional e que, portanto, eu reputo serem da maior, da maxima gravidade. (*Apoiados*).

*Vozes* : — Muito bem.

Antes de pedir a palavra eu preveni V. Ex.<sup>a</sup>, sr. presidente, e o illustre *leader* da maioria, do assunto que desejava tratar.

Não preciso fazer aqui afirmações das minhas convicções em pródos alliados. (*Apoiados*).

Sou-o até ao intimo d'alma e prézo-me de que o meu nome é bem conhecido como militar e como português. (*Muitos apoiados*).

*Vozes* : — Muito bem.

Sr. presidente, por circumstancias especiais de ordem politica eu deixei de vestir um dia a farda de soldado : mas estou prompto a envargal-a de novo se a integridade do territorio nacional fôr ameaçada. (*Muitos apoiados*).

*Vozes* : — Muito bem.

Pedi uma sessão secreta, e entendo que nós, representantes da nação, não podemos estar debaixo da coacção (*muitos apoiados*) que representa o que eu vou lér.

*Vozes* : — Muito bem.

Diz aqui o artigo : (*Leu*).

*Varias vozes* : — Não leia, não leia mais !

*Vozes* : — Muito bem. (*Muitos apoiados*).

*O orador* : Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a manifestação que me acaba de fazer. Necessitava bem tratar d'este assunto que é de extrema gravidade e que afecta a nós todos. (*Muitos e repetidos apoiados*).

Tenho satisfação em ouvir a manifestação d'esse lado da Camara ; tenho muito orgulho em dizer aqui perante a representação nacional e o paiz inteiro que nos ouve que acima de tudo e primeiro que tudo sou português, unica e exclusivamente português ! (*Muitos apoiados*).

*Vozes* : — Muito bem.

A manifestação d'esse lado da Camara dá-me completa satisfação ao meu orgulho ofendido.

*Vozes* : — Muito bem. (*Muitos apoiados*).

Porque, repito e insisto, é um insulto que diz respeito a todos os portuguezes, porque atacou a honra, o brio, a dignidade de quem quer que seja português !

*Vozes* : — Muito bem. (*Muitos e repetidos apoiados*).

Eu orgulho-me agora, sr. Presidente, de que, não a minha debil voz, mas a verdade das minhas convicções, realisam aqui dentro essa

união, a união de todos nós, porque aqui não ha nem pôde haver se-  
não portugêses. (*Muitos apoiados*).

Deante do inimigo que é a Allemanha todos somos unidos, e eu  
sou bastante monarquico, eu que despi a farda em homenagem á ban-  
deira que jurei servir para poder afirmar bem alto que essa bandeira  
da Republica que está lá fóra cobrindo os nossos soldados em frente  
do inimigo, é agora para todos nós a bandeira da Patria! Tenho dito.

*Vozes*: — Muito bem

*Palmas em toda a Camara. O orador foi cumprimentado por todos os  
lados da Camara.*

(*Diario Nacional*, director Aires de Ornelas,  
em 1 de agosto de 1918.

---

#### DOCUMENTO N.º 2

Extracto do boletim parlamentar do «*Diario Nacional*»,  
sob a epigrafe: — «*Em ambas as Camaras se protesta contra  
uma ignobil calunia do jornal a «República»* :

Na presidencia está o sr. coronel Eduardo de Almeida (centrista),  
secretariado pelos srs. Francisco Amparo e Calado Rodrigues (cen-  
trista).

...O sr. *Aires d'Ornelas* pede a palavra para um negocio urgente.

O sr. *presidente* declara que s. ex.<sup>a</sup> já lhe comunicára o assunto,  
que deverá merecer a consideração da camara, pois o *leader* da mino-  
ria monarquica pretende desafrontar-se de uma calunia de que os seus  
correligionarios ali presentes fóram vitimas.

A Camara aprova a urgencia e os srs. deputados mostram um in-  
teresse especial em conhecer o assunto de que se vai tratar.

A esse discurso nos referimos noutro lugar do nosso jornal. (1)

O discurso do sr. conselheiro Aires d'Ornelas é saudado com  
uma vibrante salva de palmas, sendo o orador cumprimentado pelo go-  
verno e numerosos deputados de todos os lados da Camara.

O sr. *Joaquim Madureira* (2) requer a generalisação do debate sendo  
aprovado.

---

(1) V. Documento n.º 1.

(2) Então centrista, depois de ter sido unionista, o que foi de-  
pois de ter sido chefe do gabinete do sr. dr. Bernardino Machado, quando  
presidente do ministerio, que teve de o pôr na rua por falta de serie-  
dade no desempenho das funcções do seu cargo. Agora apresenta-se  
como *conservador* e como director do *Jornal*, órgão d'este partido.

O sr. *Tamagnini Barbosa* (secretario do Interior), afirma que as palavras do illustre *leader* calaram bem no intimo de todos, republicanos e monarchicos, porque fôram palavras muito portuguezas, bem sinceras e bem patrioticas.

Em nome do governo associa-se a ellas e reprova o ataque traiçoeiro, que embora visasse parlamentares monarchicos, feria a Camara inteira nos seus propositos patrioticos que a ninguem é licito pôr em duvida. Os que assim escrevem são os mesmos que tentam fomentar a discordia na familia portugueza, esquecendo-se de que, outr'ora, tanto prérgavam pela união de todos os portuguezes. (*Apoiados*).

Nada mais precisa dizer para descobrir o intuito politico, tão inconveniente como infame, da noticia lida pelo sr. Aires d'Ornelas. (*Apoiados*).

O sr. *Egas Moniz* (*leader* da maioria), regista com satisfação as palavras da minoria, e declara que se fôsse preciso a propria maioria apresentaria a questão em negocio urgente.

Acima de tudo, acrescenta, é necessario pôr bem alto a dignidade do Parlamento.

As palavras do *leader* da minoria foram um enternecido elogio aos nossos soldados e á causa dos aliados, pela qual todos all pugnam.

Sendo assim, entende que aquelle incidente se deve transformar n'uma saudação calorosa aos países alliados, (1) propondo que á França, á Inglaterra, á America e á Italia, isto é, aos presidentes das camaras dos deputados dos referidos países, se enviem telegramas de saudação pelas vitorias ultimamente alcançadas. (*Apoiados*).

O sr. *Pinheiro Torres* (*leader* catolico), associa-se á proposta do sr. *Egas Moniz* e declara em seguida sentir-se satisfeito por vêr assim aquella admiravel união de todos os portuguezes, bem diferente d'aquella união sagrada realisada com simples fins politicos.

Está certo que não ha ninguem que não deseje a vitoria dos aliados e a proposito faz calorosas referencias á França e á Inglaterra, afirmando que nós não poderiamos nunca ser pela Alemanha, porque, se ella vencesse, isso seria o fim da nossa raça.

## NO SENADO

Preside o sr. *Forbes de Bessa* (dezembrista).

O sr. *visconde do Banho* (illustre *leader* da minoria monarchica)... Já que está no uso da palavra, aproveita a occasião para levantar o seu mais energico protesto contra uma local que vem publicada no jornal

(1) Então já a contra-ofensiva de Foch ia em todo o seu glorioso desenvolvimento.

*República*, contendo uma tôrpe insinuação para a minoria monarchica, que diz ser germanofila. Já o illustre *leader* monarchico repetira aos deputados, calorosamente secundado pelo governo e por todos os lados da Camara, a infame insinuação. Secunda no Senado esse nobre gesto, e entende que quem assim escreve pouco deve prezar a sua dignidade. Apodam-nos de germanófilos, de vendidos ao ouro allemão, e ocorre então perguntar, visto que o acusar é facil, se tambem eram vendidos ao ouro allemão esses soldados que sem armas marcharam contra o inimigo.

Ele, orador, combateu o decreto sobre o regimen de porta aberta em Angola, que nos deixaria ao dispôr do inimigo. Uma vez que entramos na guerra, não ha partidos politicos, ha apenas portugueses e patriotas que, como os monarchicos, teem estado e estão dispostos a contribuir, com o seu sangue ou com o seu dinheiro, para o triunfo da causa da justiça, que é a causa dos aliados. E' que a Patria não é de republicanos, de monarchicos, de socialistas ou de anarchistas: é de nós todos. Fica assim lavrado o seu protesto contra a tôrpe especulação d'aquelle jornal.

(*Diario Nacional*, director Aires d'Ornelas, em  
1 de agosto de 1918).

---

DOCUMENTO N.º 3

**Engulhos.** — Houve certamente jornaes a que não agradeu o espectáculo de confraternisação patriótica felizmente provocada pelas palavras do sr. conselheiro Aires d'Ornelas, na sessão de ante-hontem, ao desafrontar a minoria monarchica d'uma vil calunia da *República*.

Um d'esses jornaes parece ser, apesar das afirmações em contrario, *A Capital*. Com efeito, deve-se reconhecer que este colega, depois dos seus protestos de jubilo, trata afinal o caso com bem mais azedume do que entusiasmo...

Vem a *capitulo* com o germanofilismo do sr. padre Domingos e com o do sr. dr. Antonio Sardinha.

O «germanofilismo» do sr. padre Domingos não sabemos o que seja. Só conhecemos o assunto por alguns jornaes republicanos, e o que eles todos dizem é, simultaneamente: que se descobriu que o sr. padre Domingos é germanofilo e que de-

sempenha uma missão de confiança do governo em materia de subsistencias, não tendo ainda sido d'elle exonerado.

Sendo assim, não sendo o governo germanófilo e não tendo ele ainda exonerado o sr. padre Domingos da tal missão de confiança, apesar da barulheira de certos jornaes da opposição, é-nos licito presumir que o «germanofilismo» do sr. padre Domingos está longe de ser cousa apurada. Ha de a *Capital* permitir que na materia nos guiemos mais pelas informações que o governo deve ter e pelo seu criterio, do que pelas opiniões apaixonadas de jornaes que não pôdem perdoar ao sr. padre Domingos as suas velhas provas de dedicação pela causa monarchica, independentemente de toda e qualquer questão de germanofilismo ou aliadofilismo.

Quanto no «germanofilismo» do sr. Antonio Sardinha, tem este jornalista escrito o bastante para desfazer essa lenda, e tê-lo-ia dito n'uma das ultimas sessões da Camara, se a maioria não lh'o houvesse violentamente impedido.

No entanto, o «germanofilismo» que a *Capital* imputa no nosso illustre correligionario nada tem, segundo crêmos, de comum com o que escreveu a *República*.

O «germanofilismo» do sr. Antonio Sardinha pôde continuar a fornecer assunto para *blagues* ou para especulações politicas como a que a *Capital* se compraz em fazer com o caso. Não diremos que elas sejam de muito boa guerra, mas nós bem sabemos que na politica nunca se é anjo e raras vezes se é impecavel.

Porêm o que a *Republica* fez foi outra cousa, e foi isso que suscitou a justa indignação da minoria monarchica e da Camara.

Chamar «germanófilo» a alguem pôde ser simplesmente um truc politico de mau gosto, e o publico bem sabe a importancia que n'um grande numero de casos deve ligar-lhe. Mas escrever o que se escreveu na *República*, quando isso se fez sem a menor prova nem indicio, é uma infamia das mais torpes, incompativel com o mais rudimentar sentimento de dignidade em quem a lança num papel.

## NOTA D

---

DOCUMENTO N.º 1

---

### **Fumos de palha ou uma trovoada de lata em S. Bento**

**O jornalista Aires de Ornelas acolhe-se á protecção do santo**

O snr. Aires de Ornelas é *leader* da bancada monarchica na sala dos deputados em S. Bento. O snr. Aires de Ornelas era considerado na sua grei como sendo o *lugar-tenente de el-rei*, até ao dia em que tal honraria passou a ser funcção de aquele *rato morto* chamado Alfredo Pimenta que o *Dia* arrepanhou nos saguões da *Republica* para atirar com êle á cara do snr. Antonio José de Almeida em especial e do partido evolucionista em geral e que o proprio snr. Aires de Ornelas já aproveitou numa celebre ocasião para com êle atirar por sua vez á cara do *Dia*. O snr. Aires de Ornelas é director do *Diario Nacional*, onde se serve da irresponsabilidade mental e moral do mencionado Pimenta, para insultar, quando lhe apraz, o snr. Antonio José de Almeida e a *Republica*.

Pois bem. Ainda recentemente, a proposito duma dessas investidas vis e insolentes do *Diario Nacional* desafiamos o sr. Aires de Ornelas a que respondesse a uma tremenda accusação feita num dos numeros ultimos de *O de Aveiro*, do snr. Homem Cristo, e que era a seguinte:

A *Capital*, em artigo que não lemos mas de que temos conhecimento por um telegrama de Lisboa para o *Norte*, do Porto, respondendo ao *Diario Nacional*, que nega a existencia dos traidores, recomenda-lhe a leitura de *O de Aveiro*, a vêr se se convence. O *Diario Nacional* salta por

cima desse ponto como gato por braças. Tem medo de se escalear? E se não passa por nós «tão de fugida» escaleara-se, com certeza, porque nós lhe diríamos quem é a PESSOA DE SUA CASA QUE CONHECE TÃO BEM OU MELHOR AINDA DO QUE NÓS OS TRAIADORES. O cinismo de estes patifes! E a chamarem cinicos aos outros!

E o snr. Aires de Ornelas, que é jornalista e director de um jornal, nada tem respondido, fugindo a intimar o snr. Homem Cristo a dizer quem *seja a tal pessoa e quem sejam os tais traidores*. Quer dizer: — o snr. Aires de Ornelas quer continuar a desconhecer ou ... a conviver com êsses traidores.

E porque se cala o snr. Aires de Ornelas? Porque não lê *O de Aveiro*? Porque não lê a *Republica*? Ignoramos se lê *O de Aveiro*. A *Republica* lê-a êle; e tanto não pode negar este facto que foi êle que ante-ontem em S. Bento, na sala dos deputados, deu á *Republica* as honras maximas da sessão, referindo-se aos comentarios por nós feitos em o nosso *Museu germanofilo* ácerca dos intuitos e assinaturas dos que pediam uma *sessão secreta* para tratar de coisas que em *sessão publica* se podiam perfeitamente tratar. Isto é, o snr. Aires de Ornelas, que é jornalista e dirige um jornal, procurou responder a um jornal precisamente no lugar onde êsse jornal não estava representado e lhe não podia dar immediata e condigna resposta. Pois bem; nós que não temos lugar em S. Bento desafiamos o snr. Aires de Ornelas a que nos responda no seu jornal. Tem uma pena como nós; defenda-se se é capaz. Responda a argumentos com argumentos; a factos com outros factos; e negue, se assim puder, os documentos formidandos com que o havemos de fulminar.

\*

Que é o que nós dissemos? Que não era precisa *sessão secreta* para o governo dizer da conveniencia ou inconveniencia da publicação do *Livro Branco* com os documentos referentes á nossa entrada na guerra. Em *sessões publicas*, mais do que uma vez, alguns dos actuais membros do governo — os snrs. Vasconcelos e Sá, Tamagnini Barbosa e Alfredo de Magalhães —

fizeram semelhante pergunta no parlamento. E os governos de então nunca se recusaram a dizer as razões porque esse *Livro Branco* não podia ser publicado. Ora as razões, porque o actual governo, de que fazem parte os trez interpelantes de então, não tem publicado o livro são, e não podem deixar de ser, as mesmas aduzidas pelos governos seus antecessores e que foram dadas em *sessões publicas*. Porque *sessões secretas* agora para esse mesmo fim?

O outro motivo alegado para a *sessão secreta* era o governo definir a nossa actual situação na guerra. Então isto define-se em *sessões secretas*? Então essa situação não está definida assás claramente pelo chefe do movimento de 5 de Dezembro logo nas suas primeiras proclamações do parque Eduardo VII, e, sobretudo, posteriormente *pelos seus actos*? Acaso não são esses actos de acordo com as suas palavras? Tem o snr. Aires de Ornelas alguma duvida a esse respeito? Se tem, porque não dizê-lo francamente deante do paiz, afim de que este saiba em que lei vive — se em paz, se em guerra, ou se em paz em tempo de guerra? Tem o snr. Aires de Ornelas duvidas sobre a orientação do snr. Sidonio Pais no assunto e que, porventura, firmam a sua ostensiva fé... aliadófila?

Eis as razões que tinhamos e temos para não concordar com as *sessões secretas* pelos motivos alegados no requerimento apresentado pelo snr. Aires de Ornelas.

\*

Entretanto não foi isto que abespinhou o snr. Aires de Ornelas. O que o abespinhou — e aqui, sem duvida, a razão do seu pertinaz silencio ante o desafio do snr. Homem Cristo em *O de Aveiro* — foi o não termos ligado importancia ao requerimento por ele apresentado quanto ao seu texto, mas sim ao conjunto das assinaturas que o firmam, e em que figuram, como diziamos, assinaturas, a **par da do snr. Aires de Ornelas**, de individuos reconhecidamente germanofilos, uns por manifestações inequivocas de germanofilismo expressas na imprensa, e outros até publicamente acusados em documentos officiais, de

estarem a soldo dos alemães, sem que até agora se tenham justificado satisfatoriamente da acusação. Não conhece, acaso, o snr. Aires de Ornelas certos artigos e *suellos* do *Dia*, assinados uns e da responsabilidade outros de individuos que se sentam a seu lado na camara? Não conhece o caso do *Rol da desonra*, considerado como uma ignominia pelo seu proprio jornal? Então não sabe que os principais alvejados por esses factos são pessoas que tambem assinaram o requerimento do snr. Ornelas?

E o caso do Sardinha da *Monárquia*, que tambem assinou? E o Pimenta? Os testemunhos e os documentos abundam—e nós possuimo-los—verdadeiramente esmagadores para êsses tais. Ora o facto dêsses tais serem deputados agora agrava a situação moral dêles, pois se encontram precisamente em circumstancias de serem mais nocivos ao seu país do que até ao presente, dado o conhecimento directo e exacto que pretendem de informações que, *por enquanto*, o Estado tem de conservar secretas. E toma o snr. Aires de Ornelas a responsabilidade pessoal e moral pelas anteriores afirmações e pelos actos anteriores dêsses tais? Eis a questão...

Mas o snr. Aires de Ornelas considerou o nosso comentario um insulto para a minoria monarchica. Argumentamos com factos que o snr. Aires de Ornelas não destruiu e antes parece desculpar associando-se em solidariedades e companheirismos suspeitos. Sua alma, sua palma. Agunte-se o snr. Aires de Ornelas na situação que escolheu para si. Nós nada temos que modificar ao nosso conceito, tendo feito as restrições individuais nitidamente expressas em o nosso comentário que êle pretendeu ler á camara, mas que esta não quiz ouvir, indo a reboque talvez daquêles mesmos que mais interesse tinham em não serem assim expostos publicamente num pelourinho.

\*

Mas o debate generalizou-se e ali onde não tinhamos voz, todos se concertaram para cair a fundo sobre a *Republica*. Nem por isso a *Republica* ficou amachucada, forte como está na

sua consciencia e dignidade jornalisticas, com o pleno conhecimento dos assuntos aludidos no requerimento, e com o largo *dossier* com que ha de fulminar Ornelas & C.<sup>a</sup>.

O debate generalizou-se a requerimento dum tal Joaquim Madureira que outrora foi chefe do gabinete do snr. dr. Bernardino Machado, quando este era presidente do ministerio, e cuja confiança traíu; esse mesmo Madureira que, nas sessões anteriores muito cautelosamente se guardou de intervir na homenagem ao Brasil, onde êle é de sobra conhecido pelas suas artes e processos. E, generalizado o debate, o snr. Tamagnini Barbosa declarou em nome do governo que o artigo da *Republica* não merecia a consideração de ninguem, afirmação esta que o proprio facto da discussão cabalmente desmentia. Mas esta singular absolvição do germanofilismo assaz conhecido e comprovado dalguns dos signatarios do requerimento deu a estes a singular qualidade de ficarem a ser dora avante germanófilos oficialmente. *Brevetés*, ou seja com patente official do governo. Isso não é comnosco.

Depois falou o snr. Egas Moniz com mais uma pindarica saudação aos aliados, como manifestação inequivoca do seu constantinismo político; e o snr. Pinheiro Torres fazendo a sua profissão de fé aliadófila, queimando assim as suas antigas manifestações germanófilas, isto é, fazendo como Clovis, primeiro rei dos francos, quando baptisado em Reims por S. Remigio — *queimou o que adorara e passou a adorar o que queimou*.

E assim acabou tudo com palmas e vivas aos aliados e á *synthese* Aires de Ornelas, e condenando-nos, á estopada de escrever estas linhas.

Agora, meus senhores, cá vamos pôr em ordem o nosso *dossier*. Veremos o que se dirá depois...

(Da *Republica*, 2 de agosto de 1918)

## Museu germanófilo (2.ª série)

A nossa derrota será, latinos, a nossa salvação!... Francófilo que me mostrei já em publico, *eu desço agora veementemente a vitória da Alemanha*. Só pela vitória dos Imperios Centrais nós teremos com a derrota da Maçonaria o restabelecimento da ordem legitima que permitirá á França ressarcir-se, a nós outros curar-nos. Cartago começa então a afundar-se no seu rochedo do Mar da Mancha.

ANTONIO SARDINHA.

### XXIV

#### O snr D. Manuel no... Museu

Mal supunhamos que algum dia teríamos o snr. D. Manuel neste nosso educativo e incomparavel Museu. Pois é verdade; temos de o expôr, atendendo aos termos do seguinte telegrama que ele enviou ao snr. Aires de Ornelas depois de «ter tomado conhecimento», como diz a folha do mesmo snr. Ornelas, do que se passou na memoravel sessão da Camara dos Deputados, em 31 de julho.

HARROGATE, 12, ás 9,35—Aires de Ornelas.—Lisboa.

Acabo de ler o seu magnifico discurso de 31 de julho na Camara, interpretando duma maneira admiravel não sómente os sentimentos de todo o partido monárquico, mas tambem as Minhas instruções. Sinto-me feliz em transmitir as mais calorosas felicitações ao Meu representante, que manteve bem alto a honra e o patriotismo do partido monárquico.

No momento tão grave em que a união de todos os portuguezes é indispensavel, nós devemos mais que nunca dar o exemplo dessa união, que sob a sua direcção e com a dedicação de todo o partido se fortalecerá cada dia mais.

Foi um grande serviço que prestou ao nosso bem-amado paiz.

Manuel R.

Comentando este telegrama, dizia entre outras coisas, a folha do snr. Ornelas em o seu numero de ante-ontem:

O snr. conselheiro Aires de Ornelas, com estas honrosas palavras de El-Rei, dar-se-ha por largamente recompensado do serviço que, como S. M. muito bem nota, prestou á causa monárquica e ao país, sintetizando num dado momento, da maneira mais eloquente, os sentimentos de toda a Camara e de toda a Nação para com os nossos aliados.

Mas a causa monárquica tambem justificadamente se orgulha de ter como representação e simbolo do seu Principio quem, como El-Rei o snr. D. Manuel, tão elevadamente sente e comprehende a grandeza da sua missão para com o país.

Visto que assim é e visto que o snr. Aires de Ornelas tomou o pretexto de ter visto em o nosso Museu o requerimento em que, assinado por todos os seus correligionarios politicos que teem agora assento na sala dos deputados em S. Bento, elle pedia a tal sessão secreta para tratar dum assunto que se devia tratar em sessão publica e que já em sessão publica foi tratado no tempo das governos da União Sagrada, lógico é que o telegrama do snr. D. Manuel aqui tenha tambem lugar. Sua alma, sua palma...

Louva-se o snr. D. Manuel nas pretensões expressas em S. Bento pelo seu «lugar-tenente» de que todos os monárquicos estão unidos no seu sentimento para com os aliados. Foi talvez para simbolizar esse... sentimento que, na primeira sessão em S. Bento, o snr. Aires de Ornelas entrou na sala de braço dado com o snr. Moreira de Almeida, director de *O Dia*, como notaram então alguns jornais. Foi talvez ainda para simbolizar o tal... sentimento que o aludido requerimento do snr. Ornelas foi assinado por conhecidos germanófilos, como sejam, entre outros, Antonio Sardinha, Alfredo Pimenta, Teles de Vasconcelos e José de Azevedo. Daqui, é-nos licito perguntar agora:—aderiram estes ao sentimento do snr. D. Manuel, ou foi o snr. D. Manuel que aderiu ao sentimento destes tais?

(*República*, em 28 d'agosto de 1918).

## Museu germanófilo (2.ª série)

A nossa derrota será, latinos, a nossa salvação!... Francófilo que me mostrei já em publico, *eu desejo agora veementemente a vitória da Alemanha*. Só pela vitória dos Imperios Centrais nós teremos com a derrota da Maçonaria o restabelecimento da ordem legitima que permitirá á França ressarcir-se, a nós outros curar-nos. Cartago começa então a afundar-se no seu rochedo do Mar da Mancha.

ANTONIO SARDINHA.

### XII

#### A «Republica» em S. Bento

Exporemos hoje neste nosso incomparavel e educativo Museu a apreciação que o autor dos *Bilhetes de Lisboa* para o Norte do Porto faz ácerca da celebre patacoada levada a efeito em S. Bento e para a qual maioria e minoria se deram as mãos para fazer a apoteose do «Pópó» só por este se dizer aliadófilo e fingir ignorar que tem germanófilos ao seu lado com os quais transige, se, porventura, lhes não obedece. O «bilhete» tem a data de 3 do corrente, mas possui ainda toda a oportunidade, pelo que merece ser lido.

Ei-lo:

3 de AGOSTO. — Os monárquicos e a maioria parlamentar deram-se outra vez as mãos, como o tinham feito, em 5 de dezembro, os revolucionários monárquicos e os que se diziam republicanos e como o tem vindo a fazer, desde a revolução até agora, com arrufos de namorados, os elementos conservadores que passam como republicanos e os monárquicos que não dissimulam.

Pretexto: uma aparente ofensa ao patriotismo do *leader*

monárquico snr. Aires de Ornelas que, não tendo sobre si acusações graves como outros seus correligionários, pelo que respeita à atitude de Portugal na guerra, ainda assim se não privou de escrever, quando há tempos a *Situação*, órgão do governo, começou a sua campanha de explicações sobre a nossa participação militar ao lado dos aliados, que «essas declarações irremediavelmente comprometam os responsáveis pela nossa intervenção».

Foi o caso que o brilhante diário republicano *A República* poz em fóco o pedido da sessão secreta por parte da minoria, a que já me referi, salientando que no meio dos requerentes havia germanófilos confessos e até individuos acusados de estarem ao serviço dos alemães, sem que o contrario houvessem provado até agora e duvidando por isso de que fosse igual o patriotismo com que pretendiam saber pormenorizadamente todos os detalhes da nossa intervenção na guerra. Logo o snr. Aires d'Ornelas quiz ilibar os deputados seus correligionários e ilibar-se portanto, e ergueu o seu protesto contra a afirmação do órgão evolucionista, cuja orientação em politica internacional, como em politica interna, tão destacante tem sido.

O protesto do *leader* monárquico que não deixou de sublinhar o patriotismo dos seus correligionários e de repetir as reservas da *República* significando assim que se não julga diferente de todos os seus correligionários e que eles se não julgam tambem diferentes dele, provocou uma manifestação de simpatia ao snr. Aires de Ornelas, a que a maioria se associou com o entusiasmo com que se encontram os companheiros de jornada que estavam em risco de perder-se.

Os jornais monárquicos festejaram muito o caso e as folhas governamentais consagraram-lhe tambem festivas laudas.

E com razão. As acusações que se faziam a alguns correligionarios do snr. Aires de Ornelas são feitas tambem a algumas pessoas affectas á maioria e que só por esquecimento talvez não teem assento na camara, não falando nas que lá teem carteira e que por timidez ou por habilidade não deram lugar a que se lhes fizessem. Estão pois identificados monárquicos e governamentais, pelo que diz respeito à sua defeza no ponto de vista do seu aliadofilismo. Concordaram todos em que dentro

do parlamento só há patriotas, monárquicos e governamentais amalgamando-se na mesma fé, no destino dos aliados e no nosso proprio destino.

E se pelo que respeita a defenderem-se perante o país de suspeições estiveram e estarão de acordo, outro pretexto os juntou e identificou: o odio aos homens da União Sagrada a cuja obra internacional o *Dia* chamou já depois de nomeado deputado o seu director, «o maior crime da nossa historia oito vezes secular» e o snr. Lobo de Avila Lima, mais cautelosamente classificou de «uma leviandade», quando um dia destes, a proposito do Brasil, teve occasião de falar nos **empreiteiros da guerra**, sem se lembrar que, alguns dos mais illustres portuguezes visando, igualmente ofendia os mais eminentes homens da República irmã que a levaram a colocar-se, sem as razões que nós tínhamos para isso, ao lado dos aliados.

E assim foi que, tendo o official do exercito Melo Vieira, desde 5 de dezembro, ao que me informam, occupado varias commissões de character civil, interpelado o governo sobre a nossa intervenção na guerra, condenando a politica internacional da *União-Sagrada* que o mais alto e nobre patriotismo orientou sempre, monárquicos e governamentais de novo se deram mãos e, se não fossem os deputados Cunha Leal, Celorico Gil e João de Castro, que fizeram justiça ás intenções dos que patrioticamente levaram Portugal a satisfazer os seus compromissos internacionais, a sessão de quinta-feira teria redundado num comicio derrotista, como o snr. Egas Moniz não deixou de compreender quando se opoz a que circulassem em folheto as declarações do secretario da guerra, conforme queria o snr. Moreira de Almeida, á semelhança do que havia alvitado no *Dia* para uma crónica, publicada no *Comercio do Porto* e em que um colaborador habitual desse jornal chamava á nossa politica internacional na guerra, *politica de capacho*.

Mas o que disse o deputado Melo Vieira? Tenho aqui na minha frente o relato de *O Seculo*.

Referindo-se ás graves acusações que o general Gomes da Costa fez, indignou-se contra os jornais que, registando-as, as comentaram patrioticamente. Segundo ele, as faltas que havia

no C. E. P. vinham de longe. Falou de duas categorias de officiais, os que mandam fazer a guerra e os que a fazem, esquecendo-se dos que a não querem fazer e desobedeceram até aos que de direito os mandavam. Bateu a velha aria da desorganização do C. E. P. que, não obstante todas as deficiencias inevitaveis num exercito que se improvisou em um país que só tinha exercito de vista e de manobras, tem merecido os elogios de todos os críticos militares aliados, alguns por certo mais autorizados do que o snr. Melo Vieira, que é governador civil de Leiria, deputado e chefe de gabinete do ministro do Interior. Aludiu a uma celebre *nota officiosa* emanada da secretaria da guerra com trechos truncados de varia correspondencia, trocada entre os governos de Portugal, os seus delegados no estrangeiro e o comando do C. E. P.

Depois, como arrependido de tudo isto, o snr. Melo Vieira pergunta porque não teem seguido ao seu destino os reforços pedidos e, afirmando que não discute as razões da guerra, — esse parece de resto o dever de todo o militar—condena quanto tem feito este governo em materia de *roulement*, denunciando varias injustiças e favoritismos (o *Seculo* não pormenoriza, o que me leva a crer que o snr. Melo Vieira não quizesse agredir os monárquicos e governamentais que teem vindo de França e por aí ficam em comissões civis ou os que, devendo ir para lá, por cá continuam) e atacando os que inutilizaram a obra distinta da aviação portuguesa.

Respondeu-lhe o secretário da guerra, fazendo declarações que os jornais classificam de importantes.

Falarei delas como é mister, salientando desde já que a minoria monarchica as apoiou, dizendo o snr. Moreira de Almeida, o mesmo que classificou ha dias a nossa intervenção de «o maior crime da nossa historia oito vezes secular», que os monarchicos não são contra a intervenção, o que são é contra o modo como ela foi feita. Esse, como todos sabem, foi rapido e honrosissimo.

Até amanhã.

(*República*, em 9 de Agosto de 1918).

\*

## Museu germanófilo (2.ª serie)

A nossa derrota será, latinos, a nossa salvação!... Francófilo que me mostrei já em publico, *eu desejo agora veementemente a vitoria da Alemanha*. Só pela vitoria dos Imperios Centrais nós teremos com a derrota da Maçonaria o restabelecimento da ordem legitima que permitirá á França ressarcir-se, a nós outros curar-nos. Cartago começa então a afundar-se no seu rochedo do Mar da Mancha.

ANTONIO SARDINHA.

### XX

#### Um monarquico desmentindo o que o snr. Aires de Ornelas negou ácerca do germanofilismo dos monarquicos

Cá estava de remissa o artigo, que não nos passou despercebido. Cabe bem hoje neste educativo e incomparavel Museu, tanto mais que noutro ponto do nosso jornal vão transcritos os justos e candentes comentarios que lhe faz o snr. Homem Cristo. E', pois, hoje neste Museu, dia de grande festa... artistica. Eis o artigo:

#### A' margem dos factos — Um paralelo

Vai amortecendo o éco dos aplausos que *coroaram*, como convinha a orador monarquico, o discurso do snr. conselheiro Aires de Ornelas.

Não me tiram o sono, como ao outro grego, os louros de ninguem. Associo-me ás homenagens prestadas ao illustre lugar-tenente de D. Manuel II; mas a paixão pela lógica não me deixa perder esta optima occasião de propor a s. ex.<sup>ª</sup> um pequenino quesito. E' o que vou fazer, ainda que mais se assanhem contra mim as iras dos meus correligionarios que de tudo me poderão acusar menos de ter andado em conluio com os assas-

sinos de D. Carlos; de não ter desinteressada e galhardamente combatido em volta do trono até ele cair miseravelmente abandonado pelos que dele viviam; de ter dado o mais leve indicio de possivel transigencia com o novo Regime, nem ainda quando ele apresenta mitigados os seus vicios estruturais.

O meu pequenino quesito é este :

Disse o illustre conselheiro snr. Aires de Ornelas que protestava em seu nome, e em nome de todos os monarchicos, contra a accusação de germanofilia. Fui verificar, quando isto ouvi, ao *Diario Nacional*, e lá encontrei, com todas as letras, confirmado o facto. Ali se escreveu, em artigo editorial, que todos os monarchicos são aliadófilos.

Dá-se, porém, o caso de viver eu na terceira cidade do paiz, e ahi ser eu talvez o unico monarchico aliadófilo! Isto é publico e notorio, porque não faço outra coisa há tres anos, nos centros de cavaqueira, senão discutir a guerra, e precisamente defendendo os aliados com uma *crânerie* a que mais de uma vez foi prestada publica homenagem pelos proprios germanofilos. Declaro, pois, ao snr. conselheiro, que entre os monarchicos de este terceiro centro do paiz, não conheço nenhum, entre os que marcam, segundo se diz, que não seja ardentemente germanofilo. Se esta afirmação fôr posta em duvida nenhuma duvida terei em voltar ao assunto, para cabalissima, mente me justificar, *embora isso me desgoste, por varios motivos*, mais este: que o meu fito, neste artigo, é outro.

Desejo muito simplesmente propôr ao illustre conselheiro o seguinte quesito: — se s. ex.<sup>a</sup>, chefe de um partido, procedendo decerto de boa fé, faz no lugar mais solene uma afirmação assim, susceptivel de contradita, pelo menos parcial, por outras palavras: se quando o snr. Aires de Ornelas afirma que todos os monarchicos portuguezes são aliadofilos falta involuntariamente á verdade porque se lhe póde provar que tal afirmação é falsa — teremos ou não teremos o direito de admitir que o mesmo snr. conselheiro Aires de Ornelas se engana involuntariamente quando julga que todos os monarchicos portuguezes são catholicos?!

Esta afirmação aparece sempre nos jornais monarchicos quando é preciso provar a *inutilidade* do Centro Catolico. O Centro não é preciso — dizem — porque nós somos todos catholicos.

Estando eu firmemente convencido de que a grande maioria dos monarchicos são germanofilos, porque assim o tenho verificado viajando, ocorre-me perguntar ao illustre senhor conselheiro se as afirmações solenes que se fazem no Parlamento, em ocasiões oportunas, se devem tomar a serio, ou dar-lhe o desconto das conveniencias politicas.

Francamente: como registador incorrigivel, que sou, de factos, tenho visto e ouvido coisas tais, depois daquele discurso do snr. conselheiro, e aos seus proprios correligionarios, que temo venha a ser superior ás minhas forças o cumprimento do dever de tomar a serio a politica monarchica em Portugal.

Resumindo e formulando o quesito: quando se lê nos jornais monarchicos que o *Centro* é escusado porque todos os monarchicos são catholicos, deve-se entender esse catholicismo... como o aliadofilismo deles, ou não?

Era só isto, por ora, o que eu desejava saber, se esta curiosidade merece alguma resposta no orgão do snr. conselheiro Ornelas.

Se não fôr logo, póde ser que insistindo eu, até onde fôr preciso, venha uma resposta *seja ela qual fôr*...

RUI VAZ DE SÁ. (1)

(Em a *Liberdade*, jornal católico do Pôrto, de 11 do corrente.)

Não carecemos de comentar, visto estar com a palavra o snr. Homem Cristo, que muito viu e ouviu.

(*República*, em 22 d'Agosto de 1918).

---

(1) Pseudonimo do conhecido publicista católico e monárquico dr. Artur Bivar.

## NOTA E

---

O snr. *Tamagnini Barbosa* (Secretario de Estado do Interior): — Sr. Presidente: depois da manifestação feita pela Camara, demonstração clara de que no espirito de todos nós, governo e Deputados, dum e doutro lado da Camara, o discurso do snr. Aires d'Ornelas, ilustre *leader* da minoria monarchica, calou bem no nosso intimo, escusado seria que eu usasse da palavra para acentuar, em nome do governo, a reprovação a essa attitude de um jornal que, procurando visar os parlamentares monarchicos, feria a Camara inteira nos seus propósitos patrioticos, que a ninguem é licito pôr em duvida.

Essas infamias atingem todos, republicanos e monarchicos. (*Apoiados*).

Os seus autores são os mesmos que, prègando durante tanto tempo a união de todos os portuguezes, fomentam agora, pelos processos mais ignobeis, a desunião de todos nós. (*Apoiados*).

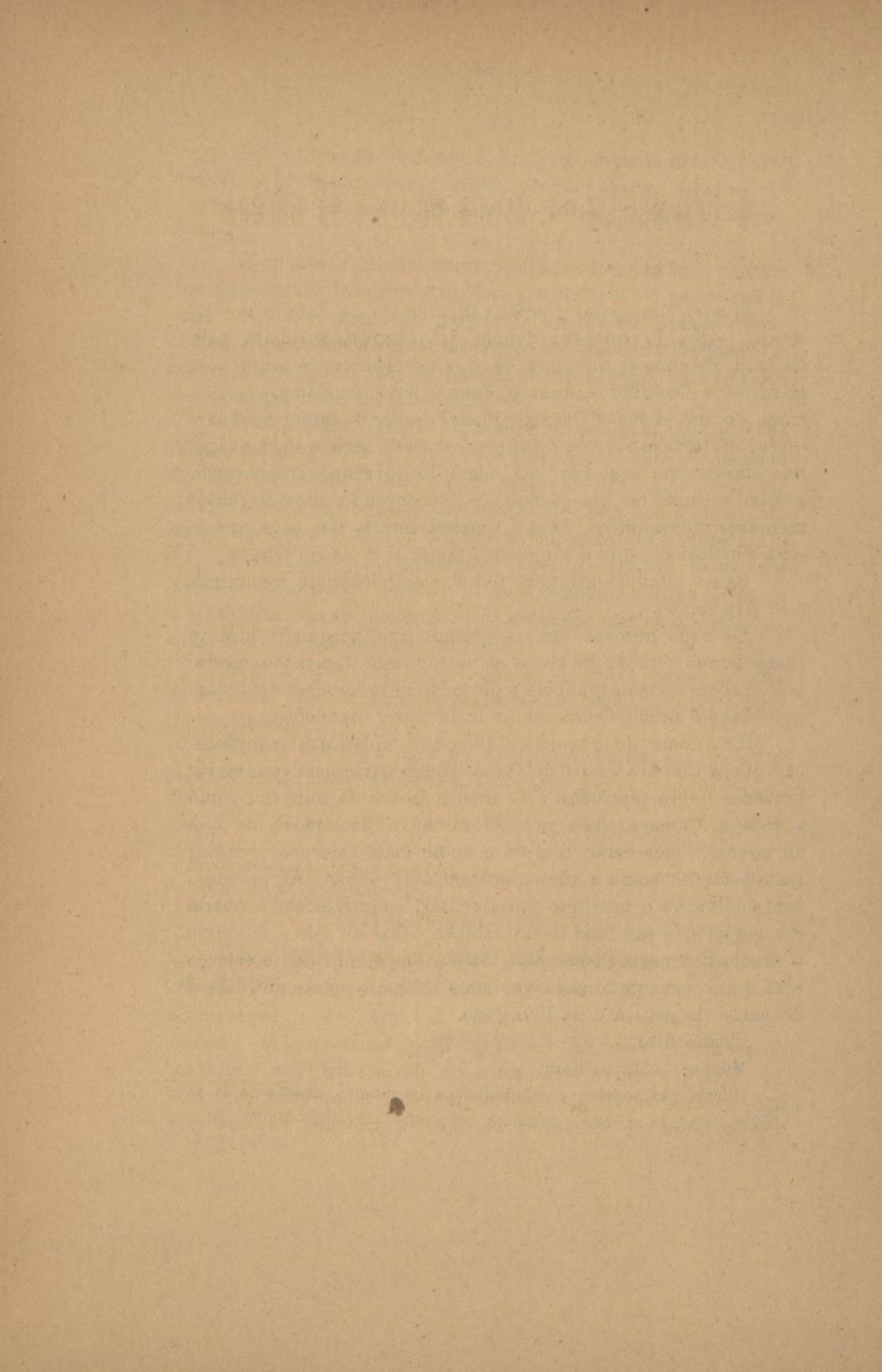
Não é preciso acrescentar mais nada. (*Apoiados*).

Em nome do governo, dou todo o aplauso á manifestação que a Camara acaba de fazer. Tomei parte nela com muito prazer e honra (*apoiados*) e ao ilustre *leader* da minoria, como a toda a Camara, faço, para terminar, a declaração de que ao governo merecerão sempre o apoio mais caloroso todas as manifestações como a que se acabou de produzir. Actos como este enaltecem o prestigio parlamentar, engrandecem a patria e o regimen e são uma demonstração cabal de que é unanime o desejo dos portuguezes pela vitoria dos aliados, cujo esforço está sendo executado cada vez mais brilhantemente em defesa da causa da justiça e da liberdade.

Tenho dito.

**Vozes:** — Muito bem.

(Diario das sessões da Camara dos Deputados, sessão de 31 de Julho.)



# O DEZEMBRISMO E A SUA POLITICA NA GUERRA

## II

(Discurso proferido na sessão da Camara dos Deputados  
de 2 de Julho de 1919)

O Sr. **Eduardo de Sousa**:—Sr. Presidente, há já bem longos dias que vem arrastando-se na Câmara esta questão do Dezembrismo e por forma tal que parece já brigar com o ardente entusiasmo e curioso interêsse que primitivamente havia despertado.

Outro assunto alternadamente, ora na primeira parte da ordem do dia, ora na segunda, tem protelado esta discussão, devido, porventura, mais que a qualquer outra causa, a patente desinterêsse da Câmara. E, convencido disto, estava eu já disposto a apresentar um requerimento para se retirar êste assunto da ordem do dia, quando V. Ex.<sup>a</sup> me conferiu a palavra para se prosseguir no debate.

Assim, limitar-me hei apenas a fazer algumas breves considerações muito rápidas para concluir o meu discurso, iniciado há dois dias, e que tive de interromper quási no fim da sessão, quando V. Ex.<sup>a</sup>, e muito bem, me preveniu ser urgente proceder-se à votação das emendas que acabavam de chegar do Senado à proposta de lei dos duodécimos.

### Documentos truncados...

Muito pesar tenho, Sr. Presidente, que não esteja presente o illustre deputado Sr. João Pinheiro, porquanto eu desejava mostrar-lhe que, quando se referiu aos documentos apresentados pelo Sr. Leote do Rêgo nesta Câmara, dizendo que êles, por serem truncados ou destacados dum conjunto, não podiam servir de base sequer para se apreciar com justiça a obra do dezembrismo, êsse argumento aduzido por

S. Ex.<sup>a</sup> converte-se a meu ver precisamente na condenação mais formal dessa mesma obra, cujas ruínas baldadamente o ilustre deputado procurou cobrir de saudosas e funebres flores.

É que o ilustre deputado se esqueceu de que o primeiro ministro da guerra do dezembrismo, o nunca assás lembrado Amilcar Mota, fez publicar na imprensa documentos truncados ou fragmentados referentes à acção ministerial do Sr. Norton de Matos quanto à nossa acção militar na guerra, dando-lhes assim uma significação, porventura diversa daquela que elles realmente tinham e insinuando-lhes um valor diferente do que elles possuíam. Mais tarde foi o seu sucessor, o não menos famoso Álvaro de Mendonça, que veio ler aqui êsses mesmos documentos, como se ignorasse o protesto vigoroso do Sr. Norton de Matos, publicado nas colunas do *República*, e que êsse tal Sr. Mendonça não podia desconhecer, (1 tanto mais que a censura passára a ser feita no próprio Gabinete do Ministério da Guerra, em permanente comunicação) telefónica com Sidónio Pais em Belém, ou com o seu profeta e arcanjo em permanente serviço, o inolvidável capitão Cameira, o tal que não quis ir para a guerra por não poder aceitar tal comissão de serviço por ser deputado, segundo êle próprio alegou oficialmente. (NOTA E). Veria, portanto, em face destes factos, o ilustre deputado Sr. João Pinheiro, se aqui estivesse, o nulo valor do seu fraco argumento.

### A publicação do «Livre Branco»

Falou ainda o mesmo ilustre deputado na urgente necessidade da publicação do Livre Branco.

Evidentemente que o Livre Branco há-de ser publicado, mas quando o Govêrno não vir nisso inconveniente, porque só êle é o árbitro da oportunidade da publicação dos documentos que se referem às nossas relações diplomaticas com os aliados.

---

(1) Ha aqui um equívoco involuntario. Não foi Álvaro Mendonça, mas ainda Amilcar Mota quem leu taes documentos na aludida sessão. Isto é ainda mais grave e dá maior consistencia ao argumento aduzido.

O Sr. Estêvão Pimentel:— Nós é que exigimos a sua publicação e o Govêrno tem por isso de publicá-lo.

O Orador:— Esse é o parecer de V. Ex.<sup>a</sup>, mas não o meu. Nós podemos reclamar a sua publicação, mas o Govêrno fala-há não quando nós a exigamos ou porque a exigamos, mas quando êle vir não haver inconveniência diplomática em tal publicação. Este é o seu dever.

O Sr. Estêvão Pimentel:— Mas lá fora já foram publicados todos os Livros Brancos.

O Orador:— V. Ex.<sup>a</sup> está confundido. O que está publicado no estrangeiro são os livros que contêm a documentação referente ao rompimento das hostilidades e ás declarações de guerra.

Agora o que em parte alguma se publicou ainda foi o «Livro Branco», isto é, o livro referente á documentação dos entendimentos e acordos dos aliados uns com os outros, isto é, quanto à sua acção diplomática e militar em comum. Aí está o que o Sr. Estêvão Pimentel parece ignorar.

¿No entanto, estou dizendo à Câmara que o «Livro Branco» não deve ser publicado? Evidentemente que não. Antes, pelo contrário, entendo, ou melhor, desejo que êle seja publicado quanto antes, agora que terminou a guerra e foi assinado o tratado de paz; mas é necessário primeiro que o Govêrno declare se deve ou pode ou se não pode ou não deve fazer-se, desde já, tal publicação.

Eu, que assisti às sessões secretas em que se debateu êste magno assunto da intervenção na guerra, estou convencido de que a publicação do «Livro Branco» há-de lançar jorros de luz sôbre a acção dos que contribuíram para essa intervenção, forçando todos a prestar a devida justiça e a merecida homenagem à sua inteligente e patriótica orientação. No entanto, ao Govêrno, repito, é que cumpre dizer e avaliar da oportunidade da tam falada publicação.

É necessário publicar-se não só o «Livro Branco» da Guerra, como ainda o «Livro Branco» da Paz, disse ainda o illustre deputado Sr. João Pinheiro. De acôrdo. Também eu

desejo a publicação desses dois livros: — o «Livro Branco» da Guerra, porque trará a documentação inteira dos motivos e influências que nos levaram a cooperar militarmente nos campos de batalha da França e da Flandres, e ainda em Africa; e o «Livro Branco» da Paz, porque trará aqueles que respeitavam às negociações para a Paz. Muito bem.

**E porque se não publica também um “Livro Negro,”  
da guerra?**

**Alguns subsidios para esse hipotético livro**

Mas, a meu ver, não se deveria ficar só por aqui, pois que outro livro devia ser publicado ainda — aquele a que chamarei o «Livro Negro da Guerra», que inseriria os pareceres e os documentos daqueles que, por todas as maneiras se opuseram à nossa intervenção na guerra, malsinando-a, contrariando-a e até quasi que aniquilando-a. Nesse «Livro Negro» figurariam, por exemplo, entre outros, os artigos da autoria do Sr. Conselheiro José de Azevedo Castelo Branco, contrários à nossa intervenção na guerra ao lado dos aliados e ainda mesmo depreciando os motivos que levaram os aliados à guerra. Num desses artigos intitulado, «A lição da Sérvia», e inserto no jornal monárquico *O Dia*, em 24 de Maio de 1916, fazia-se, entre outras, afirmações como estas: que a Sérvia fôra ingrata para com a Austria; que a Rússia e a Inglaterra haviam explorado a Sérvia contra a Alemanha; que a Austria tivera razão declarando a guerra à Servia; que no fundo quem quisera essa guerra fôra «a estúrdia camarilha moscovita», cujo *representative man* era o gran-duque Nicolau; que foram a Rússia, a França e a Inglaterra que por fim conseguiram a sua desejada guerra; que a Bulgária é que andou com juízo escapando-se à influencia britânica para fazer expiar ao ministro Eduardo Grey o sacrificio que este lhe impusera quando a abandonara depois da segunda guerra balcânica; que os motivos da guerra eram inconfessáveis; que os nossos politicos deviam aprender com a lição da Sérvia.

Esse artigo terminava da seguinte maneira:

«Tem vária moral esta lição da Sérvia. É de crêr, porém

que nela não aprendam os pequenos povos mais do que as crianças costumam tirar das sentenças dos fabulários ou dos ensinamentos dos provérbios. Sem a suggestão da Rússia a Sérvia não teria ousado iniciar a luta espingardeando os austríacos nos primeiros dias de Agosto de 1914. O seu êrro tem a sua desculpa. Menos compreensível será um dia aos críticos da História êste empenho que temos mostrado nós, miseros pótes de barro, de nos intrometer nas desavenças dos caldeirões de ferro, com o grave risco de sairmos do embate pulverizados em cacos miúdos.

Ainda bem que o pouco que podíamos dar não contou para as exigências do momento...

O **Orador**: — Atenda bem a Câmara a esta *patriótica* afirmação...

(*Continua a lêr*) «Porque a aventura a que pretendíamos lançar-nos, sem outro fundamento que as subtis fantasias de um regime em apertos intestinaes, nos levaria ao risco quási certo de vir a ser os trocos de cobre com que arredondam as contas últimas na hora de ajuste.

A Sérvia perderá talvez a sua existência politica. Jogou? Perdeu? São os azares do jogo. Mas sabia bem o que lucraria, se ganhasse. Mas nós! Ouço dizer que «estamos perdidos» se logram vencer os impérios centrais. Talvez assim seja; mas quanto agradeceria se alguêm nos dissesse útil e claramente o que pode Portugal ganhar com a vitória dos aliados. Se isto é matéria de fé eu estou disposto a crer, pondo nisso todo o desejo de que logremos sair desta crise, para a nova era que iniciará a obra da vitória, mais robustecidos na nossa independência e menos opiados do pessimismo que a todos nos entenebrece. Receio, porém, que fique sem resposta isto que a mim mesmo muitas vezes me pergunto: «porque hemos nós de ir para a guerra».

#### **Ainda a farçada patriótico-parlamentar do Sr. Aires de Ornelas**

O **Orador**: — Foi mau profeta o Sr. José de Azevedo Castelo Branco quanto à vitória dos impérios centrais. A Sérvia

jogou, como elle disse? Se jogou, ao contrário do que êle afirmou, não perdeu, ganhou. O Sr. José de Azevedo também, arvorando-se em profeta, pôs-se a jogar quanto á nossa politica internacional. Jogou e... perdeu. Foi êle, com o dezembrismo, um dos pseudo-deputados monárquicos que se sentavam em tórno do Sr. Aires de Ornelas, alcunhado de «lugar-tenente de el-rei», na extrema direita desta Câmara. Transcrevendo então eu êste seu artigo no Museu Germanofilo da *República*, em 3 de Outubro do ano findo, isto é, poucos dias antes do malogrado movimento de Coimbra, eu preguntava ao termo do comentário feito: (*Leu*). «Não haverá ninguêm que leia na cara do Sr. Aires de Ornelas êste artigo na sala dos Deputados em S. Bento?» (V. Nota G.)

Não houve, com efeito. Leio-o eu agora aqui, porém. Mas isso é de um monárquico, poderá dizer-se. Era de um monárquico, com efeito, que se sentava ao lado do Sr. Aires de Ornelas que, nesta casa e naquela farçada de protesto contra a *República*, a que já tive ensejo de me referir, dizia não haver germanófilos na bancada monárquica. Mas era a estes monárquicos, que diziam ou sentiam isso que li, que o Governo capitaneado pelo Sr. Tamagnini Barbosa e a própria maioria dezembrista ia saudar e apertar a mão como desagravo pelos justos e justiceiros comentários da *República*...

**Outro documento para o "Livro Negro,"  
O "Dia", órgão dos monárquicos, toma posições contra  
o governo da República logo ao rebentar a guerra**

Mas há mais ainda, Sr. Presidente. Noutro artigo anterior a êste, pois que é de 4 de Agosto de 1914, publicado ainda no *Dia*, cujo director o dezembrismo também trouxe à Câmara para muito justamente se sentar ao lado dos dois conspícuos varões de Plutarco a que acabo de me referir, tomava êsse jornal posições no próprio momento em que a guerra acabava de estalar. E pelo que vou mostrar à Câmara poderá esta ver que a doutrina então defendida pelo director do *Dia* havia de vir a ser a mesma que o Sr. José de Azevedo Castelo Branco sustentou dois anos depois no artigo a que

acabo de me referir detalhadamente. Assim começava destarte êsse artigo do *Dia*, intitulado *A República e a guerra* :

« Vamos lá definir situações para que não crie raízes uma especulação a que se torna necessário pôr termo à nascença : é a do « armistício » que, invocando arditosamente motivos patrióticos, o Govêrno pretende obter para que, à sombra de uma guerra europeia, se prolongue a duração de um regime que compromete, agora mais do que nunca, como ontem o demonstrámos, a segurança e a independência nacional. »

; Assim, como se vê, o *Dia*, logo desde os primeiros dias de guerra, antes mesmo que o Govêrno e o Parlamento se tivessem pronunciado de qualquer modo, tomava logo posições contra o Govêrno! ¿E para quê? Para fazer afirmações como esta :

« Seria um êrro político irreparável os monárquicos darem tréguas ao Govêrno lá porque a Rússia invadiu a Alemanha ou a Áustria se está a bater com a Sérvia. »

E desenvolvendo êste ponto de vista, o *Dia* dizia ainda o seguinte, dada a hipótese de nos tornarmos beligerantes por efeito da nossa aliança com a Inglaterra, como razão plausível para nos dispensarmos dos encargos e contingências a que êsse reflexo do estado de guerra porventura obrigava :

« Pode haver uma causa legítima a alegar : a de estarmos entregues então à restauração das velhas instituições portuguesas para que, sob elas, assistamos, com a possível defesa, no momento oportuno e finda a guerra, à conseqüente remodelação do mapa da Europa e das suas colónias. E, sendo assim, ninguém pode exigir-nos fôrças que nos não são bastantes para a segurança e defesa próprias. E, dêste modo, nem sequer teríamos a temida possibilidade... de ir « policiar Marrocos », em serviço das potências da triplice *Entente*, podendo também alegar-se ser sobremaneira exquisito que, não tendo Portugal sido ouvido nem chamado para essa *Entente*, quando ajustada, houvesse de prestar-lhe o auxilio do seu sangue e dos seus recursos... para que os retalhos do mapa ficassem mais à vontade de uns que de outros interessados,

para todos os quais a nossa sorte é problema mais secundário. Não faltará quem diga que, ainda mesmo no caso, que se dará na altura do *coup de Jarnac*, de envolver-se a Gran-Bretanha no conflito europeu, poderemos, alegando a deficiência dos velhos tratados, guardar a neutralidade. É extremamente fácil decretá-la: muito mais custoso é mantê-la quando violada. E no regime republicano em que nos encontramos, os escrúpulos protocolares não impedirão o caminho brutal das conveniências. »

Terminava êsse artigo por êste curioso incitamento:

« A Restauração é um renascimento: e por mais egoísta que seja a Europa, não lhe será indiferente, ao firmar-se um dia, ao terminar a guerra, no poder militar vitorioso, êsse grande princípio conservador, que nós já o tínhamos desafrontado, dando à opinião de todo o mundo culto a satisfação que desde o regicídio está exigindo dêste Portugal onde já chegaram, a nós que as reproduzimos, estas significativas palavras da Áustria, dirigidas no dia 24 de Julho às potências, anunciando a guerra à Sérvia: — «O Governo Imperial e Rial está persuadido de que quanto êsse passo está de pleno acôrdo com os sentimentos de todas as nações civilizadas, as quais não podem admitir que o regicídio se torne uma arma da qual seja possível fazer impunemente uso na luta política ». (NOTA H).

### Identificação das doutrinas e dos propósitos dos deputados monárquicos

**J. A. Moreira de Almeida e José de Azevedo Castelo Branco**

Como se vê, êste artigo assenta precisamente nas bases do outro a que já me referi do Sr. José de Azevedo Castelo Branco. Nele está toda a doutrina e todo o ensinamento que pouco tempo depois havia de levar à sublevação de Mafra, aos gritos de « *Viva a monarquia!* » « *Abaixo a guerra!* »; que mais tarde havia de ser o pretexto real do 13 de Dezembro de 1916, quando se dispunham a embarcar as primeiras tropas portuguesas para França; e que mais tarde, em 1918,

havia de levar ao 5 de Dezembro, prometendo-se ao «bravo 33» de Sidónio Pais, promessa que se cumpriu, de não ir mais nenhum soldado português para a guerra, caso êle se sublevasse, como se sublevou, contra o Governo republicano de então, presidido pelo Sr. Afonso Costa. E eram estes dois homens, Sr. Presidente, que se sentavam nesta casa, como Deputados, ao lado do Sr. Aires de Ornelas, que não podia ignorar tais afirmações e incitamentos; e era a êste Sr. Aires de Ornelas que todo o pseudo-Parlamento de então e o Governo, representado pelo Sr. Tamagnini Barbosa, iam cumprimentar como desagravo do que a *República* dissera acêrca dos reais intuitos do requerimento do Sr. Ornelas, pedindo aquella não menos famosa sessão secreta... em que, por sinal, nunca mais se insistiu.

### **O sr. Aires de Ornelas desmascarado por um monárquico**

Não havia germanófilos na Câmara ou, pelo menos, na bancada monárquica, pretendia fazer crêr ao país o Sr. Aires de Ornelas. E para coonestar esta afirmação, a maioria da Câmara e o governo de Sidónio, representado pelas despejadas afirmações oratórias do Sr. Tamagnini Barbosa, iam fazer ao Sr. Aires de Ornelas a manifestação a que me referi! No entanto, Sr. Presidente, essa farçada era antecipadamente posta a nú nas próprias colunas dum jornal que apoiava a situação dezembrista, pela pena dum dos seus publicistas mais cotados. Assim, Sr. Presidente, na *Liberdade*, jornal católico do Pôrto, em 11 de Agosto de 1918, isto é, poucos dias depois da tal farçada monárquico-dezembrista, posta em scena nesta sala pelo Sr. Aires de Ornelas, Rui Vaz de Sá, conhecido pseudónimo do Sr. dr. Artur Bivar, dizia o seguinte, num artigo intitulado *À margem dos factos—Um pesadelo*:

«Disse o illustre conselheiro Sr. Aires de Ornelas que protestava em seu nome, e em nome de todos os monárquicos, contra a acusação de germanofilia. Fui verificar, quando isto ouvi, ao *Diário Nacional*...»

Como a Câmara não ignora, o *Diário Nacional* era a fôlha dirigida pelo Sr. Aires de Ornelas...

*Continúa a lêr:*

O **Orador**:—.... e lá encontrei com todas as letras confirmado o facto. Ali se escreveu, em artigo editorial, que todos os monárquicos são aliadófilos. Dá-se, porém, o caso de eu viver na segunda cidade do país, e ser eu talvez o único monárquico aliadófilo!!

Isto é público e notório, porque não faço outra cousa há três anos, nos centros de cavaqueira, senão discutir a guerra e precisamente defendendo os aliados com uma *crânerie* a que mais duma vez foi prestada pública homenagem pelos próprios germanófilos.

Declaro, pois, ao Sr. Conselheiro, que entre os monárquicos dêste terceiro centro do país, não conheço nenhum entre os que marcam, segundo se diz, que não seja ardentemente germanófilo.

Se esta afirmação fôr posta em dúvida, nenhuma dúvida terei em voltar ao assunto, para cabalissimamente me justificar, embora isso me desgoste, por vários motivos, mais êste: que o meu fito, neste artigo, é outro».

Não pode o testemunho ser mais insuspeito e fulminante para o Sr. Aires de Ornelas, para os monárquicos portuguezes e para os seus aliados ou protegidos dezembristas, que pela voz do nunca mais esquecido ministro Tamagnini Barbosa do patriotismo e do aliadofilismo dos monárquicos tiveram a audácia ou a inconsciência de fomentar aqui a apoteose...

Outros muitos factos de alto alcance comprovativo da tese expressa na minha moção de ordem eu podia, Sr. Presidente, apresentar à apreciação da Câmara. (NOTA I). Mas, cumpre-me concluir, que já demais eu tenho abusado da paciência dos meus illustres colegas, nunca esquecendo no entanto que o Sr. Aires de Ornelas, nesta casa, com o aplauso do Governo e da maioria dezembrista, afiançou que entre os monárquicos, principalmente entre os que com êle aqui tinham lu-

gar, não havia germanófilos, quando dias antes, no próprio jornal que dirigia, dizia que só por uma sentença passada em julgado nos tribunais é que tal se poderia admitir.

Quere dizer, Sr. Presidente, que, embora se apresentasse ao Sr. Aires de Ornelas documentos comprovativos, recibos ou quaisquer outros, da venalidade ou traição de monárquicos, êle lhes não ligaria valor senão perante uma sentença judicial condenatória.

Adiante, Sr. Presidente...

### Luz e justiça!

Assim concludo, lembrando que o tal *Livro Negro da Guerra*, a que me referi, deveria ser constituído por documentos desta ordem, e ainda por outros de qualquer natureza, que para êste fim merecessem registo.

Na minha exposição não me abalancei a retaliações que estão longe dos meus propósitos e não se coadunam com o meu carácter.

No meu espirito iluminado por um alto sentimento de justiça, não há a mínima preocupação de vinganças, mau grado ter sido perseguido e maltratado pela tirania dezembrista.

Falo como uma testemunha que depuzesse num tribunal. Apresento provas documentais. Isto me basta.

Sr. Presidente: termino portanto as minhas considerações, fazendo votos para que a Câmara se manifeste quanto antes sôbre as moções apresentadas e para que quanto antes também e o mais rápidamente possível, se ultime a discriminação das responsabilidades dos implicados no movimento monárquico do norte e de Monsanto, consequência lógica da obra do dezembrismo, o que só poderia ter surpreendido a quem fôsse por inteiro destituído de visão política ou a quem dêesses movimentos fôsse encoberto cúmplice.

Felicito-me por ter apresentado estes documentos à Câmara, porque mais que as minhas palavras êles são duma alta e impressiva eloquência para a apreciação da obra do dezembrismo.

Não falo como juiz, não falo como julgador, já o disse ; e pôsto que eu pudesse falar como vítima que fui dessa nefasta política dezembrista, puz inteiramente de parte propósitos de desforras e vinganças para só pedir justiça.

Para isso ultime-se o apuramento das tais responsabilidades, em nome do direito dos próprios presos, e sobretudo em nome do alto prestígio da República, que todos nós temos o dever de defender e exaltar.

Tenho dito.

## NOTA F

---

Satisfazendo a um requerimento feito por intermédio da Mesa da Câmara dos Deputados, foi-me enviado pelo Ministério da Guerra o seguinte documento:

**Serviço da República.** — *Secretaria da Guerra.* — *Direcção Geral dos Serviços Administrativos do Exercito.* — *1.ª Repartição.*

Cópia. — Serviço da República. — Secretaria da Guerra. — Repartição do Gabinete. — N.º 3964. Lisboa, 21 de Agosto de 1918.

Ao Sr. Director Geral da 2.ª Direcção desta Secretaria (7.ª Repartição). — Do Chefe da Repartição do Gabinete — Para conhecimento de V. Ex.ª, e fins convenientes, encarrega-me Sua Ex.ª o Secretario de Estado de dizer a V. Ex.ª que o capitão de administração militar, Eurico Maximo Cameira Coelho e Souza, comunicou ontem pelo telefone ao mesmo Ex.º Sr. que, por ser Deputado da Nação, não aceitava a nomeação que havia sido feita por esta Secretaria de Estado para ir prestar serviço no C. E. P., em França. Nesta data se fez igual comunicação à Secretaria de Estado das Finanças. —

(a) *Antonio M. de Freitas Soares*, tenente-coronel.

Está conforme.

O chefe da 1.ª secção

*João Brandeiro de Figueiredo*

Major.



## NOTA G

### Museu germanófilo (2.<sup>a</sup> série)

CIII

**Comemorando a entrada dos sérvios e seus aliados na capital da Bulgária, aliada da Alemanha, expõe-se hoje neste Museu, como “lição da Sérvia,, ao “Dia,, e ao snr. conselheiro José de Azevedo Castelo Branco, o artigo que o snr. José de Azevedo Castelo Branco publicou no “Dia,, em novembro de 1915 e em que apresentava a “lição da Sérvia,, invadida peios bulgaros e pelos alemães, como ensinamento ao povo português**

*Era de obrigação expôrmos hoje este quadro na galeria do nosso educativo e incomparavel Museu. E' êle devido à pena do snr. conselheiro José de Azevedo Castelo Branco, o último ministro dos negócios estrangeiros da monarquia e aquêle que em 1910 preparava uma intervenção espanhola em Portugal, como se viu pela carta tornada publica em o Norte do Porto e dirigida ao snr. D. Manuel, então rei de Portugal. Este artigo foi escrito quando os bulgaros, auxiliados pelos alemães, conseguiram subjugar transitoriamente a heroica resistencia da Sérvia, e constituir até o inicio da actual colaboração do snr. José de Azevedo no Dia, que lhe dava o lugar de honra nas suas páginas, recebendo-o com uma girandola festiva de que aproveitamos os seguintes foguetes:*

Pela primeira vez no actual periodo da publicação de *O Dia* honra estas colunas com a sua colaboração — que oxalá seja muito frequente! — o antigo ministro dos negócios estrangeiros conselheiro José de Azevedo Castelo Branco.

... Não é sem uma carinhosa alegria que o *Dia* o vê

chegar aqui e o recebe, como de direito, no lugar de honra que o nosso illustre colaborador dr. Alfredo Pimenta seria decerto o primeiro a pedir-nos que reservassemos hoje a esse illustre homem de Estado.

*Hoje José de Azevedo, Moreira de Almeida, Alfredo Pimenta, cujo germanofilismo é comprovado pelas suas próprias obras, estão na sala dos deputados em S. Bento de mãos dadas com o snr. Aires de Ornelas, o «lugar-tenente de el-rei», e que teve a audacia, aproveitando-se de não termos lugar na sala, de garantir que na bancada monárquica não ha germanófilos! Ai vai mais uma prova em contrário:*

## A LIÇÃO DA SÉRVIA

### A quem aproveitará a lição?

Se não mentem os sinais do tempo, a borrasca desencadeada ao oriente da Europa, nessa monstruosa e turbulenta região dos Balkans, ameaça, apesar da tenaz resistencia dos seus soldados, dar em terra com a independencia e soberania da Sérvia, destinada, conforme a sentença do salmista biblico, *a expiar a pena do seu pecado.*

*A quem aproveitará a lição?*

### A ultima coisa do «vespeiro balkanico»

A Sérvia era ainda ha pouco um principado independente, sob a soberania, mais aparente que real, do governo turco contra o qual se levantou, com a Bosnia e Herzegovina, em 1876. Vencida pelos turcos, sem o apoio do hungaro, o poderoso amigo de Bismarck, a sua absoluta independencia não sairia dêsse congresso de Berlim, reunido para glosar e modificar o tratado de Santo Stefano, que, depois de Plewna, a Russia impôz á Turquia derrotada. Desde então ficou sendo

a Sérvia uma monarquia democrática, cuja chefia de estado inicialmente pertenceu aos Obrenovitchs, amigos dedicados e reconhecidos da Austria. O seu ultimo representante foi esse rei Alexandre, barbaramente assassinado, vitima das complicadas intrigas que entregaram o reino aos Karageorgevitchs, devotadas criaturas da politica russa, por conta da qual se vem entretendo há séculos êsse vespeiro balkanico, *a cuja ultima e porventura definitiva crise é de crer que ponha um termo a guerra actual, se a sorte das armas não desamparar os impérios centrais.*

### A Ingratidão da Sérvia para com a Austria

A Russia, na sua faina antiga de expansão oriental, criou e nutriu a aspiração pan-slava da Sérvia, mal humorada e *esquecida já dos favores da Austria*, que em 1909 resolvera anexar de vez a Bosnia e a Herzegovina, cuja defeza lhe confiara o congresso de Berlim.

A ambição Sérvia doeu-se, ameaçou e ter-se-ia lançado na aventura da guerra se mais uma vez a Russia, ainda não tivesse abandonado, á conta de insufficiente preparação para uma luta que ameaçava pôr-lhe sobre as costas todo o peso da intervenção alemã. A Sérvia teve pois de declarar solenemente perante a Europa que reconhecia os factos consumados e que acataria a ordem juridica, politica e internacional criada pela anexação, com muitos protestos de boa camaradagem e boa visinhança com a Austria.

Comtudo estas promessas não foram senão vãs palavras que os factos desmentiram na pratica. Pela sua imprensa officiosa ou livre, pelas vastas associações secretas que congregavam militares de todas as categorias, professores de todas as escolas, funcionarios da maior graduação, a intriga anti-austriaca continuou radicando no coração do povo sérvio um odio, tanto mais intenso quanto *era esse jogo originado pela diplomacia russa, ultimamente representada pelo ministro Hartwig, um dos mais habéis intrigantes que de S. Petersburg se destacou para Belgrado.*

Ha cincoenta anos o revolucionario sérvio Milova Yaukovic, formulára numa frase lapidar todo o programa nacional: «*a Sérvia seria o Piemonte dos Balkans*. Com ela acabaria para todos os slavos do sul o dominio opressor dos Habsburgos, com o qual não é possível nenhum compromisso, nem digna nenhuma transacção.

### **A Russia e a Inglaterra explorando a Sérvia contra a Alemanha**

Se a estas condições da sua politica geral se juntar a crescente confiança em si próprio que dão a vitória e o espectáculo publico da coragem e da força, ter-se-ha explicada essa ousada corrente de intriga, de maquinações sombrias, de atentados cruéis, de revoltas parciais que são a historia dos vinte, ultimos anos da dinastia actual, servidora submissa da ambição russa, espiritualmente alimentada com a ideia de uma mais grande Sérvia, em cujo seio comunguem os pan-sérvios sob cuja hegemonia vivam todos os slavos orientais.

*A guerra de 1912 foi obra russa, auxiliada eficazmente pela Gran-Bretanha que, rompendo com a tradição da sua politica turca, visava a diminuir o Imperio Otomano que já então suspeitava de adicto aos interesses alemães e fazia a côrte a essa Russia que sacrificára ao Japão, mas cuja amizade agora tratava de conciliar na previsão da guerra que veio a estourar em agosto de 1914.*

### **A Austria teve razão declarando guerra á Sérvia**

Na seriação dos factos a guerra mundial iniciou-a a Sérvia, animada á resistencia pela Russia que a não desamparou e tornou illusória e ridicula a resposta dessa minuscula nação á nota, mais que muito legitimada da Austria ofendida e vilipendiada pelo assassinato do herdeiro do trono imperial. No fundo quem a quiz foi essa esturdia camarilha moscovita, cujo «representative-man» é o Gran-Duque Nicolau que está agora expiando na subalternidade do co-

\*

mando do exercito do Caucaso o desastre da sua incompetencia ou do seu orgulho militar nos campos da Polónia. *De crêr seria que ainda desta vez a ambição da Sérvia se mantivesse nos limites de uma prudente submissão, se a não acalentassem as confortativas palavras do ministro Sasanof, dêsse russo que com sir E. Grey e Delcassé constitue a Trindade ostensiva e enredadora dessa politica de isolamento alemão, cujas apertadas malhas se procura desenvençillar agora do Aisne ao Drina e daí até ao mar Egeo e, Deus sabe até onde irá o flagelo da guerra.*

Se as maquinações da *Narodna Odbrana*, essa carbonária associação de sérvios, organizadora mais graduada da rebelião pan-sérvia, não servissem os intuitos e os ódios da Russia, agora, como em 1909, como em 1878, a Sérvia seria sacrificada á sua poderosa vizinha. A linguagem havida em S. Petersburgo (então não era ainda Petrogrado), *as respostas e evasivas ás supplicas e insinuações da Alemanha, evidentemente propensa á paz, mas firmemente decidida tambem a partilhar a sorte da aliada, em caso de insuccesso das suas palavras*, tudo faz evidenciar que a Sérvia actuou sob a direcção de outros que contavam tirar do incidente todos os necessários pretextos para uma luta em que os seus capitais fautores punham o melhor das suas já longas e amadurecidas esperanças.

### Foram a Inglaterra, a França e a Russia que quizeram a guerra europeia

*Tiveram emfim a Russia, a França, a Inglaterra, a sua desejada guerra e para que os sérvios se não penitenciassem publicamente dêsse horroroso atentado de Serajevo, em que, ao lado de pequenos funcionarios estão comprometidos graduados militares com posição de evidencia no exército sérvio, tivemos já as batalhas de Namur, a do Marne, a longa agonia das trincheiras, a luta colossal da Galicia, a queda de Varsovia, os horrores do bloqueio maritimo, a ruina da economia europeia, o aniquilamento de gerações de vivos e emfim essa*

luta dos Balkans, onde é muito já o que se está vendo e maior será talvez o que se está para vêr.

Logrará a Sérvia sair ilesa na sua independencia da guerra actual?

### **A Sérvia desaparecerá da carta da Europa com a vitoria alemã**

Tudo faz prevêr que não, se a victoria final pertencer aos austro-alemães. Ela desaparecerá da carta da Europa, repartida pela Austria, desmembrada pela Bulgaria e pela Grecia e de vez ficarão desfeitos os loucos sonhos dos pan-servios, dispersos e subjugados por odios que não dão quartel.

Hoje já, se a sua heroicidade é relembrada em Paris e Londres, *se a sua resistencia é assoprada com elogios na imprensa aliada, é que ela serve os **inconfessados interesses** que que veio alarmar em Londres e em Petrogrado a intervenção da Bulgaria.* Os soldados que desembarcam em Salonica levam, é certo, na bôca a expressão do socorro aos sérvios. Na realidade os olhos estão postos em Constantinopla e *os factos se incumbirão de demonstrar que esse anunciado auxilio dos servios é apenas a bandeira que cobre os intuitos de destruir os bulgaros e os turcos.*

### **A Bulgaria é que andou com juizo...**

*A Bulgaria escapou á influencia britanica para fazer expiar ao ministro Grey o sacrificio que este lhe impôs quando a abandonou depois da segunda guerra balkanica. A Inglaterra lançara-a, com a Grecia e a Sérvia, na luta contra os turcos. Com estes se fez depois na hora da partilha. Sem o auxilio da Alemanha a Bulgaria tudo teria perdido. Submeteu-se, mas não esqueceu. Isto explica cabalmente a sua actual situação. Os contados dias da Sérvia são a menor das preocupações da Europa. Todos á sirga da Inglaterra, vão seguindo para êsse oriente que é o coração vitalizador do Imperio Britanico.*

### Os motivos da guerra são inconfessáveis

Os sérvios entram nisto como o direito e a liberdade dos pequenos povos nas preocupações das chancelarias—como tropos de rétorica diplomática e mais nada. Os motivos da guerra são muito outros, talvez menos confessáveis, visto que tanto empenho põem os beligerantes em encadernar de ficções a nua realidade das coisas. Nem a liberdade nem o direito devem sentir remorsos com o que vai havendo.

Aprendam os nossos politicos com a lição da Sérvia...

*Tem vária moral esta lição da Sérvia. E' de crêr, porém, que nella não aprendam os pequenos povos mais do que as crianças costumam tirar das sentenças dos fabulários ou dos ensinamentos dos proverbios.*

Sem a sugestão da Russia a Sérvia não teria ousado iniciar a luta espingardeando os austriacos nos primeiros dias de agosto de 1914. O seu êrro tem a sua desculpa. Menos compreensível será um dia aos criticos da Historia este empenho que temos mostrado nós, míseros potes de barro, de nos intrometer nas desavenças dos caldeirões de ferro, com o grave risco de sairmos do embate pulverizados em cacos miudos.

Ainda bem que o pouco que podiamos dar não contou para as exigencias do momento. Porque a aventura a que pretendiamos lançar-nos, sem outro fundamento que as subtis fantasias de um regime em apertos intestinaes, nos levaria ao risco quási certo de vir a ser os trocos de cobre com que se arredondam as contas ultimas na hora do ajuste.

A Sérvia perderá talvez a sua existencia politica. Jogou? Perdeu? São os azares do jogo. Mas sabia bem o que lucraria, se ganhasse.

O que poderia Portugal ganhar com a vitória dos aliados?

Mas nós! Oíço dizer que «estamos perdidos» se lo-gram vencer os impérios centrais. Talvez assim seja; mas quanto agradeceria se alguém nos dissesse util e claramente o que pode Portugal ganhar com a vitória dos aliados. Se isto é matéria de fé eu estou disposto a crêr, pondo nisso todo o desejo de que logremos sair desta crise, para a nova era que iniciará a hora da vitória, mais robustecidos na nossa independencia e menos opiados do pessimismo que a todos nos entenebrece.

Receio, porém, que fique sem resposta isso que a mim mesmo muitas vezes me pergunto: «porque devemos nós de ir para a guerra?»

(J. de Azevedo Castelo Branco,  
em *O Dia* de 24 de maio de 1916. Di-  
rector, J. A. Moreira de Almeida).

*Não haverá ninguém que leia na cara do snr. Aires de Ornelas este artigo na sala dos deputados em S. Bento?*

Da «Republica» de 3 de outubro de 1918.

## NOTA H

### **Museu germanófilo (2.ª série)**

A nossa derrota será, latinos, a nossa salvação!... Francófilo que me mostrei já em publico, *eu desejo agora veementemente a vitória da Alemanha*. Só pela vitória dos Imperios Centrais nós teremos com a derrota da Maçonaria o restabelecimento da ordem legitima que permitirá á França ressarcir-se, a nós outros curar-nos. Cartago começa então a afundar-se no seu rochedo de Mar da Mancha.

ANTONIO SARDINHA.

## CI

**A chave do enigma oferecida pelo director do "Dia,, e deputado monárquico Moreira de Almeida. Aqui se explica por que não feem ido tropas para França e porque o governo descobre todos os dias um "complot,,**

*Exporemos hoje neste nosso educativo e incomparavel Museu um grande quadro de magnas dimensões que constituirá sem dũvida talvez a peça mais formidavel que até hoje tem dado entrada em a nossa galeria. Já por duas vezes, em épocas diferentes, a expuzemos nas colunas da República. Hoje dá êle entrada oportuna e solenemente neste nosso Museu, onde o poderão admirar nacionais e estrangeiros que tão intriguados se mostram com a nossa actual situação como pais beligerante:*

## A REPÚBLICA E A GUERRA

### O «Dia» tomando «preventivamente» posições de hostilidade ao govêrno

*Vamos lá a definir situações para que não crie raizes uma especulação a que se torna necessário pôr termo á nascença: é a do «armistício» que, invocando arditosamente motivos patrióticos, o govêrno pretende obter para que, á sombra de uma guerra europeia, se prolongue a duração de um regime que compromete, agora mais do que nunca, como ontem o demonstramos, a segurança e a independencia nacional.*

A ninguem damos licença de que seja mais patriota, na alta e nobre acepção desta palavra — tão estragada á força do seu mau uso — do que nos orgulhamos de ser.

### Seria um êrro politico os monárquicos darem tréguas ao govêrno lá porque a Rússia invadiu a Alemanha ou a Austria se está a bater com a Sérvia

Mas por isso mesmo, *não consentiremos sem repulsão que venha bater-nos à porta a insidiosa «cordealidade» do snr. Bernardino Machado a pedir tréguas, cuja concessão seria uma ignomínia, uma cobardia e um êrro político irreparável, ante uma situação que consideramos nefastíssima e a pretexto de que... a Rússia invadiu a Alemanha, ou esta a França, ou de que a Austria está a bater-se com a Sérvia!*

Se a pátria estivesse em perigo e o inimigo invadissem as fronteiras, nós saberíamos bem qual a attitude a tomar.

Sob a bandeira a que jurámos fidelidade e que é o pendão sagrado da instituição politica que servimos, nós juntar-nos-hiamos aos que, sob aquela outra que escolheram, defendessem connosco, a autonomia e honra da pátria comum, até ao instante em que o perigo estivesse dominado.

*Mas não é essa a hipótese. Pelo contrário! Entendemos que é preciso conjurá-lo restabelecendo quanto antes a uni-*

dade moral e politica da nação portugueza, *a continuidade da sua tradição histórica, e pondo-se rápido termo* a uma experiência funesta, de que já devem estar mais do que desiludidos os que nela entraram de boa fé. Não vimos, sequer, expôr o libelo acusatório dos que *numa hora de desgraça, fizeram esta república* e nos trouxeram ao estado crítico em que se encontra o país, que nos últimos anos de reinado do sr. D. Carlos attingira uma situação brilhantissima e de destaque na politica da Europa — simpatias e apreço que a reprovação mundial pelo atentado do Terreiro do Paço fez reviver em volta do sr. D. Manuel e desastrosamente se perderam no *5 de outubro*.

Fique para mais tarde êsse libelo...

**O que os monárquicos deveriam fazer se o governo invocasse os deveres da nossa aliança com a Inglaterra**

Mas se temos nesta conjuntura o *senso político bastante* para não descermos as nossas vistas até ao charco onde chafurdam as rãs, tanto as elevámos já em busca da estrela que nos dê na sua scintilação um vaticinio feliz para o futuro dêste povo — tornar-nos-hiamos cúmplices de um crime ainda maior do que o *dêles se tivessemos a fraqueza de calar em tais circunstâncias o que sentimos e de occultar as nossas apreensões sobre o que sucederá a Portugal no último acto do grande drama a cujo prólogo estamos agora assistindo*.

*Diz-se-há que, se amanhã, por efeito da aliança com a Inglaterra, a nossa neutralidade tiver de tornar-se em beligerancia, e nos mantivermos internamente na situação actual, não há razão plausivel para nos dispensarmos dos encargos e das contingências a que esse reflexo estado de guerra porventura obrigará.*

**O que se devia responder à Inglaterra se os monárquicos triunfassem**

Mas pode haver uma causa legítima a alegar: a de estarmos entregues, então, à restauração das velhas instituições portuguezas para que, sob elas, assistamos, com a

possível defeza, no momento oportuno e finda a guerra, à consequente remodelação do mapa da Europa e das suas colónias. E, sendo assim, ninguém pode exigir-nos forças que nos não são bastantes para a segurança e defeza próprias.

E, dêste modo, nem sequer teria a temida possibilidade... de ir «policier Marrocos», em serviço das potências da triplíce «entente», podendo também alegar-se ser sobremaneira exquisito que não tendo Portugal sido ouvido nem chamado para essa «entente», quando ajustada, houvesse de prestar-lhe o auxílio do seu sangue e dos seus recursos... para que os retalhos do mapa ficassem mais à vontade de uns do que de outros interessados, para todos os quais a nossa sorte é problema mais do que secundário.

Não faltará quem diga que, ainda mesmo no caso, que se dará na altura do «coup de Jarnac», de envolver-se a Gran-Bretanha no conflito europeu, poderemos, alegando a deficiência dos velhos tratados, guardar a neutralidade.

E' extremamente fácil decretá-la: muito mais custoso é mantê-la quando violada. E no regime republicano em que nos encontramos, os escrúpulos protocolares não impedirão o caminho brutal das conveniências...

A esta dolorosa certeza, tão clara como a luz do sol, opõe-se a *probabilidade* de uma melhoria de situação externa quando diante dos tronos europeus um outro se apresente em que o princípio dinástico nele restaurado erga a bandeira esmaltada de uma tradição de heroísmo que por todo o mundo ecoou.

A nossa obrigação patriótica não é, portanto, pactuar com o desastre, mas ir ao encontro dessa «probabilidade» — não simplesmente porque sejamos monárquicos, mas «porque acima de tudo» somos portugueses.

Se a êste dilema tivéssemos sido levados noutros tempos, nós não seríamos mais do que patriotas, e adoptariamos a forma do govêrno que nos oferecesse a mais séria garantia de

uma independência que temos como preciosa e de uma integridade colonial que desejariamos fôsse inviolavel.

Ninguém que seja consciente, é monárquico ou republicano só por preferência de nomes, mas porque prefere o sistema político que melhor defenda o país. Aquele que comprometa a independência e a integridade política na nação está naturalmente condenado, quer se tivesse chamado monarquia, quer se intitule hoje república.

Não percebemos que haja outra noção de patriotismo, a não ser de falsas marcas ou de ardiloso contrabando.

### **O caso de Serajevo indica que a restauração monárquica é imprescindível para agradar aos... triunfadores**

A Restauração é um renascimento: e, por mais egoista que seja a Europa, não lhe será indiferente, ao formar-se um dia, ao terminar a guerra, no poder militar vitorioso, *um grande princípio conservador*, que nós já o tínhamos desafiado, dando à opinião de todo o mundo culto a satisfação que desde o regicídio está exigindo dêste Portugal onde já chegaram a nós que as reproduzimos estas significativas palavras da Austria dirigidas no dia 24 de julho às potências anunciando a guerra à Sérvia:

*O governo imperial e Real está persuadido de quanto esse passo está de pleno acôrdo com os sentimentos de todas as nações civilizadas, as quais não podem admitir que o regicídio se torne uma arma da qual seja possível fazer impunemente uso na luta política.*

Seria curioso mostrar-se como é que no ajuste final das contas de uma guerra assim iniciada pela desforra da tragédia de Serajevo, se apresentaria à Europa esta república em cuja capital se fez a apologia e a trasladação dos regicidas... no próprio dia 2 de agosto em que rebentou a conflagração europeia!

Purifiquemo-nos primeiro, emendando o êrro colossal em que caímos e aguardemos então que a justiça do mundo se faça, no respeito concedido ao autêntico direito histórico de

quem o invocará já curado de um desvário que tem envergonhado a própria civilização.

(*O Dia*, jornal monárquico, director J. A. Moreira de Almeida, deputado monárquico, em 4 de agosto de 1914).

*Como se vê, este artigo inserto ao rebentar a guerra europeia, e datando, portanto, da época em que o snr. dr. Bernardino Machado era o presidente do ministério, indica a attitude que os monárquicos deviam tomar ante o govêrno português e mais: — o que êles fariam se tivessem o poder.*

*Este documento é definitivo e lança toda a luz sobre a situação actual em que vemos o director de O Dia de mãos dadas na imprensa e em S. Bento, com o snr. Aires de Ornelas, lugar-tenente de el-rei, Teles de Vasconcelos, Alfredo Pimenta, António Sardinha e outros conhecidos e confessos germanófilos, apoiar o govêrno até... seis meses depois da guerra, e em que vemos que o prometido roulement se cifra em fazer voltar para a França os officiais licenceados do C. E. P. e em mandar para lá todos aqueles que não tem vela acesa no... ministério da guerra. Isto explica também que o snr. capitão Cameira (Eurico Maximo Cameira Coelho e Sousa, por extenso) uma das escóras do dezembrismo e um dos seus activos obreiros, continúa, apesar de mobilizado, em Lisboa, por ter comunicado telefonicamente ao Ministério da Guerra que não aceitava a comissão (1) de ir para o front.*

*Portanto, quem não perceber o artigo do Dia é porque tem uma cabeça pétreamente massiça.*

## NOTA I

Podia ter apresentado entre outros o seguinte documento extraído do *Dia* :

### A disciplina alemã

Do nosso distincto correligionário sr. Augusto de Magalhães, recebemos a seguinte carta que gostosamente publicamos e que é dirigida ao nosso ilustre correligionário e amigo sr. Cunha e Costa:

107, rua Anselmo Braancamp — Porto, 11 de agosto de 1915. — *Ex.<sup>mo</sup> Snr. Dr. Cunha e Costa*: — Diz V. Ex.<sup>a</sup> no seu artigo «A disciplina alemã» publicado no *Jornal da Noite d'hontem* o seguinte: Eu não conheço um germanófilo português que tenha arriscado pela causa monárquica uma gota de sangue...

Na minha qualidade de português, monárquico, ex-condenado a oito anos de penitenciária e seis de degredo por ter tomado parte nas incursões de outubro de 1911 e julho de 1912, e isso arrisquei pela causa monárquica todas as gotas do meu sangue, venho participar-lhe que sou germanófilo e tenho muito prazer em lhe fazer a minha apresentação para que v. ex.<sup>a</sup> fique sabendo que existe *pelo menos um* «germanófilo português que tenha arriscado pela causa monárquica uma gota do seu sangue».

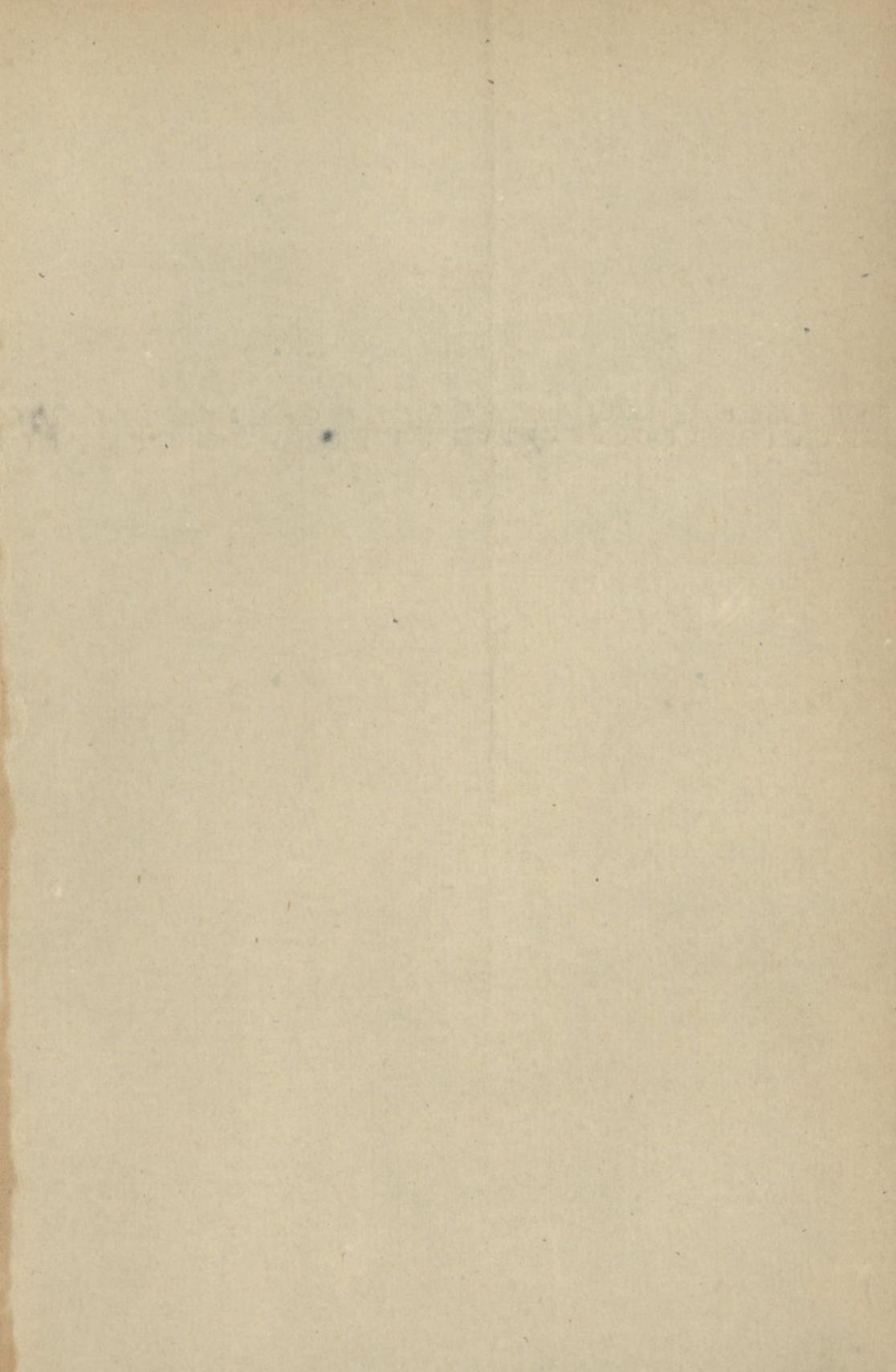
Chamo-me Augusto Nogueira de Magalhães, maior, vacinado e uso de todos os meus direitos.

De V. Ex.<sup>a</sup>

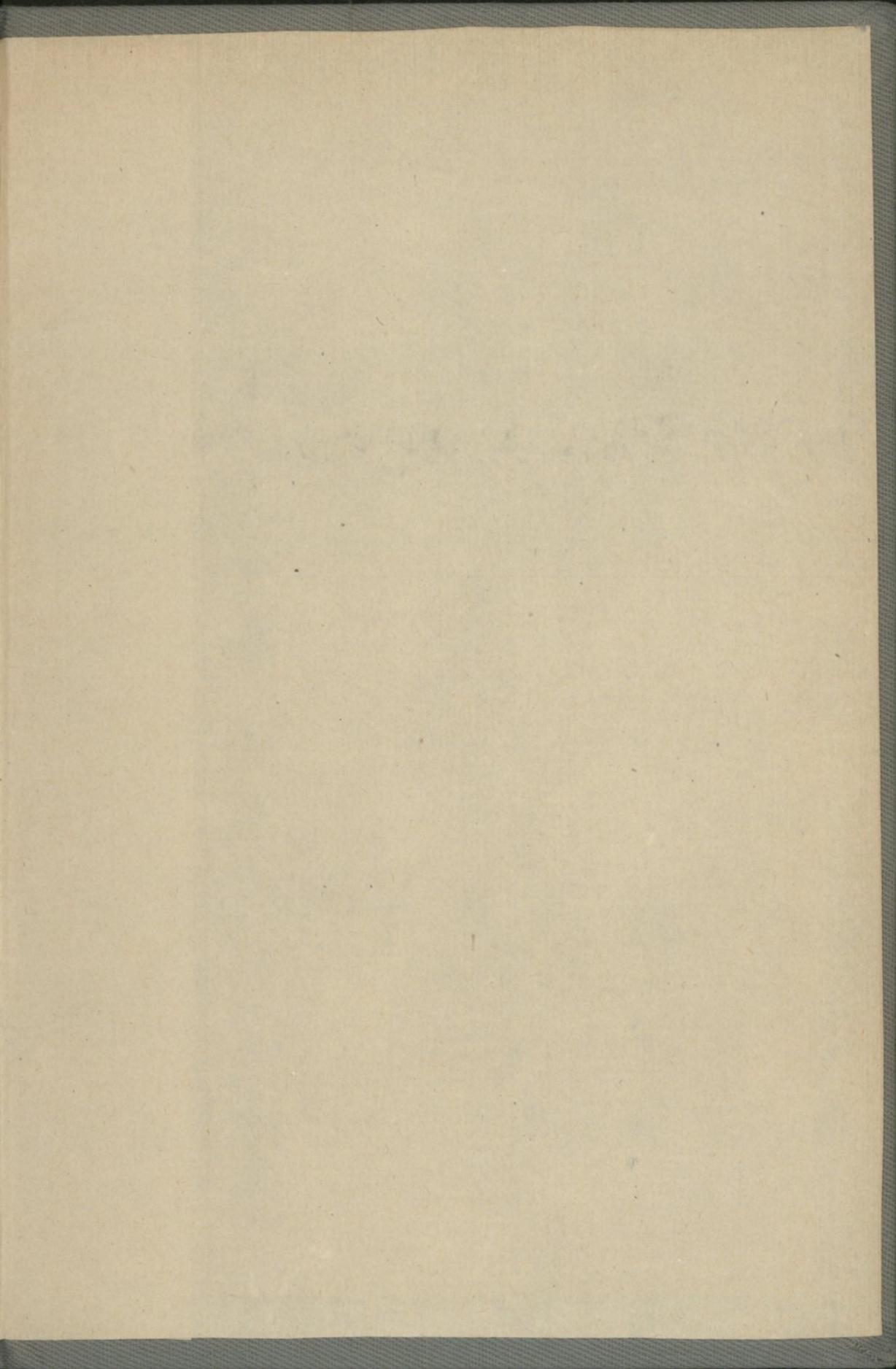
atento e venerador

*Augusto Nogueira de Magalhães.*

716  
15267







NB



•EFG0000109645•

